

Em tempo do coronavírus os jornais não estão de quarentena. O SAVANA faz a sua parte!

SAVANA

I N D E P E N D Ê N C I A ★ I N T E G R I D A D E



Maputo, 17 de Abril de 2020 • ANO XXVII • Nº 1371 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique

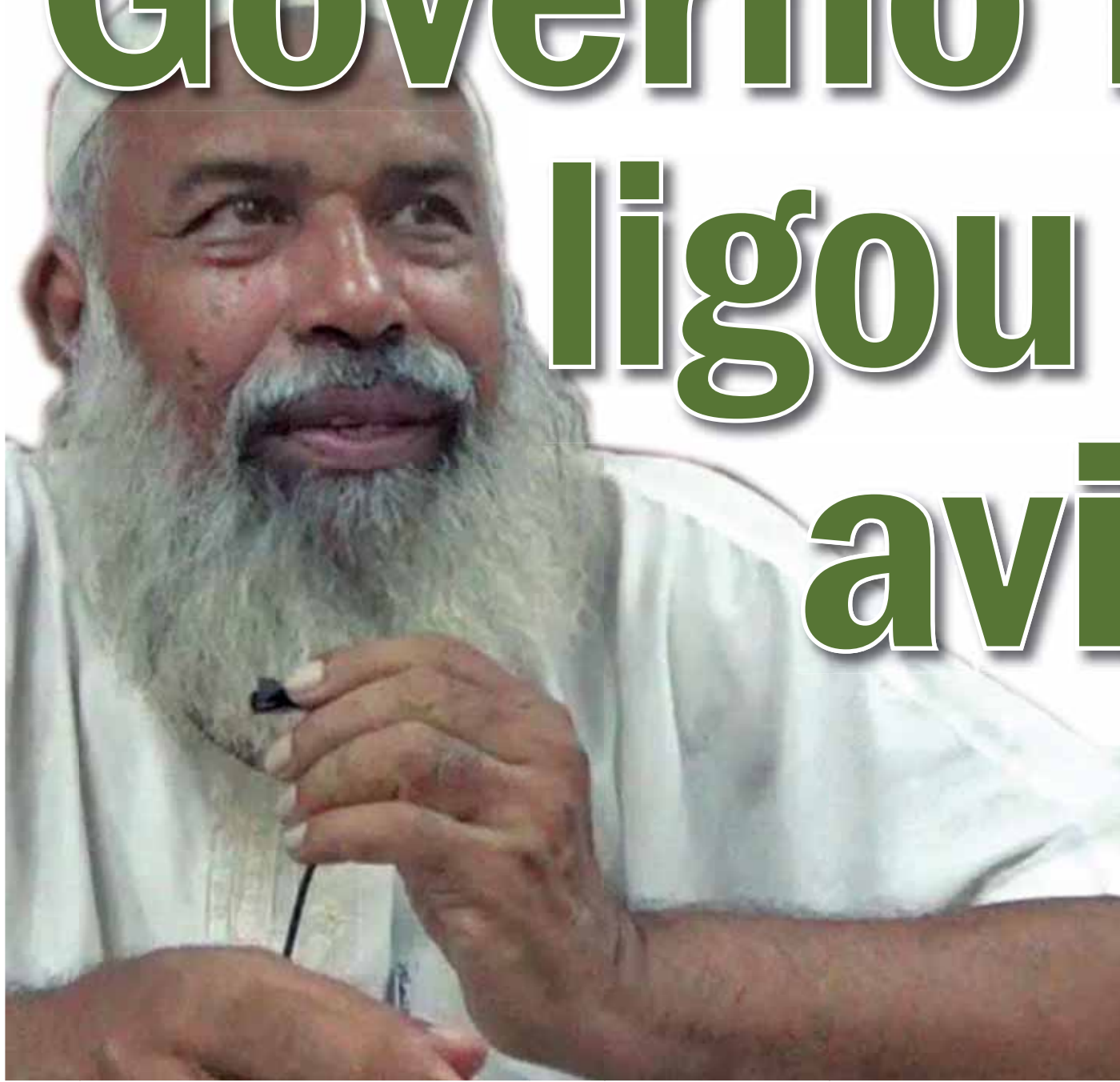
Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • [email:savana@mediacoop.co.mz](mailto:savana@mediacoop.co.mz)



Sheik Aminuddin e a situação em Cabo Delgado

Governo não ligou aos avisos

Págs. 2 e 3



Prisão de "Fuminho" em Maputo

Brasil pondera explorar via de expulsão

Pág. 10



Joga sem sair de casa

Celular: *124# | www.sojogo.co.mz

totoloto | joker

Início - Sábados - 8:00H | Fecho - Sextas-Feiras - 19:00H



É PROIBIDA A VENDA DE JOGO A MENORES DE 18 ANOS.

Insurgência em Cabo Delgado

Governo não ligou aos avisos – sheik Aminuddin

Por Argualdo Nhamossa

Depois de meses de mistério em relação às suas motivações, o movimento armado que protagoniza ataques na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, apareceu a defender a imposição da “sharia” - lei islâmica - na região.

No assalto à vila de Quissanga, um suposto dirigente do grupo afirmou expressamente que o mesmo pretende impor a “sharia” como autoridade do Estado. A Frelimo, prosseguiu, deve sair dali e o alcorão será a única lei aceite. Vários observadores que acompanham a evolução de grupos, como o autoproclamado Estado Islâmico, fazem notar que a grande dificuldade “é derrotar a ideia por trás do movimento”.

Num ataque a Muídambe, o grupo vandalizou uma paróquia da Igreja Católica, no que pode ser visto como um símbolo de intolerância religiosa, normalmente praticada por grupos fundamentalistas islâmicos.

Perante este novo quadro, o Conselho Islâmico de Moçambique (CIM) e figuras influentes da comunidade muçulmana moçambicana repudiaram o alegado manifesto dos grupos que desestabilizam Cabo Delgado, acusando-os de hipócritas mascarados em muçulmanos, mas na verdade interessados nos recursos da província.

O presidente do CIM, Sheik Aminuddin Muhammad, deu voz à revolta da organização contra o rótulo de “sharia” que os grupos armados em Cabo Delgado reivindicam.

Muhammad acusou o Governo de ter permitido que a situação se degradasse, ao ignorar avisos de que havia sectores da população em Cabo Delgado que se estavam a desviar de um islão de paz e a propagar a violência.

Os grupos que actuam em Cabo Delgado não tem nada de islâmico e tudo quanto faz não reflecte a fé dos muçulmanos.

Quando o movimento começou, houve alertas às autoridades de existência de grupos de infiltrados que estavam a instalar mesquitas com uma doutrina desalinhada com o resto do país.

Explicou que houve vários encontros com entidades governamentais para o estancamento do problema, mas os sinais inquietantes não foram levados a sério.



Sheik Aminuddin Muhammad,



Jihadistas reivindicam instalar estado islâmico na zona norte de Cabo Delgado

O presidente do CIM avançou que tem falado com diplomatas de países assolados pelo “jihadismo”, como Paquistão, Afeganistão e Egipto para ajudarem Moçambique a erradicar o problema. Todos têm manifestado total abertura para ajudar, prosseguiu.

Sheik Aminuddin referiu que cabe ao Governo manifestar a sua receptividade ao apoio para se “matar a cobra ainda na sua cova”.

Considera que haja algo oculto e um certo aproveitamento religioso em nome dos muçulmanos, visto que naquela região há muitos praticantes do islão.

Olha igualmente para os interesses económicos estrangeiros e apela para que sejam minuciosamente analisados pelas autoridades.

“Os muçulmanos estão em todo o país e não fazem mal a ninguém. Há outras coisas por detrás e usam esse argumento para tomar conta dos recursos”, defendeu.

Moçambique, prosseguiu, nunca teve conflitos de índole religiosa e, coincidentemente, estes surgem numa zona estratégica do país.

Não restam dúvidas para o presidente da CIM que os muçulmanos estão a ser as maiores vítimas desta situação, porque estão a ser conotados com os grupos que semeiam o caos no norte.

Por outro, porque também são decapitados tal como acontece com outros grupos que vêem as suas mesquitas queimadas tal como acontece com igrejas católicas e outras.

Sublinhou que a lei islâmica veda que um muçulmano ataque inocentes e lugares de culto.

Segundo o Sheik Aminuddin, para se instalar um estado islâmico há certas condições que devem ser observadas como mandato e autoridade para o efeito.

Mas os grupos que atacam no norte não reúnem esses requisitos, porque recorrem ao uso da força e provocam desestabilização.

O presidente do CIM diz que é preciso que o Governo implemente políticas de desenvolvimento que resolvem os altos índices de desemprego e fraca formação escolar e profissional, para dar oportunidades aos jovens.

Argumento hipócrita

Para Amade Camal, empresário e analista político, o fundamento de instalação de Estado Islâmico em Cabo Delgado, para justificar a violência, é falso e, acima de tudo, é um argumento hipócrita.

Amade Camal avançou que, num relatório sobre o período 2005 e 2020, a CIA (serviços secretos norte-americanos) previa a criação do Estado Islâmico, Boko Haram e de uma virose pandémica.

Amade Camal lembra que a organização radical Al Qaeda foi criado pelos EUA, Arabia Saudita e Israel e defendia pretender instalar um khalifado e combater os inimigos do Islão.

Mas passados mais de 20 anos de terrorismo, 98% ou mesmo 99.99% das vítimas da Al Qaeda e do EI são muçulmanos, nota.

Para Camal, essas organizações aproveitam-se do empobrecimento de países em vias de desenvolvimento e a pilhagem dos seus recursos.

A religião, prossegue, é um pretexto, como no passado, já foi a tribo, raça, ou opção política.

Diz não ter dúvidas de que o terrorismo em Cabo Delgado tem haver com os investimentos nos recursos minerais particularmente hidrocarbonetos.

Questiona qual é o país do hemisfério sul que explora hidrocarbonetos ou minerais preciosos que não tenha terrorismo.

Camal observa que estas oportunidades de desestabilização abrem outras oportunidades aos traficantes de droga, contrabando, corrupção e demais crimes conexos.

Quanto às possíveis saídas para



Amade Camal

esta situação, Camal defendeu que o país aposte na agricultura, agro-indústria, pecuária e serviços, para que a economia tenha maior sustentabilidade e robustez.

Poucos países em desenvolvimento, em particular do hemisfério sul, se beneficiaram da sua riqueza em hidrocarbonetos, avisa.

A maior parte destes países ficou pior financeiramente, desapontada, deprimida, desconfiando e discutindo as suas competências na gestão da economia de grandes projectos. Porque se fala tanto de biliões, criam-se esperanças legítimas e, mais tarde, “os mesmos de sempre levaram quase tudo”.

Para Amade Camal, relativamente à corrente que acusa jovens moçambicanos formados em países islâmicos como mentores de radicalismo, há que apresentar evidências ou então arriscam-se a estar a fazer campanha a favor dos terroristas e seus mandantes.

São radicais

Para o pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Sérgio Chichava, as evidências no terreno mostram claramente que o país está perante a presença de um grupo radical islâmico, que pretende impor a ‘sharia’.

A tese de Chichava é apresentada num estudo da sua lavra intitulado “Quem é o inimigo que ataca Cabo Delgado?” no qual problematiza as diferentes hipóteses levantadas pelo Governo moçambicano acerca da identidade e objectivos daquele grupo que ataca Cabo Delgado, desde Outubro de 2017.

O pesquisador diz que a hipótese do radicalismo islâmico foi inicialmente avançada pelo Governo, que depois a abandonou por razões pouco claras.

“Os recentes ataques à Mocimboa da Praia e Quissanga, a 23 e 24 Março, onde a reivindicação de um Islão radical está bem patente, deixa poucas dúvidas da ligação entre o “Al Shabaab” e o Estado Islâmico, o que deita por terra a tese de que se trata de atacantes “sem rosto” nem “mensagem”, refere o estudo.

Acrescenta que há sinais de que este grupo se teria beneficiado da

expulsão violenta dos garimpeiros de Montepuez, que a ele teriam aderido.

Mercenários

Na terça-feira, o comandante-geral da PRM, Bernardino Rafael, reconheceu em Nampula que ainda prevalece a situação da alteração da ordem em Cabo Delgado, tendo assegurado que as Forças de Defesa e Segurança (FDS), continuam a trabalhar com vista a sua reposição. Nega a existência de distritos que estejam nas mãos dos insurgentes e fala de aproveitamento das fragilidades dos moçambicanos na busca de emprego para integrarem o bando.

“Não existe zona que se pode dizer que está nas mãos dos insurgentes o que existe são zonas propensas a incursões dos malfeitores”, disse.

Para de seguida apontar os distritos da Mocimboa da Praia, Muídambe, Macomia e algumas comunidades de Quissanga, Meluco, Mueda e Nangade como sendo os pontos mais críticos das operações do grupo de insurgentes, que no seu en-



Sérgio Chichava

tender são compostos por moçambicanos e tanzanianos.

Desde a semana passada, tem sido reportada a presença de mercenários de uma empresa com sede África em acções de combate aos grupos armados em Cabo Delgado. Trata-se da empresa de segurança privada sul-africana Dyck Advisory Group Conservation Trust (DAGCT), que promoveu ataques aéreos contra bases do grupo terrorista.

A operação é supostamente avaliada em 15 milhões de dólares por semestre.

Esta é a segunda vez que o executivo aposta em mercenários, para enfrentar os “jihadistas”, depois de no primeiro momento ter apostado nos russos do grupo Wagner, que abandonaram o terreno por razões desconhecidas.

Por outro lado, o Chefe de Estado-Maior General, Lázaro Menete, promoveu no final de semana um grupo de oficiais afectos ao Comando de Teatro Operacional Norte, no distrito de Mueda, a patentes de oficiais superiores e subalternos.

Menete fez mexidas na direcção da tropa e comando com o intuito de trazer nova dinâmica e alen- ➤

Cabo Delgado

Ajuda militar externa é inevitável - EIU

A ajuda militar externa no combate aos grupos armados que protagonizam ataques em Cabo Delgado é inevitável e necessária, dada a manifesta incapacidade das Forças de Defesa e Segurança (FDS), considera a Economist Intelligent Unit (EIU), entidade de análise ligada à revista britânica The Economist.

Na sua análise, a EIU assinala que o comando das Forças de Defesa e Segurança está envelhecido e ainda preso a uma doutrina que transporta desde os tempos da luta armada contra o colonialismo português, que terminou há 44 anos. O estudo refere que o Governo moçambicano tem recebido várias ofertas de apoio militar internacional, mas não está claro se tomará a melhor decisão na escolha de parceiros para combater aos grupos armados no Norte de Moçambique. “A experiência com a empresa de segurança privada Wagner é elucidativa desses receios. A empresa não se mostrou eficaz desde que chegou em Outubro de 2019 e tem uma má relação e coordenação com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique”, refere a EIU. A presença da empresa russa pode ter atraído grupos filiados ao Estado Islâmico (EI) para o teatro de

operações em Cabo Delgado, que viram uma oportunidade no terreno para ajustar contas pelos confrontos na Rússia.

A Wagner e o EI travaram batalhas sangrentas na Síria, assinala o EIU. Na sequência desse passado recente, a presença da Wagner em Cabo Delgado propulsionou uma escalada na violência.

De acordo com a análise, o mercenário norte-americano Eric Prince, da Blackwater, colocou helicópteros à disposição das autoridades moçambicanas, mas o gesto estará mais enquadrado num esforço de ganhar influência e negócios do que em se envolver no conflito.

Empresas de segurança privada sul-africanas conhecem o terreno e têm experiência em envolvimento em conflitos em África, mas o seu interesse tem sido recebido com frieza por Maputo, devido a razões históricas.

Essas firmas de segurança privadas são detidas por antigos operacionais do exército do apartheid.

Desde a semana passada, tem sido reportada a participação de uma empresa de segurança privada em acções de combate contra grupos armados em Cabo Delgado.

Foram referidos raids aéreos contra homens armados na província.

A EIU nota que os grupos armados mostraram nas últimas semanas

uma melhor organização logística e coordenação, levando as forças de defesa e segurança a capitularem.

Ataque a Palma é uma questão de tempo

Um ataque a Palma, distrito que acolhe os projectos de produção de gás natural, é inevitável e é uma questão de tempo.

O grupo controla agora porções de território significativos e cortou a ligação por estrada em Cabo Delgado entre o norte e sul do país.

A EIU considera a campanha contra a insurgência das Forças de Defesa e Segurança ineficaz, incluindo erros grosseiros, em paralelo com o incremento da capacidade dos insurgentes e das suas ligações internacionais, impõe de forma enfática a necessidade de uma reformulação e mudança fundamentais da estratégia do Governo de Filipe Nyusi. Para alterar o cenário, as autoridades moçambicanas vão precisar de reconhecer a natureza internacional

do problema, incluindo a ligação ao EI, as fontes locais do conflito, acabar com a perseguição à sociedade civil e abrir o terreno para pesquisadores.

As FADM precisam de uma reestruturação fundamental e de pararem com o abuso dos direitos humanos, salienta a EIU.

Por enquanto, mais desaires militares devem ser esperados, até que se falha uma escolha prudente da ajuda internacional.

A EIU refere que o estilo autoritário com que a Frelimo gere conflitos e a brutalidade das Forças de Defesa e Segurança apenas agravaram o descontentamento no Norte de Cabo Delgado e criaram um campo fértil para recrutamentos.

Efeito covid-19

No campo económico, o EIU sublinha que a economia moçambicana vai contrair para 2,4% em 2020, devido ao impacto da covid-19, mas depois vai crescer para 6,3% entre

2021-24, impulsionado pelo sector do gás natural.

O défice fiscal vai conhecer um agravamento, por força de um aumento expressivo de gastos públicos.

O actual défice da conta corrente vai se acentuar para 20,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, fruto do declínio das exportações. E em 2023, esse défice continuará a expandir-se até 32,2% do PIB, puxado por um aumento nas importações de bens de capital pelos grandes projectos.

O défice vai baixar para 27%, à medida que as exportações de gás aumentarem.

A EIU reviu em alta a taxa de inflação, antevendo agora que alcance 6,8% de uma projecção inicial de 4,3%, devido à uma depreciação consistente da moeda.

“A pandemia do coronavírus tem tido um impacto devastador na procura global de commodities”, lê-se no texto.



to aos militares afectos ao maior quartel de Cabo Delgado, numa altura em que é o único distrito da zona norte da província que ainda não sofreu ataques.

Na ocasião, Menete disse que a promoção visa intensificar os esforços para a manutenção da paz, garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas no norte do país.

Estamos a trabalhar

Depois de um silêncio sepulcral, o Presidente da República, Filipe Nyusi, afirmou que o Governo continua a trabalhar noite e dia e usando tudo o que está ao seu alcance para a defesa da população dos distritos de Cabo Delgado assolados pelos ataques violentos.

Apelou às populações a não acatarem informações que pretendem dividir o povo moçambicano e criar ódio contra as FDS.

Saudou ainda as atitudes desencadeadas pelas populações que se juntaram as tropas governamentais para combaterem aos insurgentes.

UE preocupada

Em comunicado que divulgou na quarta-feira, a Delegação da União Europeia (UE) em Maputo manifestou “grande preocupação” com a visível degradação da situação de segurança na província de Cabo Delgado, ocorrida nas últimas semanas

“Seguimos com apreensão o conseqüente agravamento da situação humanitária na província, com uma crescente insegurança das popula-

ções locais e a rápida multiplicação do número de deslocados internos”, refere a nota.

A UA defende que a presente situação requer uma acção eficaz que permita proteger os cidadãos, desenvolver investigações que permitam levar os responsáveis à justiça e identificar o papel desempenhado por grupos extremistas violentos.

A Delegação da UE reitera a sua disponibilidade para prestar assistência a Moçambique e prosseguir e intensificar o diálogo com as autoridades nacionais, visando uma solução integrada, coordenada e abrangente.

A resolução do problema deve passar por repostas às múltiplas dimensões da actual crise, incluindo as suas implicações regionais.

A resposta a ser dada pelas autoridades só poderá proporcionar resultados efectivos e satisfatórios, se garantir o pleno respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais das populações, prossegue.

O exercício das liberdades de expressão, de imprensa e do direito à informação afiguram-se, neste contexto, fundamentais para permitir uma melhor compreensão e combate ao fenómeno do extremismo violento que assola a província.

Nesse sentido, a UE lamenta o desaparecimento, no passado dia 07 de Abril, do jornalista da Rádio Comunitária de Palma, Ibraimo Abu Mbaruco, e apela às autoridades para que o caso seja investigado com rapidez e profundidade, finaliza o comunicado.



LYNDEN
Language Solutions

APRENDER INGLÊS NÃO TEM BARREIRAS A TECNOLOGIA NOS UNE!



**NOVOS CURSOS, EM GRUPO - 20 DE ABRIL
POR SKYPE/ZOOM/WHATSAPP**

**10% de desconto para as primeiras 20 pessoas!
Para mais informações: info@lynden.co.mz**



Rua 3511 / Inhambazula Nr° 26,

Sommerschield 2

t 82 3072540

e info@lynden.co.mz www.lynden.co.mz

Medidas de contingência contra o Covid-19 longe da realidade social

Escapar da doença e morrer a fome

Por Raul Senda

Vicente Madede, 49 anos, desempregado, pai de quatro filhos e residente no bairro de Magoanine C, arredores da cidade de Maputo, foi vítima do mal sucedido processo das privatizações, que marcou o país após a liberalização da economia.

Antes de cair no desemprego, trabalhava na ex-promissora indústria têxtil. Sem emprego formal, Madede faz parte de 61% dos moçambicanos, em idade economicamente activa, que trabalham a conta própria.

O negócio de refrigerantes e bebidas alcoólicas numa barraca aberta no seu bairro foi a alternativa encontrada para a sobrevivência. Como qualquer negócio, Madede tem tido altos e baixos.

Foi nesta senda que, para ampliar o seu negócio, há um ano, recorreu a uma instituição de micro-finanças para pedir crédito. Foi-lhe concedido o valor de 150 mil meticais a serem pagos em 36 meses, com uma taxa de juro de 25%. Com o empréstimo, Madede renovou a barraca e aumentou a oferta de variedade de bebidas alcoólicas e refrigerantes. Também passou a fornecer petiscos e outro tipo de refeições aos seus clientes. Com o crescimento do negócio, viu-se obrigado a contratar dois colaboradores.

Soubes o SAVANA que com as rendas da sua barraca, Vicente Madede amortecia o crédito, sustentava a família, custeava as despesas de água, luz e alimentação. Da mesma fonte pagava salários aos seus colaboradores na ordem de quatro mil meticais a cada.

Na realidade, a barraca de Vicente Madede garantia, de forma directa, a sobrevivência de quinze pessoas e tantas outras de forma indirecta.

No dia 30 de Março de 2020, em comunicação à Nação, o Presidente da República, Filipe Nyusi, anunciou novas medidas visando a contenção da propagação do Novo Coronavírus. Da comunicação foi aprovada e publicada a Lei número 1/2020 de 31 de Março, que ratifica a declaração do estado de emergência constante no Decreto-Presidential número 11/2020, de 30 de Março.

Dentre as medidas de execução administrativa, consta o encerramento definitivo de todas as barracas dedicadas à venda de bebidas alcoólicas e de todos locais de diversão, durante a vigência do estado de emergência.

Com esta medida, Vicente Madede encerrou o seu estabelecimento, despediu os dois colaboradores, tem dívidas com a instituição financeira que a qualquer momento poderá executá-lo e a família está



Com o Estado de Emergência visando atenuar os efeitos de COVID19, o Governo ordenou o encerramento das barracas e se esqueceu do impacto social dos dependentes dessas fontes de rendimento

a passar fome, porque o dia-a-dia da barraca é que garantia a subsistência.

Dados atinentes ao processo laboral, publicados na edição número 125 do Boletim Ideias, uma publicação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) indicam que apenas 12% da população economicamente activa é que tem emprego formal. Do grupo, 5% são assalariados do sector público e 7% do sector privado. Os mesmos dados indicam que 19% são trabalhadores do sector familiar não remunerado e 8% ganham a vida recorrendo a outros meios de sobrevivência.

Ademais, o Estado não garante assistência social condigna às camadas vulneráveis ou carenciadas de forma regular. De um universo de aproximadamente 15 milhões de pessoas que vivem na situação de pobreza, apenas 700 mil agregados familiares é que têm assistência do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) com valores que variam entre 540 a 1050 meticais/mês.

Portanto, a maioria da população moçambicana tem de trabalhar todos dias para ganhar o seu pão diário. Nas palavras do Director-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, todas as medidas atinentes a mitigação da propagação da Covid-19 devem ser acompanhadas pela protecção social às comunidades vulneráveis.

No caso concreto de Moçambique, o Governo ordenou a restrição de certas actividades, contudo não acompanhou a decisão com medidas de assistência social ou de mitigação do impacto económico das famílias vulneráveis.

No entender de alguns analistas ouvidos pelo SAVANA, este foi um dos grandes erros do Governo. Decretar medidas restritivas sem olhar para a realidade social.

A consequência é que o novo Coronavírus, além de produzir repercussões de ordem biomédica e epidemiológica, terá repercussões sociais graves no seio da população carente.

Tal como Madede, Verónica M., 39 anos, solteira e mãe de três filhos é das pessoas directamente afectadas com o encerramento definitivo das barracas e pede ao executivo que encontre meio termo que, pelo menos, garanta a sobrevivência dos dependentes do negócio.

Verónica enfatizou que as medidas tomadas pelo Governo, podem salvar pessoas da doença, mas mata-las de fome. Pelo que, as excepções abertas para outros negócios podiam ser alastradas as barracas de venda de comidas, refrigerantes e bebidas alcoólicas e permitir que funcionem durante o dia, mediante a observação de medidas de higiene e de prevenção da doença.

Na realidade, devido a fome, muitas pessoas estão a violar a ordem governamental e a polícia reage com as detenções.

Neste momento, a Polícia da República de Moçambique (PRM) fala de 100 pessoas detidas em conexão com o crime de desobediência. Isto é, por violar o Decreto Presidencial que determina o Estado de Emergência. As detenções verificam-se numa altura em que o Governo anunciou a libertação de cinco mil reclusos como uma das formas de conter a propagação da Covid-19.

Governo cabulador

O sociólogo Patrício Langa explica que não dúvida da “boa intenção” do Governo mandar encerrar as barracas e outras actividades de lazer para conter a propagação do vírus. Contudo, duvida da razoabilidade da decisão.

“Costuma-se dizer, na sabedo-

ria popular, que o caminho para o inferno está pavimentado pelas boas intenções. Não conheço, do Governo, qualquer consideração sobre os prós e contras da medida para que dela se possa avaliar a razoabilidade. A questão também não se coloca apenas do lado da caridade ou de incentivos sociais, sem considerar todos aspectos incluindo a capacidade do país, para não dizer do Governo. Temos o hábito problemático de pensar que no Governo reside a solução dos nossos problemas e que há lá um saco azul com fundos. A questão é sabermos se não matamos o doente com o remédio que em princípio o deveria curar. As barracas foram uma forma de produzir a vida, para alguns, que se normalizou com a domesticação da ideia da sua informalidade. Mas elas próprias, mesmo sem a Covid-19, poderiam constituir um foco de problemas sanitários e não só. Portanto, o problema é mais profundo ainda”, explicou. O sociólogo, que também é docente universitário, salientou que as decisões que afectam a vida dos moçambicanos são tomadas sem que os visados possam participar na avaliação da sua razoabilidade, porque “temos um sistema político que faz do decisor um sábio



Patrício Langa, Sociólogo

incontestável e o povo vulnerável”. Langa frisa que, na verdade, temos um problema de deficit de cidadania e de falsas expectativas. Explica que ninguém perguntou aos barraqueiros que estratégias pensavam adoptar face à propagação da Covid-19. Apenas se tomou uma decisão, porque quem tem poder acha que sabe melhor, mesmo sem ter considerado o problema na sua complexidade.

“O Governo mandou fechar barracas. E depois? Isso faz-me pensar que a preocupação não era necessariamente com a Covid-19, mas como ser agoverno numa situação da pandemia. Aí o Governo simplesmente agiu, mimeticamente, copiando o que os Governos de outros países fazem”, enfatizou.

Patrício Langa assinalou que o Governo “cabulou a solução”, mas não domina as operações da equação. Daí não poder adoptar todas as medidas subsequentes que outros países com melhor cidadania podem fazer, considerando as suas especificidades.

Langa explica que o executivo deveria olhar para as pessoas como cidadãos que se preocupam mais com a sua existência do que o próprio Governo. Deveria devolver-lhes a cidadania e estes também poderiam reclamá-la. E essa reclamação não se faz necessariamente pedindo dinheiro, principalmente de um Governo que não tem. As pessoas têm que ter o poder de decidir sobre a possibilidade de morrer da doença ou morrer do remédio.

Sobre a prisão dos infractores, Langa conta que a medida pode não ter sido bem acertada na medida em que o Governo não vai poder prender todo mundo.

“Não faz muito tempo que se anunciou a amnistia de

Continua na pág. 6

4.5G

GOLO

Fale grátis**O nosso plano
Funcionário Público III**

Escolha este plano e receba um conjunto exclusivo de benefícios. O plano inclui **chamadas gratuitas** entre os funcionários públicos que tenham subscrito a este serviço, **4GB** para acesso a Internet de alta velocidade, **3200MT de crédito** e **1000 SMS's** para todas as redes nacionais.

Por apenas 1100 MT por mês.

Saiba mais em empresas@vm.co.mz
ligue 100 ou visite uma Loja Vodacom

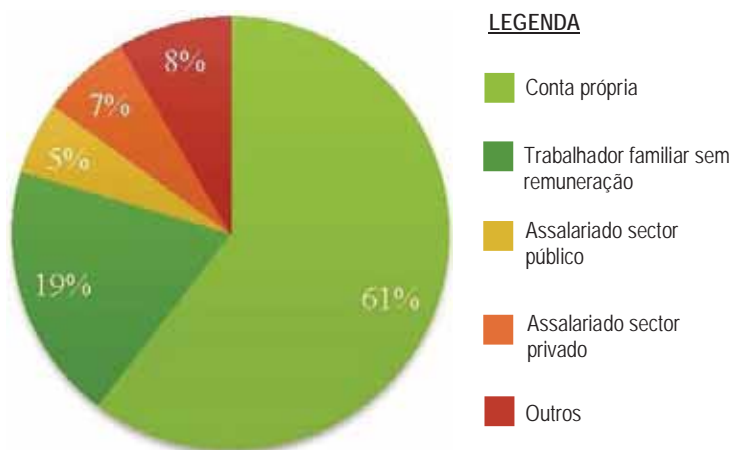
O futuro é tudobom.

Vamos?**vodacom
business**

Termos e Condições Aplicáveis. Oferta válida apenas para Funcionários Públicos. Chamadas gratuitas válidas entre funcionários públicos que tenham subscrito a este serviço. Oferta disponível para Clientes Pré-pagos, não inclui dispositivo e não obriga assinatura de contrato. Pagamento de subscrição disponível nas lojas Vodacom, M-Mpesa e transferência bancária.

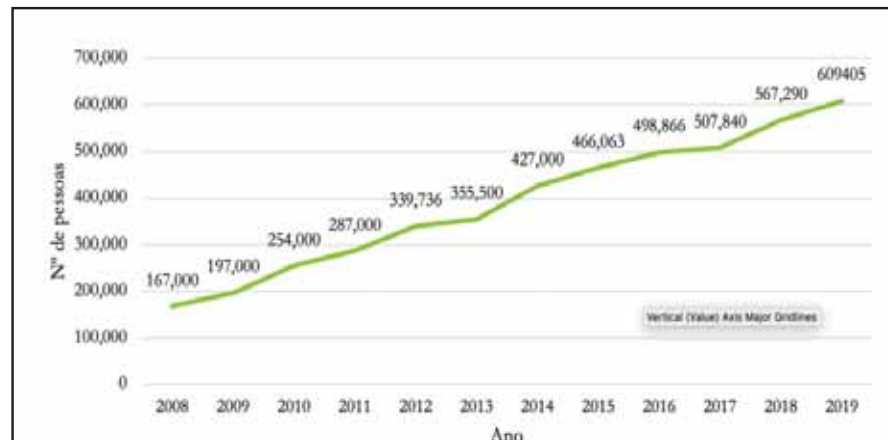
Continuação da pág. 4

A população economicamente activa, segundo o processo laboral, 2019



Fonte: IESE

Evolução de agregados familiares beneficiários dos programas do INAS, 2008-2019



Fonte: IESE

prisioneiros precisamente pelo mesmo motivo, a Covid-19. Em tudo isto se releva a perplexidade das medidas desprovidas de uma análise consequente sobre as suas implicações feitas não apenas pelo Governo no alto pedestal da sua sabedoria incontestável, ou do conselho de comissões que de científica ou técnica só tem o nome, mas colhendo os melhores argumentos de um debate público feito pelas várias forças vivas da sociedade.

O nosso entrevistado termina a sua explanação referindo que “vivemos num país estranho, onde mesmo as universidades são aconselhadas pelo Governo e não o contrário”.

Estado de emergência não está acima do Estado de Direito Democrático

Uma das consequências da violação do estado de emergência é a prisão dos infractores. Contudo, em vez de mandá-los ao tribunal para a sua responsabilização, a PRM apresenta-os a imprensa algemados como se fossem cadastros perigosos, o que, de certa maneira, viola os seus direitos fundamentais.

O presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Luís Bitone Nahe, classifica a apresentação pública e as algemas dos detidos em conexão com os crimes de desobediência como actos condenáveis.

Segundo Nahe, a lei que ratifica o



Luís Bitone Nahe, Jurista

Decreto Presidencial e o respectivo Regulamento determina o leque de restrições, mas em nenhum momento põem em causa o respeito pelos direitos fundamentais. Explica que em caso de violação dos preceitos do estado de emergência, a força pública está autorizada a actuar, contudo, sem

colocar em causa os direitos fundamentais, o que não está acontecer neste momento.

Luís Bitone Nahe, que também é activista dos direitos humanos, frisou que as medidas restritivas podem restringir alguns direitos, mas em nenhum momento se pode colocar em causa o respeito pela dignidade humana.

“O que a polícia deve fazer, em caso de flagrante delito, é reter as pessoas e imediatamente entregar as autoridades competentes. Ao prender pessoas, algemá-los e apresentar nos meios de comunicação social é uma grave violação aos direitos fundamentais. A polícia está a condenar publicamente os presumíveis infractores. O estado de emergência não pode colocar em causa o Estado de Direito Democrático”, explicou o jurista. O presidente da CNDH apelou as autoridades competentes no sentido de flexibilizar a capacitação das Forças de Defesa e Segurança (FDS), a fim de salvaguardar os princípios basilares da Constituição da República.

“Como CNDH estamos à favor das medidas tomadas no quadro de estado de emergência, porque acautela ou garante a preservação de um bem maior que é a vida. Contudo, condenamos que essas restrições coloquem em causa os direitos humanos”, frisou.

Explica que o papel da força pública, nos termos da lei, é reprimir toda pessoa que comete um facto proibido, mas também é dever do juiz perceber o momento e entender que, para certos crimes, a lei abre espaço para que, além de mandar à prisão, há outras formas de responsabilização, sobretudo quando estamos perante uma situação de crimes de pequena escala.

Quanto às detenções relacionadas com a violação das medidas impostas no quadro de estado de emergência, Nahe recorda que não se pode confundir a detenção com a condenação.

“A nossa atenção não é com as detenções da polícia. É como os tribunais tratam esses casos. Se a decisão dos juízes for de manter as pessoas nas cadeias, isso será preocupante, mas se encontrar outras formas de responsabilizar que não passam pela cadeia, achamos que não há muito de anormal”, sublinhou.

Convidado a comentar o facto dos proprietários das barracas não terem outra forma de sobrevivência, o que os leva a violar as res-

trições do estado de emergência, Luís Nahe, referiu que o Decreto Presidencial fala de medidas generalistas e delegou aos ministérios

de tutela para regulamentar as questões específicas e cabe a estas instituições fazer o seu trabalho..

Não se pode educar a sociedade beliscando a dignidade da pessoa

Para o juiz conselheiro e porta-voz do Tribunal Supremo (TS), Pedro Nhatitima, a Lei que concede amnistia e perdão de penas, visando o descongestionamento das cadeias como medida para minimizar a propagação da covid-19, serve para os factos cometidos antes da aprovação e publicação da mesma.

De acordo com o magistrado, todas infracções cometidas após a entrada em vigência da Lei de Amnistia e Perdão de penas não são abrangidas pela mesma.

Portanto, a violação das normas contidas na declaração do estado de emergência, na sua maioria ou tipificadas como crime de desobediência, estão fora do horizonte temporal da Lei de Amnistia e Perdão de Penas e o tratamento processual é sumário. Nhatitima afirma que nos termos do Código Penal, o crime de desobediência simples é punido com pena até seis meses e a desobediência qualificada até um ano de prisão. Portanto, são processos sumários cuja tramitação é rápida na medida em que não exigem muita solenidade. Sublinha que neste tipo de crimes, quando a polícia prende, deve apresentar imediatamente o arguido ao juiz para efeitos de julgamento. Por sua vez, na decisão a tomar, o juiz pode substituir a prisão efectiva por medidas privativas à privação da liberdade como seja a aplicação de multas, prestação de trabalho socialmente útil à sociedade



Pedro Nhatitima

e a suspensão temporária dos direitos.

O magistrado acredita que os juízes, no âmbito do limite das suas competências e dos casos por conta da prática de crime de desobediência saberão ponderar a aplicação das medidas alternativas à privação da liberdade, respeitando, obviamente os requisitos estabelecidos na lei como seja, o réu ser primário, a moldura penal aplicável não ser superior a dois anos e não haver receio da prática das mesmas infracções entre outras.

O SAVANA quis saber de Nhatitima se o sistema judiciário está preparado para atender todos casos, atinentes aos crimes de desobediência, em tempo real, ao que afirmou que sim, mas ressalvando que na fase actual do estado de emergência, os juízes estão focados na análise e verificação das condições para a concessão das liberdades condicionais e acrescida aos despachos e extinção do procedimento para a população reclusória beneficiária da Lei de Amnistia e de Perdão de Penas. Sublinhou que para os crimes

de desobediência, estando no leque de processos urgentes, acredita-se que poderão merecer maior atenção dos juízes. Sobre a forma de apresentação pública dos detidos (exposição e uso de algemas) em conexão com os crimes de desobediência, Nhatitima reprovou o tal acto e recordou que há direitos constitucionais que não foram suspensos com a vigência de estado de emergência.

Portanto, a polícia em todos seus actos deve respeitar a Constituição.

Sublinha que o crime de desobediência é uma infracção criminal que não ofende com gravidade os bens jurídicos protegidos pelo Código Penal, pelo que os infractores devem ter um tratamento digno e não se justifica a exposição dos suspeitos e muitos menos algemados, porque põe em causa a imagem e o bom nome das pessoas.

Pedro Nhatitima rematou que não se pode educar uma sociedade beliscando a dignidade pessoa.

A FIBRA DA TVCABO É O MELHOR PARCEIRO PARA O SEU NEGÓCIO

Art Direction by www.bangbang.agency

Encontre na TVCABO e na sua rede de fibra óptica o parceiro ideal para garantir a qualidade e a segurança do seu negócio.

21 480 550 | www.tvcabo.mz/negocios

tvcabo

Os “profetas” e “médicos tradicionais” em tempos de Covid-19

Cadê vocês e os vossos milagres!?

Por Armando Nhandumbo

Quando o mundo segue o seu curso normal, eles se arvoram os solucionadores de todos os problemas. Prometem milagres e cura até para doenças incuráveis. Alguns a partir de púlpitos de igrejas e seitas religiosas, outros em palhotas e cabanas. Mas, quando a covid-19 lhes dá oportunidade flagrante para provar seus milagres, eles marcam um passo para trás. Esses são os nossos “profetas” e “médicos tradicionais”, não os verdadeiros, mas os mafiosos que têm no desespero dos outros a sua fonte de sobrevivência.

Uns se autodenominam profetas e apóstolos, outros de médicos tradicionais. Mas há quem lhes chame de charlatões que, em nome de Deus/Allah ou da medicina tradicional, aproveitam-se da aflição dos outros para obter a fonte para a sua sobrevivência.

Nos últimos anos, Moçambique conheceu um crescimento galopante de igrejas e seitas religiosas, algumas separadas por menos de um quilómetro. Nessa corrida desenfreada, algumas até disputam espaço e seguidores.

Naquilo que parece um autêntico negócio de fé, algumas não coíbem em cobrar dízimo aos seus seguidores mesmo em plena crise do novo coronavírus.

José Guerra, presidente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), não tem contemplações quanto a isso.

“Aquele que está livre de cumprir a sua fidelidade [que o faça]. Temos de estar ciente de que a Igreja vive na base de dízimo e ofertas. O momento é crítico para nós também. Temos edifícios alugados e a Igreja vive na base dos seus membros”, refere José Guerra.

Nas contas do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, o país tem mais de mil igrejas.

Mas o *director* nacional dos Assuntos Religiosos naquele *Ministério*, Arão Litsure, chama atenção de que esse é apenas o número de igrejas registadas.

De facto, tantas outras não estão oficializadas. São seitas que apre-



Arão Litsure



goam milagres e cura para um pouco de tudo, incluindo doenças que, na medicina convencional, são incuráveis, casos de HIV/SIDA.

“Nenhuma doença é incurável”, apregoam eles, nessa luta incessante pela busca de fiéis.

Para além da IURD e da Igreja Mundial do Poder de Deus, algumas das mais populares que também apregoam “milagres de salvação” incluem a Igreja Ministerial Nações para Cristo, do famoso “apóstolo” Onório Cutane, e da Igreja Palavra da Profecia, do polémico “profeta” Joe Williams. Mas não é só de igrejas e seitas religiosas que o país está cheio. Moçambique também foi inundado por praticantes de medicina tradicional, alguns provenientes da região dos grandes lagos, com uma forte tradição na prática.

Quem anda pelos centros urbanos como Maputo, depara-se, a cada esquina, com um número sem fim de anúncios a prometerem solução para tudo.

Há até promessas bizarras, como recuperar amor perdido, dar memória escolar e até sorte no emprego.

Mas não é só nas cidades que há um mar de seitas religiosas e esquinas de prática de medicina tradicional. O cenário se repete pelo país adentro, com destaque para as zonas rurais, onde se concentra maior parte da população pobre e analfabeta do país.

Mas também não são só os pobres nem analfabetos que caem nas promessas de supostos profetas e apóstolos e praticantes de medicina tradicional.

Há também casos de gente da classe média e com escolarização acima da média.

Um dos episódios que se tornou viral nas redes sociais foi do antigo ministro do Interior, Almerino

Manhenje que, num vídeo amador, joga-se ao chão, depois de receber bênção do “apóstolo”.

Os desaparecidos

Numa altura em que o mundo está mergulhado na maior pandemia do nosso tempo, quando a medicina convencional tenta encontrar uma vacina contra a covid-19, os senhores dos milagres e das curas são os grandes ausentes.

O que devia ser uma oportunidade flagrante para provarem os seus milagres, não passa disso.

O SAVANA contactou alguns dos profetas e médicos dos milagres e ninguém se mostra disposto para atacar uma pandemia que parece estar a desmascarar os senhores dos milagres.



Onório Cutane

O “doutor Sofrimento Ningore” é um dos médicos tradicionais com anúncios na internet e até em alguma imprensa, onde promete curar um pouco de tudo. Natural de Mueda, na província de Cabo Delgado, “Sofrimento Ningore” diz que é médico tradicional há 33 anos, um tempo que, enfatiza ele, “não é brincadeira”.

Mas, nestes tempos da covid-19, o “doutor” está sem solução. “Não. Não resolvo esse problema”, responde, de pronto, quando questionado se curaria ou não a covid-19. “Não posso. Sou dirigido por espí-

ritos no que faço”, repete, perante nossas insistências.

O “She Yahaya”, outro médico tradicional com anúncios em esquinas e nas redes sociais, também marca um passo para trás.

“Não. Essa doença é uma grande novidade”, diz. Lembramo-lo que a covid-19 é uma doença, tal como as outras incuráveis na medicina convencional, mas que ele promete resolver.

“Covid é uma doença, sim, mas nos surpreendeu”, respondeu “Yahaya”, natural de Mongicual, no litoral de Nampula.

A IURD é uma das Igrejas evangélicas que, nos seus cultos, apregoa salvação ao homem, com milagres e curas. De acordo com estatísticas de 2016, a IURD conta com mais de 1 milhão de membros.

José Guerra é o presidente da IURD Moçambique. Diz que a sua Igreja entra para curar doenças somente onde os médicos não conseguem diagnosticar. “Mas o coronavírus é um mal que os médicos diagnosticaram, só não há cura”, diz, acrescentando que “nos respeitamos os médicos”.

Aliás, o presidente da IURD precisou que, enquanto os cientistas lutam para vacina, a sua Igreja realiza preces para que Deus inspire os homens da saúde a encontrarem a vacina.

Para o pastor e presidente da Igre-

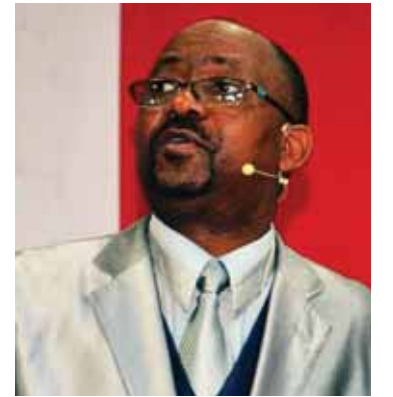


José Guerra

ja Ministério Evangelho e Acção (MEA), com mais de mil congregações em Moçambique, é uma abordagem errada exigir milagres da Igreja para a covid-19, porquanto não é a Igreja que cura, mas sim Deus, o todo-poderoso.

“Devia se dizer que esse Deus, que é tudo, que resolva isso e não as igrejas. É melhor se cobrar, directamente, a Deus”, diz Luís Maposse, sublinhando que o Homem não tem cura.

Para as insistências, responde que o MEA não tem nenhuma cura contra a covid-19. “A Igreja está a orar”, rebate, acrescentando que não vai parar.



Luís Maposse

“Quando alguém vem pedir uma oração qualquer, não vou deixar de orar. Deus cura e, para isso, há requisitos: é preciso ter fé e a fé é resultado da ministração da palavra Dele”, diz.

Igualmente, o pastor João Bata, da Igreja Intercontinental dos Milagres de Deus, diz que quem cura não é o Homem, mas Jesus Cristo. “Nós só oramos. Seguimos a graça e a misericórdia de Deus. Sobre cura, só o próprio Deus sabe”, refere.

Bata diz que a covid-19 é a concretização da profecia de Deus sobre a vinda das pragas. “Estas pestes e guerras são sinais da vinda de Jesus Cristo. Mas não é o fim, é o princípio da dor. A coisa importante é orarmos e pedir misericórdia”, observa.

Esforços para ouvir Onório Cutane, da Igreja Ministerial Nações para Cristo, redundaram em fracasso, desde terça-feira até esta quarta.

Mas, num vídeo que se tornou viral nas redes sociais, Cutane diz que já desfez os planos do inimigo. “O coronavírus já foi completamente derrotado. Não se preocupem mais com ele. Eu já desfiz os planos do maligno, os planos do inimigo, por causa do meu amor por vós e por causa das vossas orações incessantes. Não deixem a media mundana (...)”, diz.

Num outro sermão de 21 de Março, sobre a covid-19, Cutane dizia aos seus fiéis que, “depois desta oração, uma boa notícia há-de vir



A todos os nossos Clientes, Parceiros e Amigos.

Moçambique enfrenta, à semelhança do resto do mundo, um período muito difícil provocado pela pandemia do COVID-19. É uma situação que exige, de todos, calma e disciplina.

A nossa primeira preocupação é sempre as pessoas: daí que tenhamos implementado um conjunto de medidas desde há várias semanas para limitar o contacto pessoal entre colegas e com os nossos clientes e parceiros. Por exemplo, há várias semanas que deixamos de ter reuniões internas presenciais e todas passaram a ser por teleconferência e, na mesma altura, cancelámos todas as viagens de negócio.

A disponibilidade e acesso à informação é crucial nestas alturas e como tal desenvolvemos um plano de comunicação específico para o efeito, contemplando que produtos de higiene usar e como os usar, quais as formas de contágio e cuidados a ter e, acima de tudo, fomentando a partilha destes cuidados por todas as comunidades ao nosso redor.

Sendo um banco pensado para o futuro, havíamos já introduzido diversas ferramentas de trabalho à distância para uma parte significativa das nossas equipas nos serviços centrais, nomeadamente aquando da mudança para as instalações nas Torres Rani, em que temos em prática um modelo de distribuição livre dos colaboradores: estando quase todos equipados com computadores portáteis e acesso à rede interna do Banco por wifi, os colegas podem usar qualquer posto de trabalho em qualquer um dos pisos existentes. Naturalmente, esta é a melhor base de preparação para uma situação de emergência como a que vivemos.

Porque nos preocupamos com o bem-estar dos nossos clientes, individuais e empresas, ainda que agora mantendo as devidas distâncias, temos vindo a intensificar o contacto e acompanhar a situação para apoiar naquilo que pudermos.

Nesta altura, cerca de 60% dos nossos colaboradores dos serviços centrais estão já a trabalhar a partir de casa. Dessa forma, estão mais protegidos eles próprios, as suas famílias, os nossos clientes e parceiros e a sociedade em geral. Todos temos que fazer a nossa parte. Naturalmente, existem funções que, pela sua natureza, exigem a presença física no local de trabalho e como tal alguns de nós continuam nesse regime, mas sempre com o máximo de cuidado e evitando todo o contacto social, no horário de trabalho e fora dele.

As nossas agências, espalhadas por todas as províncias do país, continuam a operar como sempre. Todas elas estão equipadas com desinfetante nas zonas de atendimento a clientes e nas zonas internas do balcão. Por forma a garantir o devido distanciamento entre pessoas, um máximo de cinco clientes podem estar dentro da agência a cada momento e para sua conveniência e higiene, a porta será aberta pela segurança. Todas as agências e ATM estão sujeitas a intervenções de limpeza ainda mais frequentes e rigorosas.

Este vírus está a afectar a saúde das pessoas mas também da economia em geral. Com alguns sectores bastante impactados por via das limitações das suas cadeias de fornecimento, o abrandamento da actividade económica que o próprio isolamento provoca e a apreensão dos diversos agentes económicos quanto a um futuro incerto, sabemos que a situação económica das famílias e empresas moçambicanas será, infelizmente, também afectada. Como tal, o Absa Bank Moçambique, em linha com as medidas extraordinárias aprovadas pelo Banco de Moçambique, decidiu ajudar os seus clientes e parceiros desde já com medidas que permitam melhorar a sua capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos e gestão de tesouraria, assim como incentivar a utilização de serviços digitais e banca electrónica, nomeadamente:

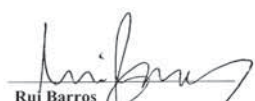
- > eliminando todas as comissões de utilização em qualquer ATM em território nacional para todos os seus clientes, por um período de 3 meses a começar a 10 de Abril
- > eliminando as comissões de transferência para carteiras móveis, por um período de 3 meses a começar a 10 de Abril
- > eliminando todas as comissões de utilização dos Canais Digitais, por um período de 3 meses a começar a 10 de Abril
- > estando disponível para pagar antecipadamente facturas vincendas, referentes aos próximos 3 meses, aos seus fornecedores regulares
- > oferecendo aos retalhistas com serviços de entrega ao domicílio soluções grátis de cobranças domiciliárias (via cartões bancários e carteiras móveis), por forma a promover a expansão destes serviços e contribuindo assim para a redução das deslocações da população

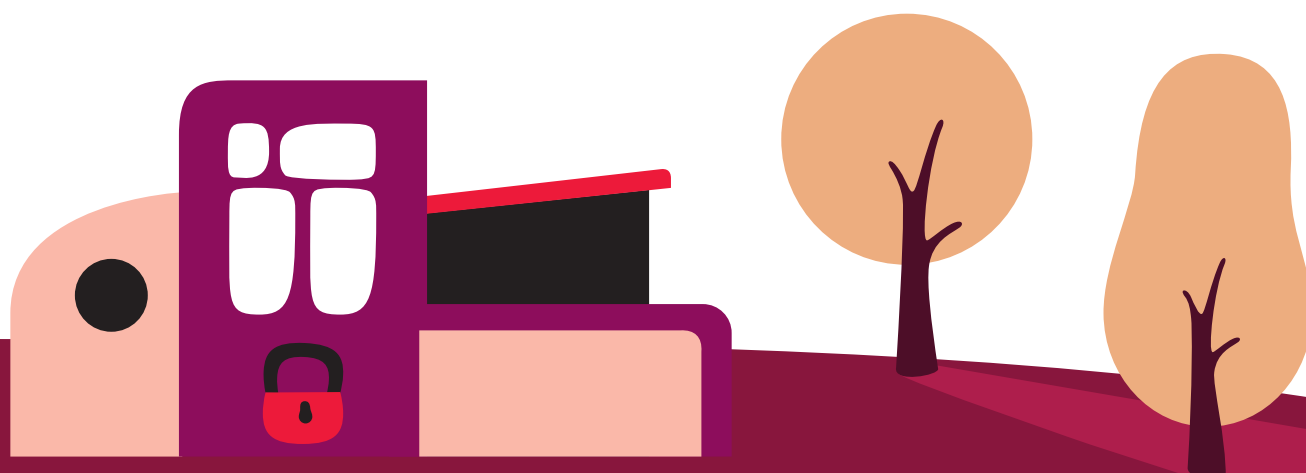
Todas estas medidas estão a ser acompanhadas por um reforço da robustez financeira do Banco, garantido que a nossa posição de capital e liquidez está mais forte que nunca. Como um dos bancos da praça com melhores rácios nessa matéria nos últimos anos, estamos naturalmente bem preparados para continuar a apoiar os nossos clientes e Moçambique a ultrapassar mais uma adversidade, certos que no final seremos todos mais fortes.

Mantemos as nossas linhas abertas, 24h por dia, através do 1223 ou 21344400. E os nossos contactos telefónicos pessoais continuam os mesmos e muito activos. Estamos aqui para o apoiar e dar vida às suas possibilidades, sempre!

Iremos continuar a monitorar as recomendações da Organização Mundial de Saúde e do Instituto Nacional de Saúde, assim como as medidas tomadas pelo Governo, para garantir que ajustamos os nossos planos, a todo momento, para ajudar a deter a propagação desta pandemia. Esperamos poder continuar a contar com a sua cooperação neste momento crítico. Em nome da equipa do Absa gostaria de agradecer a sua compreensão para as medidas tomadas durante este período e desejar muita saúde para a enorme Família Moçambicana.

#COVID-19: A prevenção está nas suas mãos! Mantenha-se seguro. Mantenha-se informado.


Rui Barros
Administrador Delegado



Perigoso traficante brasileiro detido em Maputo

Processo de “Fuminho” pode levar dois meses

• Brasil equaciona explorar a via de expulsão

A tramitação processual do caso do perigoso traficante brasileiro Gilberto Aparecido dos Santos, conhecido como “Fuminho”, detido, nesta segunda-feira em Maputo, poderá levar cerca de dois meses.

A lei prevê 48 horas a cinco dias para a legalização da prisão, que deve ocorrer no tribunal do território onde ocorreu o facto, neste caso o Tribunal Judicial da Cidade Maputo. Cabe ao Ministério Público juntar elementos para a legalização. Uma fonte judicial disse ao jornal, que o Estado interessado na extradição de Fuminho, neste caso o Brasil, tem entre 18 a 40 dias para, via Ministério de Relações Exteriores (Itamaraty), notificar a sua congénere em Moçambique. Deve juntar no processo as acusações que pesam sobre o arguido. Depois disso, o Ministério moçambicano dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) apresenta a documentação na Procuradoria Geral da República (PGR), que, por sua vez, envia o processo do Tribunal Supremo (TS). É, no TS, onde se vai discutir o processo de extradição.

Porém, de acordo com Elivis Secco, Delegado da Polícia Federal do Brasil, como as leis moçambicanas permitem que um estrangeiro envolvido no tráfico de drogas seja expulso do país, a justiça brasileira vai explorar esse caminho, como forma do suposto traficante regressar rapidamente ao Brasil.

Uma fonte judicial disse ao SAVANA que, caso Fuminho aceite imediatamente a extradição, o processo estará mais facilitado. Mas Fuminho, também conhecido por Magrelo, pode escolher a via de uma batalha judicial, que pode levar mais tempo. Segundo número 1 do artigo 67 da constituição da República, a extradição só pode ter lugar por decisão judicial. Já o número dois faz notar que a extradição por motivos políticos não é autorizada. O número 3, do mesmo artigo afirma que “não é permitida a extradição por crimes a que corresponda na lei do Estado requisitante pena de morte ou prisão perpétua ou sempre que fundadamente se admita que o extraditando possa vir a ser sujeito a tortura, tratamento desumano, degradante ou cruel”.



Gilberto Aparecido dos Santos

Indy Village

Fuminho foi detido, esta segunda-feira, em Maputo, na companhia de dois cidadãos nigerianos, numa operação coordenada pela Polícia moçambicana, brasileira e a Drug Enforcement Administration (DEA), um órgão para o controlo/combate às drogas, subordinado a polícia federal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

Na altura da detenção, no luxuoso Montebelo Indy Maputo Congress

Hotel (ex-Indy Village), Fuminho, não ofereceu resistência aos agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC). Fuminho, de 49 anos de idade, teria antes estado numa clínica privada em Maputo para tratar um ferimento na perna. No acto da detenção, possuía 15 celulares, 100g de soruma, três passaportes, igual número de relógios, cinco malas, uma pasta, um veículo, 34.700 meticais e 5.040 randes. Fuminho, que escapou de uma cadeia brasileira, desde 1999, terá chegado a Maputo, em Março, proveniente da Bolívia, onde liderava uma rede de narcotráfico.

Sérgio Moro

A polícia moçambicana recebeu das autoridades brasileiras, o alerta de que Fuminho estava foragido em Moçambique. Em meados de Março deste ano, os agentes do SERNIC descobriram que o traficante estava mesmo em Moçambique. A prisão foi efectuada quase um mês depois, na última segunda-feira.

O SERNIC precisou igualmente que os dois nigerianos encontrados com Fuminho estavam em situação migratória ilegal, sem os documentos de permanência em Moçambi-

que. Com isso, o brasileiro e a dupla de nigerianos vão responder, na Justiça moçambicana, pelos crimes cometidos.

Fuminho é considerado pelas autoridades brasileiras como o maior fornecedor de cocaína a uma organização criminosa designada Primeiro Comando da Capital (PCC), com milhares de membros no Brasil e países vizinhos.

“Vamos trabalhar com as autoridades de Moçambique para trazê-lo ao Brasil, onde responderá por seus crimes”, escreveu, no Twitter, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, considerando também que a detenção “é um golpe poderoso na organização”.

Em Dezembro passado, a Penitenciária Federal de Brasília foi cercada pelo Exército depois de sectores da inteligência do Governo terem sido informados de um suposto plano para resgatar do líder da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola. O plano para resgatar o líder do PCC teria sido elaborado por Fuminho, agora detido em Maputo.

(Redacção)

Continuação da Pág. 8

para as Nações do mundo todo. Haverá luz, haverá bonança”. Mas, cerca de um mês depois, nem a luz nem a bonança vieram. Pelo contrário, o novo coronavírus continua a dizimar vidas em todo o mundo. Em Moçambique, o gráfico de infecções também está imparável, estando, até ao fecho deste artigo, na casa dos 29 infectados. Sobre o assunto, contactamos, respectivamente, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e a Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO). O director nacional dos Assuntos Religiosos no Ministério, Arão Litsure, não quis falar do assunto, referindo que o Estado moçambicano não vai entrar em questões de fé porque é laico. Mas uma fonte sénior do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos anotou que, de facto, esta é a oportunidade

para essas igrejas provarem o que têm andado a apregoar ao longo dos tempos.

“Nenhum médico tradicional tem poder de curar esta doença” - AMETRAMO

Quem aceitou abordar, publicamente, o assunto é a AMETRAMO, uma agremiação que congrega mais de 78 mil médicos tradicionais em todo o país.

O presidente da AMETRAMO, Fernando Mate, admitiu que a sua agremiação não tem conhecimento capaz de curar o novo coronavírus.

“Nenhum médico tradicional tem poder de curar esta doença”, reconheceu Fernando Mate.

“É uma doença que nos deixa preocupados, mas não temos meios para tratar”, admite o presidente da AMETRAMO.

Fernando Mate aproveitou a ocasião para sensibilizar os mo-

çambicanos a não procurarem a medicina tradicional para casos da covid-19, mas sim, a seguir as orientações da medicina convencional e do Estado.

Mas o presidente da AMETRAMO tem conhecimento da existência daqueles que, pessoalmente, chama de charlatões, aqueles que prometem soluções para tudo. Mas Fernando Mate diz que esses, maioritariamente, vindos dos grandes lagos, não estão sob controlo da sua agremiação. “São invasores”, denuncia.

Mesmo assim, prosseguiu, a AMETRAMO se desdobra em sensibiliza-los para não colocar panfletos nas ruas a prometerem curar covid-19 e outras doenças incuráveis, porque, assim, estarão a colocar em causa a vida humana. Mas a fonte bate para os dois lados. Diz que o ser humano também tem de entender que não pode ir a alguém que promete curar doenças incuráveis.

O dirigente também está preocupado com o silêncio, neste momento difícil, daqueles que chama de charlatões e os falsos profetas. “Estão calados. Ninguém levantou focinho a dizer que sabe curar isso”, observa.

Fernando Mate, para quem a covid-19 é um sério desafio para cientistas e médicos tradicionais, o praticante de medicina que desafiar as recomendações da AMETRAMO, se propondo a curar covid-19, deve ser, severamente, sancionado pelo Estado, pois estará a colocar em causa a saúde e o bem-estar dos moçambicanos.

Raul Chambote:

“Esses nunca curaram ninguém”

Para o investigador de factos sociais e doutorando em Sociologia de Desenvolvimento, Raul Chambote, essas igrejas evangélicas não têm de mostrar nenhum milagre de cura da covid-19, porque, a rigor, nunca curaram a ninguém. “Esses nunca curaram ninguém”, diz o académico, que vê aproveitamento na actuação dessas igrejas e praticantes de medicina tradicional. “Há um aproveitamento desses profetas, líderes religiosos e curandeiros. Mas não será com milagre que se vai curar coronavírus ou outra enfermidade”, diz Chambote, repetindo que nenhum deles vai curar covid-19.



Raul Chambote,

Para ele, se houvesse curas na base de milagres, “não teríamos oftalmologistas e nem estaríamos a formar mais profissionais de saúde”.

Lembra que essas igrejas evangélicas que prometem soluções para tudo, não são feitas de extraterrestres, mas por Homens que conhecem os problemas das sociedades onde estão inseridos, que as exploram e fazem delas uma fonte de renda.

Por isso, sublinha, há aproveitamento por parte dessas igrejas. Lembra igrejas que, em plena crise da covid-19, até fornecem contas bancárias para que os seus fiéis paguem dívidas.

Um oportunismo que, para Raul Chambote, está aliado a crença e a ignorância, que levam as pessoas a acreditarem em milagres.

Mas, para ele, é preciso que as pessoas tenham uma fé iluminada, anotando que a covid-19 é uma oportunidade para a sociedade rever os pressupostos dos seus problemas sociais.

“Problemas de seres humanos vão ser resolvidos por Homens”, disse.



AMETRAMO diz que nenhum médico tradicional é capaz de curar a Covid-19

Notas sobre a recente situação sombria em Cabo Delgado ⁽¹⁾

Por Fernando Lima*

Os acontecimentos em Cabo Delgado são inquietantes e preocupam todos.

Em tempo de Coronavírus, decidi verter para o papel algumas notas que me parecem importantes, tão ou menos importantes que outros que me antecederam, e que podem contribuir para o debate cada vez mais alargado entre os moçambicanos preocupados.

Escolhi três vectores importantes neste conflito:

- 1- As Forças de Defesa e Segurança (FDS);
- 2- A Ausência do Estado ou o Estado capturado;
- 3- A qualificação ideológica e confessional da violência em CD.

1- As FDS: Os mais recentes ataques em Muidumbe trouxeram de novo à ribalta o papel das FDS (Forças de Defesa e Segurança) na protecção das populações daquele distrito de Cabo Delgado.

Argumenta-se que a crise das FDS decorre do Acordo de Paz assinado em 1992.

A crise das FDS não é posterior a 1992 pois se o aparelho militar e securitário evidenciasse níveis satisfatórios de eficácia nessa altura, não teria havido o Acordo de Paz ou, pelo menos, nos termos em que foi alcançado.

Já nessa altura se questionava o tipo de preparação das Forças Armadas, especialmente o exército, para dar resposta à guerrilha da Renamo.

A presença de contingentes externos, Zimbabwé e Tanzânia, foi importante, mas não resolveu a guerra a favor do Governo.

Já antes tinha falhado a integração de moçambicanos das antigas forças especiais portuguesas para treinar novas unidades militares das então FPLM. Samora tentou-o sem sucesso. A ideia foi retomada por Mário Machungo enquanto governador da Zambézia e, em paralelo, foi contratada a empresa britânica DSL (formada por antigos membros dos SAS britânicos) para treinar moçambicanos no Zimbábwe. A DSL voltou a ter um papel importante na defesa das propriedades agrícolas da Lonrho em Sofala e no sul de Cabo Delgado. Uma das explicações para as resistências internas às iniciativas elencadas, tem a ver com o facto de a instituição militar ter sido

concebida pós-independência como “sector à parte” dentro da própria estrutura governamental. Os próprios fundos nas Finanças eram manejados por um “Departamento Zero” e várias vezes surgiram confrontações, dada a forma “pouco ortodoxa” como o sector castrense interpretava as normas de execução orçamental. Nos anos 80, formalmente, o exército continuava muito dependente da doutrina militar soviética com a utilização de meios terrestres de pouca mobilidade e utilidade ofensiva face a uma guerra de guerrilha: os tanques T-34, as BTR e os BRDM. Os problemas de sobressalentes nunca foram resolvidos. Um questão, aliás, extensiva à área civil e à maioria dos equipamentos fornecidos pelos países da Europa de Leste.

O pós 1992 levou à pulverização dos meios das FPLM, incluindo grande parte do parque imobiliário com o argumento que a Renamo poderia ganhar as eleições de 1994. Grande parte do equipamento, o parque de infantaria motorizada e da força aérea foi vendido como “ferro velho”.

A Renamo entra no exército, mas uma parte dos oficiais das FPLM foram transferidos para a polícia onde não há Renamo. Há claramente um reforço de meios para a polícia em detrimento do exército. Em paralelo com “desmantelamento” da Força Aérea, os poucos meios de que dispunha a Marinha afundaram-se junto ao porto de pesca e a manutenção dos paióis, com equipamento sensível a necessitar de manutenção regular, chegou a ser negociada com “empreendedores privados” do espaço da antiga URSS, pouco antes da segunda série de grandes explosões em Magoanine que culminaram com a destruição do material bélico ali estacionado.

Mas não é de todo verdade que as FDS, e as forças armadas em particular, foram totalmente desmanteladas.

A ser verdade, não haveria os equipamentos adquiridos, sobretudo para a polícia, como transporte de tropas blindados e auto-metralhadoras que não cumprem necessariamente a configuração estratégica de equipamento de manutenção de lei e ordem. Aumentou a formação de tropas especiais como os “comandos” e os “fuzileiros” e igualmente o treino de grupos

especiais na polícia como a “Intervenção Rápida” e os “GOE”. Aumentaram os cursos de Estado Maior e Academia no exterior e os serviços de segurança procederam a recrutamentos massivos.

Os Orçamentos para as FDS, que não são inteiramente públicos, reflectem a prioridade para o reforço do sector, em contradição com a teoria do negligenciamento do apetrechamento do sector.

Uma parte da contenção e combate à Renamo desde 2013 esteve a cargo destas forças. Em termos de missões e definição estratégica é lícito discutir o envolvimento de forças policiais em missões militares, mas entre outros factores de natureza tática e securitária, acabou sempre por ser invocado o argumento que a rebelião da Renamo era um problema de manutenção de lei e ordem, como ainda hoje, este é o argumento utilizado para o que se passa no teatro de operações em Cabo Delgado.

E, claro está, há um desdobramento de forças no terreno, a partir dos incidentes de Outubro de 2017, e com o país e a sua estrutura decisional a enfrentar os piores efeitos das chamadas “dívidas ocultas”, nomeadamente os cortes orçamentais a partir de Abril de 2016 que tornaram mais difícil os “malabarismos” de tesouraria para o sector sensível que são as FDS.

Uma rebelião que começou com catanas, facas, arcos e flechas tem hoje armas automáticas, lança-rockets RPG-7 e algumas bazucas. Mas, independentemente de relatos algo fantasiosos, os grandes abastecedores de equipamento bélico e fardamento à rebelião em Cabo Delgado é feito a partir dos paióis e acampamentos tomados de assalto às FDS.

Ao aumento do poder de fogo da rebelião corresponde a uma cada vez maior debilidade das FDS. Pode-se argumentar que não é possível haver um destacamento militar em cada aldeia. Mas há meios que potenciam mobilidade às forças no terreno. Argumenta-se que era impossível defender Mocímboa da Praia quando as forças rebeldes foram calculadas em 300-400 homens. Para isso existe contra-inteligência, reconhecimento, os destacamentos especializados que não podem permitir surpresas,

sobretudo quando a força rebelde foi entrando na vila e estabelecendo-se nos bairros, em casas de familiares e amigos. Até assistiu às primeiras orações na mesquita.

A destruição sistemática de blindados e a captura das carinhas de transporte de origem indiana, se para outro propósito não servissem, mostram que há meios ao dispor das FDS que os seus opositores não têm. Ou não tinham.

Os relatos populares, e é uma opção de fontes, indicam falta de liderança e disciplina nas unidades militares, condições básicas para se enfrentar um inimigo em crescendo do ponto de vista bélico.

A estes relatos desmoralizantes e que lançam grande preocupação entre outras lideranças na província, incluindo os agentes económicos, há um discurso oficial, no mínimo, pouco realista. Na desvalorização da rebelião, na devastação que causam, nos objectivos psicológicos que alcançam.

Na ressaca do ataque e ocupação de Mocímboa da Praia e Quissanga, o Governo oferece como alternativa, a visita às zonas afectadas dos ministros da Defesa e do Interior. A resposta do outro lado foi um ainda mais devastador ataque ao distrito de Muidumbe, uma incursão no planalto de Mueda e a uma zona simbólica nos pergaminhos da luta de libertação. Nem a histórica missão católica de Nagololo foi poupada.

Tal como no passado se recorreu à DSL, agora contrata-se o Grupo Wagner na Rússia e, mais recentemente, a fazer fé nos relatos do terreno e na imprensa internacional, entra em cena um dos heróis da tomada da Casa Banana nos anos 80, Lionel Dick, um americano naturalizado zimbabweano que se movimenta no mundo obscuro dos consultores militares privados.

No meio do ganhar tempo, numa situação que parece dramática, será possível fazer o debate sobre as FDS?

É extremamente difícil mas não é impossível.

À falta de outras referências, podem-se olhar comparativamente os modelos da África do Sul, do Zimbábwe e de Angola. Forças militares com boas credenciais operacionais, que souberam integrar o elemento guerrilha, ie

ANC e ZANU em exércitos convencionais e com tradição de luta anti-guerrilha. O caso de Angola é diferente. No plano estritamente militar, soube afastar o modelo soviético (também contestado pelo corpo expedicionário cubano), reconvertendo a debilitada guerrilha do MPLA com o influxo de angolanos do próprio exército colonial e, com ajudas diversificadas no campo das “afinidades ideológicas”, fez uma reconversão massiva das suas unidades de combate que lhes permite projecções nos teatros de operações fora das suas próprias fronteiras como é o caso da RDC, São Tomé e Guiné-Bissau, por outro lado, colocando em sentido, apetites regionais sobre as riquezas do país.

Os recursos humanos também existem. Em termos de C3I (Comando, Controle, Comunicações e Inteligência), em termos de operacionalidade. Os corpos de instrutores de Portugal e da Guarda Civil de Espanha tecem os maiores elogios às unidades que por eles foram treinadas no passado recente.

Mas é eventualmente necessário quebrar um princípio sacrossanto que acompanha as FDS desde a independência e a herança da luta de libertação. Não pode haver sujeição ao primado político. Como defendia Afonso Dhlakama e notáveis sectores da sociedade civil: as forças armadas, o aparelho securitário tem de ser apartidário e republicano.

Não pode ser refém das estórias à volta da fogueira e de protecções de casta que, no fim do dia, resultam em perdas desastrosas em termos de operacionalidade, competência, mérito, conhecimento técnico-táctico.

Na narrativa militar de Cabo Delgado há inúmeras estórias de heróis polícias e soldados que acreditam na mística de pátria, soberania e unidade nacional.

Estranhamente, e sem generalizar, sobram exemplos de comandantes que lideraram as suas unidades na defesa da população, dos seus bens e dos bens do Estado que lhes foram confiados.

Estranhamente, também as autoridades do Estado têm estado surpreendentemente ausentes nas narrativas dos últimos ataques a postos administrativos e sedes distritais.

*jornalista

Policy Brief

Recomendações para mitigação do impacto sócio-económico da COVID 19

O presente *Policy Brief* sumariza uma análise sobre os principais aspectos sócio-económicos a considerar no contexto do *Cenário 3 e 4*, em Moçambique, em resposta à pandemia da COVID-19, tendo em conta a declaração do Governo sobre o Estado de Emergência a partir de 1 de Abril de 2020 e as recentes medidas anunciadas.

O documento contém, ainda, um conjunto de recomendações para os diferentes sectores do Governo, por forma a contribuir para as estratégias de mitigação dos riscos e o impacto sócio-económico a curto e médio prazo, com enfoque para os grupos sociais mais vulneráveis e desprotegidos economicamente, com intuito de garantir que as actuais e futuras acções governamentais observem os direitos humanos, a segurança e a protecção social dos cidadãos, em especial das mulheres, crianças, idosos, pessoas com doenças crónicas e com deficiência. Estas recomendações poderão ser, igualmente, úteis para as iniciativas e intervenções das organizações da sociedade civil para apoiar a resposta à actual pandemia no país.

Principais aspectos sócio-económicos a considerar:

Para uma implementação eficaz e com mínimos riscos, é fundamental que as medidas e acções adoptadas na resposta à pandemia da COVID-19 considerem as especificidades existentes nos meios rurais e urbanos, bem como no seio dos diferentes grupos populacionais e as condições locais de cada região do país.

□ 66% da população moçambicana vive nas zonas rurais. 81% da população depende da agricultura para a subsistência (UNICEF).

□ A maior parte da força de trabalho está concentrada na agricultura (8,2 milhões de moçambicanos), sendo que 25% do PIB Moçambicano advém do Sector Agrário (Banco Mundial, IESE).

□ As mulheres compõem a principal força de trabalho agrícola no país.

- O alastramento da pandemia, nas zonas rurais, poderá representar uma enorme queda na produção alimentar agravando a actual insegurança alimentar e gerando uma crise humanitária para todo país (IESE).

Há fraco acesso aos serviços e infra-estruturas de saúde com qualidade, difícil acesso à água e saneamento básico e à informação.

- 24% das famílias moçambicanas, particularmente nas zonas rurais, vive uma situação de insegurança alimentar crónica (PMA).
- 43% das crianças, com idades compreendidas entre os 5 meses e os 5 anos, sofrem de desnutrição crónica.
- Agravamento generalizado das condições de vida com os recentes desastres naturais (Ciclones IDAI e KENNETH).

- Protecção social nas zonas rurais é quase nula, existindo apenas programas de segurança social básica, dirigidos a grupos limitados considerados de maior risco, que se baseiam em transferências monetárias ou intervenções de serviço social junto às famílias.

- Em 2019, o orçamento do sector da Acção Social representava apenas 0,7% do PIB e os programas de Protecção Social do INAS abrangeram apenas 609,405 famílias, em todo País.

- Apenas 1/5 das famílias em situação de pobreza extrema, concentrando-se a maioria nas zonas rurais, recebe algum tipo de protecção através do Sistema de Segurança Social Básico, considerando que 55% a 60% da população, quase 16 milhões de pessoas, vivem abaixo do limiar da pobreza (MEF, 2019).

- O encerramento das escolas, o baixo nível de alfabetização de grande parte da população rural e as pressões de sobrevivência económica dos pais dificultaram o acompanhamento do ensino das suas crianças, colocando um grande desafio ao ensino à distância proposto pelo MINEDH, podendo originar um possível abandono escolar e o agravamento dos índices de aproveitamento pedagógico.

- Num possível cenário 4, a medida de confinamento total (*lockdown*) das populações rurais será praticamente impensável, uma vez que a sua sobrevivência depende do acesso à machamba¹, ao mercado ou à fonte de água próxima.

- Atenção às zonas rurais fronteiriças onde houve maior mobilidade.

- No centro e norte do país, particularmente na província de Cabo Delgado, será ainda um desafio maior a tomada de medidas de prevenção da pandemia do COVID-19 pelas comunidades afectadas pelo conflito armado, sendo necessário uma atenção especial a estas comunidades.

Para as Zonas Urbanas:

- Trinta e quatro por cento (34%) da população do país é urbana.

Apesar do crescimento de uma classe média com razoável poder económico, a grande maioria da população urbana e periurbana é constituída por cidadãos com grande vulnerabilidade económica,

De modo geral as áreas económicas que tem sido mais afectadas pela pandemia do COVID19, são o turismo, hotelaria e restauração, transportes; mercados grossistas e a retalho, médias e pequenas empresas do sector terciário.

sujeitos a uma queda total ou elevada no seu rendimento, e ao desemprego. Destacam-se como grupos mais vulneráveis: vendedores ambulantes e em mercados formais e informais, maioritariamente mulheres e jovens, especialmente as “muqueristas”; trabalhadores por conta própria em pequenos negócios, “chapeiros”; trabalhadores domiciliários: nomeadamente empregados/as domésticos/as, jardineiros e guardas, entre outros, e trabalhadores do sector público ou privado com empregos de baixa renda;

- Grande número de trabalhadores “por conta própria” e do sector informal não inscritos no INSS e sem acesso aos programas de Protecção Social.
- A maioria dos trabalhadores domésticos sem contrato de trabalho e não inscritos no INSS, sujeitos à boa vontade dos empregadores para receberem salário.
- Zonas periurbanas de alta densidade demográfica, pouca salubridade e condições habitacionais precárias com fraco acesso à água e saneamento (incluindo água potável).
- Fraca organização administrativa dos bairros.
- Famílias numerosas em habitações pequenas com apenas um a dois compartimentos, sem quintal ou quintal compartilhado.
- Elevado número de famílias lideradas por mulheres cuja renda é diária e advém da venda de produtos, sendo que 33% dos agregados familiares são chefiados por mulheres.
- Elevado número de pessoas sem abrigo, em especial crianças órfãs, pessoas com deficiência e idosos sem fonte de rendimento. Transportes públicos que permanecem superlotados, apesar da medida de redução de passageiros e transportadores sem capacidade de cobrir os custos de deslocação da viatura.
- Fraca higiene e limpeza dos espaços públicos.
- A maioria dos mercados informais e formais não oferece, ainda, as condições de higiene adequadas e devida organização para o cumprimento eficaz das medidas de prevenção da pandemia do COVID-19.

Prevenção, Educação e Fraco acesso à informação

Apenas 4,3% da população tem acesso à internet (Sekelekani).

45,5% das famílias moçambicanas possuem um receptor de rádio, e o acesso à televisão é de 19,55% nos meios urbanos e apenas 1.1% nas zonas rurais.

A telefonia móvel é o meio com maior expansão no país, e muitos telefones móveis têm aplicativos de rádio.

A rádio é, ainda, o meio de comunicação de maior alcance, potenciado com a existência de rádios comunitárias.

Recomendações

As recomendações que se seguem têm aplicação para a actual fase de implementação das medidas de nível 3 decretadas ao abrigo do Decreto de Estado de Emergência, porém são igualmente importantes para a preparação de condições, caso se verifique a necessidade de se avançar para um cenário de nível 4, com a aplicação de medidas mais rigorosas, incluindo um possível “*lockdown*”. Assim, e perante o que se expõe acima, recomendamos:

Recomendações Gerais para o Governo

1. Adoptar mecanismos que permitam uma maior coordenação intersectorial, tendo em conta não só os aspectos ligados à Saúde Pública, todavia todas as dimensões da pandemia que contribuam para uma melhor resposta e que visem reduzir o impacto sócio-económico das medidas que serão adoptadas.
2. Garantir a articulação destes mecanismos de coordenação intersectorial com a Sociedade Civil.
3. Criar, à semelhança da Comissão Científica estabelecida, Comissões Sectoriais ou Grupos de Trabalho para as Principais Áreas sócio-económicas (Ex.: Economia, Segurança Alimentar, Protecção Social, Informação e Comunicação, etc.). Utilizar o conhecimento e “*knowhow*” de quadros moçambicanos que tenham uma longa experiência nas diferentes áreas relevantes para a gestão da crise nestes grupos/comissões.
4. Usar, nos mecanismos de coordenação do governo, a experiência acumulada em gestão de desastres do INGC e os mecanismos já instituídos, tais como o Conselho Nacional de Emergência e Conselho Nacional Operativo de Emergência, por forma a maximizar o uso dos recursos, tanto humanos como materiais e financeiros.
5. Adequar os planos e orçamentos do Estado (geral e sectoriais) à nova realidade, para garantir uma aplicação contextualizada das medidas de prevenção adoptadas e da redução dos impactos negativos sócio-económicos daí resultantes.
6. Na revisão dos planos e orçamentos do governo, a nível central e local, deve-se garantir que sejam priorizadas as áreas da saúde, protecção e acção social e economia, adiando os programas e actividades não muito prioritárias.
7. Reforço da coordenação com os países da região e do continente, incluindo a aprendizagem de experiências bem-sucedidas em outros países, nas medidas adoptadas.

Recomendações Gerais aos Governos Locais e Municípios para Mapeamentos e Levantamentos Populacionais

1. A identificação dos casos de famílias onde existam idosos e doentes crónicos ou outros com doenças que podem ser um factor de risco (tuberculose, HIV, ou cancro, por exemplo).
2. A verificação das condições habitacionais para as medidas de quarentena, isolamento ou distanciamento social ou, ainda, caso se decreta o confinamento total (previsto nas medidas do nível 4 de alerta) para determinar quem precisará de abrigo temporário.
3. Identificação de alternativas viáveis, caso as condições habitacionais em determinadas zonas não permitam o confinamento seguro. Por exemplo, mapeamento de instalações públicas ou privadas que, em caso de necessidade, possam ser usadas como abrigo temporário para as pessoas ou famílias sem condições e sem abrigo.
4. Identificação de famílias com idosos ou doentes em situação de maior risco.
5. Levantamento, mediante critérios bem estabelecidos, de famílias ou pessoas em maior vulnerabilidade ao impacto negativo económico e social que as actuais medidas e restrições resultantes do Estado de Emergência já estão a criar, e que se irão agravar caso entre em vigor o confinamento obrigatório para todos.
6. Identificação de famílias sem o acesso aos meios de informação (rádio, telemóvel, etc.) para que possam receber equipamento.
7. Para estes levantamentos, os governos locais e municípios deveriam receber o apoio técnico do INE e do MGCAS, através do INAS. As equipas que realizarem estes levantamentos poderiam contar com o apoio de quadros e activistas das organizações da sociedade civil presentes em cada região, devidamente preparados para o efeito.

Recomendações Sectoriais para Áreas Específicas	
Protecção e Segurança Social	
1. Estudar a possibilidade da introdução de um rendimento básico universal para todos aqueles que não estão inseridos em nenhum sistema de segurança social e que sejam a maioria dos trabalhadores do mercado informal e trabalhadores por conta própria. (MEF, MT)	29. Monitoria permanente da situação de segurança alimentar, disponibilidade de produtos alimentares no mercado e de combate à inflação dos produtos de primeira necessidade. (Ministério da Agricultura e Ministério da Indústria e Comércio)
2. Considerar a hipótese de revisão da legislação sobre a segurança social, por forma a que o INSS possa introduzir um subsídio de desemprego de Estado de Emergência, que abrangeria não apenas os beneficiários inscritos no sistema, independentemente do seu histórico contributivo, até a empresa retomar a actividade, mas, também, os trabalhadores informais inscritos no sistema. (MT, INSS)	30. Garantir que a comercialização de produtos agrícolas seja feita em todo o país. (Ministério da Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura)
3. Ponderar a integração no sistema de segurança básico dos trabalhadores domésticos não inscritos no INSS (empregados/as domésticas/os, guardas, e outros), cujos empregadores tenham deixado de ter condições financeiras para lhes pagar um salário. (MGCAS)	31. Incentivar uma maior produção de bens alimentares pela Indústria nacional para reduzir a necessidade de importações. (Ministério da Indústria e Comércio)
4. Revisão dos critérios de elegibilidade para os programas de Segurança Social Básica, para que se possa alargar o leque de beneficiários a trabalhadores do mercado informal ou em situação de auto-emprego afectados pela situação presente. (MGCAS)	32. Promover e enraizar hábitos alimentares saudáveis, assentes na produção local de vegetais, fruta, tubérculos e cereais. (SETSAN)
5. Promover acções de solidariedade interna. Adoptar iniciativas como o Banco de Solidariedade, um fundo de contribuição dos cidadãos, destinado aos grupos mais afectados e/ou reforço dos sectores na linha de frente no combate à pandemia.	33. Incentivar a produção de hortas familiares, divulgando-se técnicas simples de produção hortícola e facilitando a aquisição de sementes. (SETSAN)
6. Usar as lições e experiências resultantes da actual situação para repensar o Sistema de Protecção Social e Segurança no País. (MT e INSS)	34. Divulgar técnicas simples de conservação de alimentos. (SETSAN)
7. Criação de linhas de informação e assistência, em caso de violação dos Direitos Laborais. (MT)	Água e Saneamento
Ação Social:	
8. Identificação de famílias e pessoas em extrema pobreza, tais como: idosos desamparados, crianças e adolescentes na rua, pessoas sem abrigo que necessitarão de apoio alimentar e de abrigo temporário, garantindo que sejam integradas no sistema social básico ou em instituições vocacionadas para o efeito. (MGCAS)	35. Colocação, particularmente nos meios urbanos, de depósitos de água em zonas mais afectadas pela falta de água e criar comités comunitários, para o controlo da sua utilização. (Municípios)
9. Zelar as peças e condições existentes em todos os lares de idosos, orfanatos e outras instituições que abrigam pessoas vulneráveis (alimentação, material de higiene e protecção, observância rigorosa das medidas de protecção, acompanhamento do estado de saúde de utentes e cuidadores, para a detecção precoce de qualquer situação de risco). (MGCAS)	36. Distribuir sabão às pessoas e famílias mais vulneráveis. (Municípios)
10. Organizar equipas de voluntários, devidamente protegidos, que realizem acções de apoio às pessoas ou famílias que, estando em quarentena obrigatória, não têm como se abastecer de produtos de primeira necessidade (efectuar as suas compras, fornecer apoio presencial). (SEJ, CNV, CVM).	37. Acelerar os programas de criação de novas fontes de água ou reabilitar as já existentes. (Direcção Nacional de Águas)
11. Apoiar as iniciativas já existentes de linhas de apoio telefónico psicossocial e divulgá-las. (MGCAS, MISAU)	Transportes Públicos
12. Promover acções de apoio aos trabalhadores de saúde e outros trabalhadores na linha da frente no combate à pandemia. (MGCAS, MISAU)	38. Estudar a possibilidade de bonificar o preço dos combustíveis, para os transportadores que mantiverem as suas viaturas em funcionamento, durante a vigência do Estado de Emergência. (Ministério dos Transportes)
Direitos humanos, em particular, das mulheres e crianças:	
13. Realização de acções de sensibilização sobre os direitos humanos a serem protegidos, em particular, direitos da mulher e da criança em tempo de crise.	39. Estudar a possibilidade de suspender, durante o Estado de Emergência, o pagamento de qualquer taxa cobrada aos transportadores. (Ministério dos Transportes)
14. Garantir linhas telefónicas e outras de assistência, em caso de violência doméstica e violência baseada no género.	40. Sensibilizar, cada vez mais, os transportadores e o público, em geral, sobre a importância das medidas de prevenção do COVID-19 adoptadas para a área de transportes. (Ministério dos Transportes)
15. Reforçar as campanhas e medidas contra a violência baseada no género, bem como a violação e o abuso sexual de menores. (MGCAS)	
16. Divulgar mensagens que promovam a participação de todos os membros da família nos trabalhos domésticos e o cuidado de doentes e outros, evitando a sobrecarga na mulher.	
Sensibilização, Informação, Divulgação	
17. Intensificar acções de informação e sensibilização, não apenas relacionadas à doença em si, mas, também, com o que melhor pode contribuir na implementação das medidas de prevenção e outros aspectos relevantes, tais como..... (GABINFO, equipa já estabelecida nesta área)	
18. Garantir que todas as mensagens sejam, não apenas traduzidas para as línguas nacionais, mas, sobretudo, que sejam culturalmente e contextualmente adaptadas à realidade de cada local.	
19. Publicitar mais ainda as linhas para o atendimento ao público, tanto as já existentes como as que forem criadas sobre saúde, apoio psicossocial, assistência em caso de violência doméstica e violência baseada no género; violação de direitos e questões laborais, e direitos humanos, em geral.	
20. Maior apoio às rádios comunitárias, em particular, as que possuem materiais para divulgação.	
21. Promover o uso da cultura como veículo de mensagens, em especial, a música e o teatro radiofónico.	
22. Desenvolver uma estratégia para o combate à desinformação e divulgação de notícias falsas nas redes sociais.	
Educação:	
23. Com o ensino à distância, garantir que os conteúdos curriculares, em formato de rádio-aulas, alcancem o maior número de crianças possível, mesmo nas zonas mais recônditas, usando rádios comunitárias, garantindo que as famílias mais pobres possam ter acesso ao rádio. (MINEDH)	
24. Delinear programas de recuperação, para o período posterior ao reinício das aulas, em especial, para as crianças que não foram alcançadas com o ensino à distância. (MINEDH)	
25. Preparar as escolas e os professores para o retorno às aulas, garantindo as condições de higienização das mesmas. (MINEDH)	
26. Promover acções de sensibilização para que não se verifiquem desistências de crianças, para o período de reabertura das escolas, e que durante o confinamento, os direitos das crianças sejam salvaguardados. (MINEDH)	
27. Criar linhas de atendimento para a assistência aos pais e encarregados de Educação.	
28. Desenvolver parcerias estratégicas com as escolas privadas no desenvolvimento dos conteúdos pedagógicos para vídeo-aulas ou rádio-aulas.	
Nutrição e Segurança Alimentar	

Breves Conclusões:

- O Governo deverá garantir uma coordenação intersectorial a todos os níveis, central, provincial e distrital, envolvendo a sociedade civil, permitindo a maximização de esforços e recursos para reduzir os danos sociais e económicos que já estão a ser causados, no contexto de Estado de Emergência, e que poderão se agravar e originar uma crise humanitária sem precedentes.
- É crucial que as estratégias e medidas para a mitigação tenham em conta as especificidades da realidade urbana e rural, e observem continuamente os direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres e crianças, idosos, doentes crónicos, e as pessoas com deficiência.
- É fundamental que os cidadãos, sobretudo as famílias mais carenciadas, possam ter o acesso à informação, à segurança alimentar e à protecção social, o que requererá de uma imediata revisão de todo Sistema Nacional de Protecção e Segurança Social.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DNA	Direcção Nacional de Águas
GABINFO	Gabinete de Informação
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
MARD	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MGCAS	Ministério do Género Criança e Acção Social
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MISAU	Ministério da Saúde
MTESS	Ministério do Trabalho Emprego e Segurança Social
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
PMA	Programa Mundial de Alimentação
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar Nacional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- CASTEL-BRANCO, Ruth e ANDRÉS, Ruben Vicente (2019): "Rumo à Segurança Social Universal para a Pessoa Idosa em Moçambique", OIT, Maputo, Moçambique
- CASTEL-BRANCO, Ruth, (2020) : "O trabalho e protecção social num contexto de Estado de Emergência", Southern Centre For Inequality Studies, University of the Witwatersrand, Johannesburg
- CASTEL-BRANCO, Ruth (2019), "O trabalho doméstico em Moçambique: uma década após a sua formalização", Estudo a pedido do Fórum Mulher, com o apoio da Open Society Foundation, Maputo
- Gender in Humanitarian Action (Asia and the Pacific)(2020): "The COVID-19 Outbreak and Gender: key advocacy points from Asia and Pacific"
- INE (2017). Censo Populacional
- Ministério do Género Criança e Acção Social (2019): Informe Orçamental: Acção Social, Moçambique 2019
- Ministério do Género, Criança e Acção Social (2018): Apresentação sobre a Protecção Social Básica, Maputo
- QUIVE, Samuel António (2007): "Protecção Social em Moçambique: uma rede furada", CIEDIMA, Maputo
- SIÚTA, Moisés e SAMBO, Michael (2020): "COVID-19 em Moçambique: dimensão e possíveis impactos", IESE, IDeIAS, Maputo, Moçambique
- UNICEF (2017). Relatório sobre Nutrição em Moçambique. Acessado em: <https://www.unicef.org/mozambique/nutri%C3%A7%C3%A3o>
- WATERHOUSE, Rachel (2008): "Vulnerabilidade em Moçambique: padrões, tendências e respostas", estudo para o SETSAN, Maputo.

¹Campo de cultivo de produtos agrícolas.

²Revendedores informais.

Admissões ao Ensino Superior – Expectativas, Dilemas e Incertezas

Por Jorge Ferrão, Carlos Lauchande e Ivan Collinson

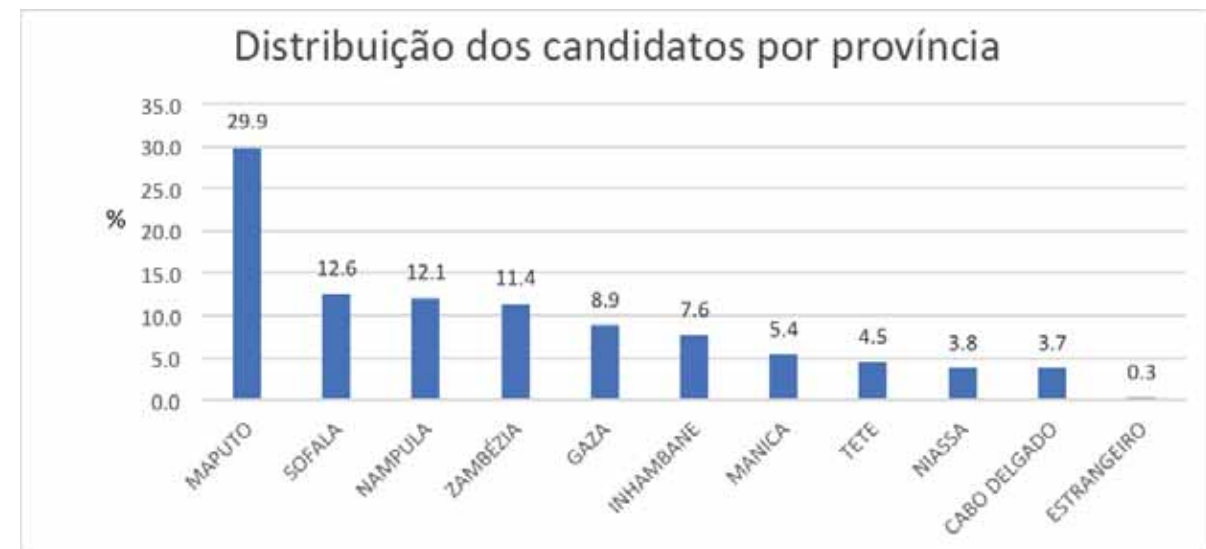
O início de um ano académico reveste-se, inevitavelmente, de questionamentos e algumas certezas. As expectativas dos estudantes circunscrevem-se à obtenção de resultados positivos e, para alguns, às cerimónias de graduação e dos diplomas. Para os docentes cristalizam-se as suspeições de que os resultados são, manifestamente, mais modestos e com os novos ingressos apresentando níveis de preparação básica sofríveis e preocupantes. Para os gestores, o fundamental continua sendo as saídas profissionais e a empregabilidade destes recém-formados.

Os estudos mais recentes, e realizados em Moçambique, provam que o mercado de emprego dos graduados universitários não se diversifica e, muito pelo contrário, reduziu o seu espectro. Uma pesquisa recente, e realizada entre 2017 e 2019, com uma amostra superior a 2000 inqueridos, provou que a maioria dos graduados são absorvidos pelo sector público, sendo educação e saúde os que mais absorvem, com mais de 55% dos graduados. Em média, 12% seguem para os sectores primário ou secundário, enquanto os restantes ou ficam sem emprego, ou se enquadram no sector de serviços, isto é, terciário. Outros

entre a produção de graduados para áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (as chamadas STEM). O mais significativo, nestas pesquisas e nos estudos de empregabilidade efectuados pela Universidade Pedagógica e outros, seria verificar que só os graduados que cursam ciências naturais, sociais e humanidades são mais propensos a encontrar emprego, se comparados com os que estudam ciências agrárias e afins. Com uma economia que se estabeleceu com agricultura como factor dinamizador, então, parecem evidentes os insucessos destas áreas, nos últimos anos, e sua dependência das commodities sul-africanas e outros países vizinhos. Mas, o objectivo deste estudo seria o de avaliar o desempenho dos estudantes candidatos, quer dizer, novos ingressos, aos novos cursos universitários, sobretudo, os candidatos que realizam exames de admissão no começo de cada ao lectivo. Vale lembrar que o presente ano académico de 2020 está, de certa forma, comprometido devido a pandemia do coronavírus e do encerramento temporário e forçado das aulas e temas de dar resposta à este cenário de indefinição. A Universidade Pedagógica de Maputo, pelo segundo ano consecutivo, registou números impressionantes

plinas de Ciências Naturais e Matemática (ver o gráfico 3). Isto é, de cada 20 estudantes, somente um atingiu as competências requeridas em Matemática, que daria um acesso aceitável ao Ensino Superior. Os restantes candidatos, acima de 95%, obtiveram resultados inferiores à média de 10 valores, ou seja, e em bom rigor, a média mínima que seria aceitável para o ingresso às instituições de Ensino Superior. Nas restantes disciplinas ou áreas do saber, as médias têm, igualmente, sido preocupantes e, apesar dos resultados serem ligeiramente superiores, não ultrapassam a fasquia mínima aceitável. Um dado que reconfigura as tendências anteriores tem sido a existência de um número, cada vez maior, de mulheres que asseguram a maioria das vagas disponíveis. Só na Universidade Pedagógica de Maputo, as mulheres são perto de 60% dos estudantes existentes. Isto não tem a ver com os resultados pois, estes são globais. Os melhores resultados, na sua maioria, são das escolas secundárias do Sul do país. O gráfico 2, abaixo, representa a média global dos candidatos pelas 10 melhores escolas. É importante destacar que entre as melhores 10 escolas a média global, na escala de 0 a 20 valores, não atinge os 10 valores. (Ver gráfico 2)

Gráfico 1. Distribuição dos candidatos por província



Fonte: UP Maputo, 2020

inqueritos aos graduados da Universidade Pedagógica, realizados em 2010, 2013 e 2015, inquirindo pouco mais de 16.000 graduados, por exemplo, ilustravam uma outra realidade igualmente preocupante, nomeadamente, o tempo de espera até conseguir o primeiro emprego, após a graduação. Estes dados revelam que uma média de 68% dos graduados não conseguia encontrar emprego, um ano após a graduação. Entretanto, e paradoxalmente, um estudo realizado pela Unidade de Produção de Ideias (UPI) à SASOL (*Skills for Work – The Oil & Gas Case in Mozambique, 2017*), revelou que havia, em 2017, um gap

de candidatos às vagas anunciadas. Em 2019, foram para cima de 55 mil candidatos para cerca de 14 mil vagas, em todo o país. Em 2020, foram registados, novamente, 50 mil candidatos, para uma oferta de 12 mil vagas, que até reduziram se comparadas aos restantes anos. De salientar que estes são os exames de admissão para as universidades que, anteriormente, fizeram parte da Universidade Pedagógica de Moçambique. (Ver gráfico 1) Observando os dados dos exames de admissão 2020, verifica-se que menos de 5% dos candidatos totais obteve médias iguais ou superiores a 10 valores para as disci-

Para uma Reflexão sobre os Exames de Admissão Os exames de admissão que foram estipulados na década de 90 determinavam que estes tinham em vista seleccionar os melhores estudantes, com as melhores médias, permitindo igualdade de oportunidade no acesso ao ensino superior, mas também uma melhor representatividade de todo o país no ensino superior, assegurando uma maior participação. Portanto, a função dos exames não é a de reprovar ou excluir os candidatos. Esse sistema continua vigente, destacando-se marcos importantes no domínio da informatização dos



processos administrativos inerentes à organização, designadamente, com a leitura óptica dos exames, inscrições não presenciais, publicação de resultados de modo pessoal, para citar alguns. Contudo, começa a ganhar contornos de uma certa saturação e pouca rigidez e transparência porque, por um lado, a seleção tem sido bem abaixo do recomendável e, por outro, porque as vagas necessitam de ser continuamente preenchidas, até para viabilizar os cursos, em especial, os oferecidos em regime pós-laboral e na modalidade à distância. Felizmente, as universidades existem em todas as províncias e, por conseguinte, a oferta formativa responde à demanda regional. Mesmo considerando o dilema da admissão versus rigor dos instrumentos, os exames de admissão servem também de indicador referencial das escolas com melhor desempenho ou das escolas com desempenho mais sofrível. Geralmente, estes indicadores servem de barómetro para que sejam avaliadas, igualmente, as matérias que registam maior ou menor evolução, dentro as Ciências Naturais e Sociais. Regra geral, sabemos que, tradicio-

nalmente, as disciplinas de ciências naturais são as que piores resultados apresentam, com destaque para as cadeiras de matemática, desenho e química. Com alguma surpresa, porém, registamos, igualmente, que até as matérias ligadas às áreas de Comunicação e Ciências Sociais e Artes Visuais e Cénicas, como é o caso de História são, hoje, susceptíveis de obterem resultados pouco animadores ou convincentes. Contrariamente a área de Matemática e Ciências Naturais, as línguas apresentam resultados ligeiramente superiores. Os dados indicam que perto de 8, em cada 20 candidatos (38%), atinge o nível de competências exigido pelas instituições de ensino superior (Ver o gráfico 3). Ainda assim, a maior parte dos candidatos, 62%, não está em condições de prosseguir com os seus estudos em áreas cujo pré-requisito é a competência na Língua Portuguesa. (Ver gráfico 3)

Resultados da Educação As reformas curriculares, nos vários subsistemas de ensino, têm registado mudanças significativas, todavia, elas ocorrem de forma lenta, hesi-

tante e pouco ousada. As nossas instituições continuam, na essência, ainda hoje, usando modelos convencionais e sem que se vislumbre uma adaptação mais prática e pragmática na aquisição de competências digitais, tecnológicas, humanas e de conhecimentos para a vida. Embora se registre melhorias significativas no aproveitamento do primeiro grau do ensino primário (77,1% em 2015 e 84,9% em 2018), do segundo grau do ensino primário (72,7% em 2015 e 81,2% em 2018), associado ao facto de que a taxa de desistência escolar nestes graus tem vindo a descer (9,9% em 2015 e 5,2% em 2018, para o primeiro grau), os dados da Avaliação Nacional de 2013 e 2016, mostram quão distantes os nossos planos estão dos objectivos que se conseguem realmente atingir: a aprendizagem. Nestas avaliações feitas à alunos da 3ª classe, demonstrou-se que, em 2013, 6 em cada 100 alunos tinham as competências de leitura, compreensão e análise requeridas para a disciplina de Português, mas em 2016 este número baixou para 4. À Matemática, somente 8 em cada 100 eram capazes de resolver problemas (nível mais alto para a classe). No ensino secundário, em

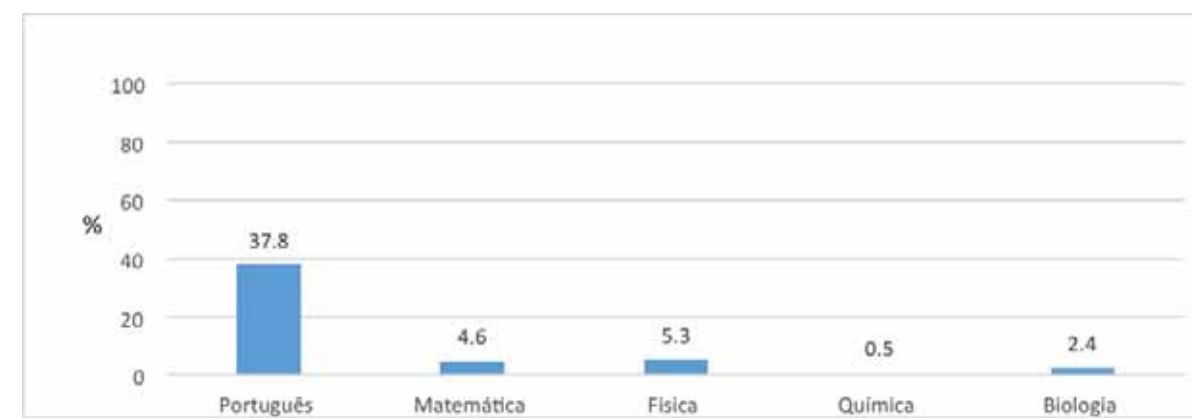
especial o segundo ciclo, aquele que imediatamente provê candidatos ao ensino superior, temos uma evolução da taxa de aproveitamento escolar de 49,1% em 2015 para 75,1% em 2018. Entretanto, a taxa de alunos que concluiu o ensino médio em 2018, em tempo regular foi de apenas 19,6%, sendo que em 2015 a taxa foi de 9,5%. Ora, se se considerar que estes dados sofrem com as alterações à legislação vigente, como por exemplo, os regulamentos de avaliação vigentes, então é possível concluir que não eles não reflectem necessariamente a "competência adquirida", pois esta taxa seria claramente mais baixa. Aliás, se se considerar os exames nacionais como indica-

dor adicional à reflexão, percebe-se a percentagem de alunos que terão concluído o ensino médio em 2015, por exemplo, foi de 5,08%

À estes dados, pode-se ainda acrescentar um outro que nos interessa de modo particular, para esta reflexão, nomeadamente, a taxa de

participação no ensino superior em Moçambique que é 0,7%, muito distante da média regional estimada em 6%.

Gráfico 3. Percentagem de candidatos a universidade com nota igual ou acima de 10 valores



Fonte: UP Maputo, 2020

O que o futuro nos reserva

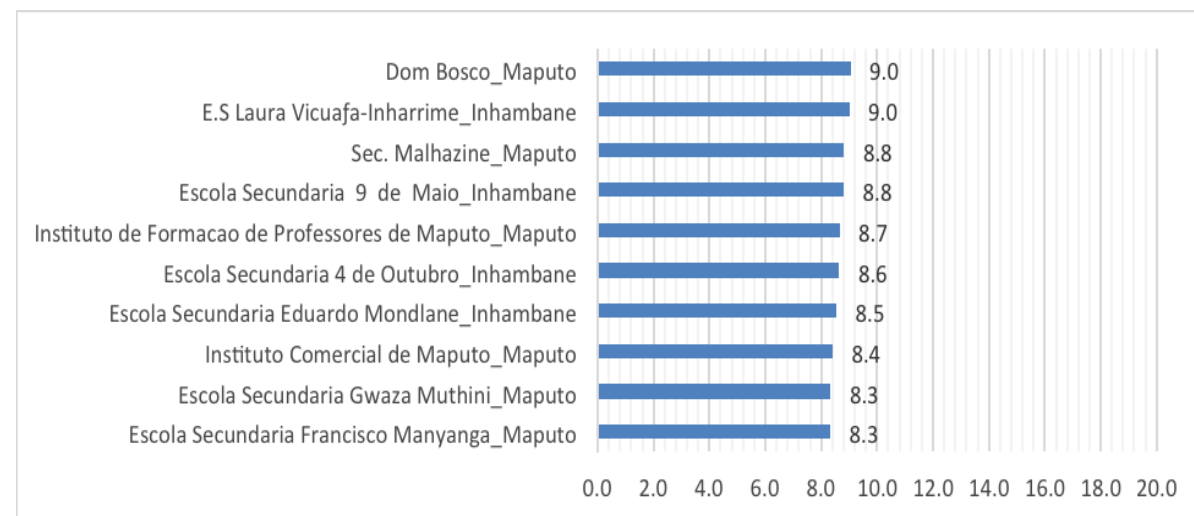
Como gestores e professores, temos sido confrontados com o desafio de alimentar o sonho dos estudantes e definir os seus rumos profissionais. Como alimentar a esperança de emprego e de enquadramento nas diferentes carreiras profissionais, ou até, nas oportunidades de pós-formação? Somos, igualmente, desafiados a avaliar os efeitos das tecnologias de informação e das biotecnologias, para além da robótica e inteligência artificial, bem como a sua relação com a ética, com a dignidade humana, e saber o que isso representa de forma efectiva para o subsector do Ensino Superior. Por outras palavras, as sociedades de conhecimento se baseiam, hoje, nas competências tecnológicas e digitais como activos mais importantes. Este tem sido o debate entre os estudantes e docentes em fora restritos, ou mais alargados, a nível local e regional. Porém, mais importante ainda tem sido o debate que o mundo convencionou sobre as novas profissões do futuro. Ninguém consegue adivinhar, ao certo, o impacto dessas novas profissões, sobretudo, porque elas dependem, tanto de decisões políticas e tradições culturais como, puramente, das inovações tecnológicas. Se por um lado, não existem dúvidas sobre determinadas profissões tradicionais e, até as mais regulamentadas, como economia, veterinária, direito, engenharias, medicina, por outro, se observam já novas e inovadoras categorias

tais como, segurança cibernética, técnicos de impressoras 3D, gestores de nuvens (cloud), produtores de blogs e até pilotos de drones. Os dados de diferentes organizações internacionais das áreas de trabalho e comércio, como o *World Economic Forum* e a *UNCTAD*, apontam para a destruição de mais de 47% dos empregos na indústria no mundo, sobretudo, como consequência da robótica e, inteligência artificial. Igualmente, as áreas de segurança cibernética já têm um deficit de mais de 1.5 milhões de peritos. Só a robótica tem substituído a presença humana na indústria automóvel, aviação civil e outros indústrias de intensa força de trabalho. Por outro lado, a necessidade crescente de maior humanismo, consciência social e cidadania activa, trazem consigo dilemas morais que questionam a robotização das economias, bem como as respostas que a academia tem dado aos problemas reais da população: pobreza, fome, desemprego, saneamento básico, acesso à educação e serviços de saúde de qualidade, habitação condigna, transporte acessível e liberdade de expressão. No meio deste debate, somos forçados a pensar nas opções que temos estado a oferecer aos estudantes, no presente ano de 2020, exactamente para que as suas expectativas não sejam defraudadas, embora façam parte da "equipa". E aqui entramos para um novo dilema: a opção por um ensino à distância, talvez tivessem sido repensada, pois estamos diante duma emergência global e não numa situação de ensino aprendizagem normal. Eventualmente, a dimensão classificatória tivesse que dar lugar ao acompanhamento, privilegiando o contexto e processo, ao invés do produto final: a aprendizagem de facto. Embora uma grande parte dos nossos estudantes tenham

smartphones e usem *WhatsApp*, ainda assim o acesso à internet e, conseqüentemente, plataformas digitais reconhecidamente úteis para o processo de ensino e aprendizagem à distância, é condicionado, para além da baixa literacia informática que não poucas vezes limita os nossos estudantes e, nalguns casos, até profissionais da educação. **Conclusão** Os nossos sistemas de admissão ao ensino superior, e não só, foram desenhados para serem selectivos, diante da demanda existente, e faz algum sentido. Porém, há que conjugar a necessidade de garantir acesso ao ensino superior, dentro de um contexto educacional que tende a melhorar mas que, para já, oferece ao mercado de trabalho e ao ensino superior muito pouco, e a justa busca por qualidade, que aliás, tem sido questionada por todos os sectores da sociedade. A reivindicação incessante por respostas às grandes questões do mundo, do continente e país, como segurança, democracia, comércio livre e justo, alterações climáticas, migração, entre outros, mas também às questões de natureza mais pessoal, mencionadas anteriormente, impõe que o ensino superior se reveja, de modo a permitir que as expectativas de todos os actores e intervenientes possa ser interceptada. O número de candidatos irá aumentar, a julgar pela tendência do aproveitamento escolar e pelas taxas brutas de conclusão das várias classes, graus e ciclos, mas também pela organização do nosso sistema de in-venientes, e totalmente preso à graus académicos! De qualquer modo, o desafio de acomodar esta população jovem sedenta por um emprego oportuna irá permitir alguma mobilidade social, nos levará à ruptura, quer admi-

ministrativa, quer a nível de produção de cérebros pensantes, caso não se pautem pelo rigor e qualidade que todos nós sabemos ser necessário. Se a estes dados apresentados, considerarmos as projeções de aumento populacional em Moçambique, segundos as quais teremos perto de 40 milhões, portanto, mais 124% de 2007 à 2040, muito motivado por uma taxa de fecundidade alta (5.2) e aumento da esperança de vida (58 anos de idade), os sistemas instalados irão à ruptura de facto, se se pensar na infra-estrutura física, social e económica, para satisfazer as necessidades de tamanho aglomerado! É, portanto, urgente, que os sistemas existentes se antecipem e interajam, de modo a colmatar estes desafios que são intransponíveis. Por fim, o exame de admissão é, para alguns poucos (os admitidos!) um portal para a mobilidade social e esta expectativa é, em muitos casos, real, quer pela forma como a nossa sociedade está organizada, quer pelos retornos do investimento pessoal no ensino superior. Contudo, há que tornar este exercício de admissão ao ensino superior, mais ajustado à necessidade premente de qualidade, mas também mais inclusivo, mais aproximado à realidade da escola, por um lado, e aos requisitos mínimos para se frequentar um curso superior, por outro lado. Não é possível discutir "tudo" num só documento, mas gostaríamos que as nossas reflexões, naturalmente, feitas no sentido de encontrar explicações e possíveis caminhos para estes dilemas, promovessem mudanças positivas pois, caso não, a longo prazo, serão nocivos para as próprias universidades e para o país. Algumas das questões são sobrejamente conhecidas, as outras não novas e carecem de estudos mais aprofundados.

Gráfico 2. A média global dos candidatos pelas das 10 melhores escolas



Fonte: UP Maputo, 2020

FMO diz que PES e OE ignoram covid-19

Por Elias Nhaca

O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) considera que o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE) não têm um plano concreto de resposta do país à pandemia da covid-19 e não contemplam uma linha orçamental de contenção do novo coronavírus.

As constatações do FMO, organização agora liderada pelo Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), vem numa altura em que o Parlamento está reunido para discutir o OE e o PES. A proposta do OE prevê uma receita de 235.5 mil milhões e uma despesa de 345.3 mil milhões, o equivalente a um défice de 109.7 mil milhões de meticaís. Porém, o FMO exige a divulgação do “Plano Nacional de Prevenção e Resposta para a Pandemia [Covid-19]”, porque esse documento é mencionado pelo Governo, mas não é conhecido pela sociedade moçambicana.

Numa análise ao PES e ao OE, aquela organização da sociedade civil qualifica igualmente como preocupante a contínua subida das despesas de funcionamento no Orçamento de 2020.

A previsão é de 66,1% da despesa total, representando um acréscimo de 8,3% pontos percentuais em relação a 2019, no mesmo ano em que se espera que os recursos internos cresçam apenas 1,0%, assinala o FMO.

Paula Monjane, directora do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), organização parte do FMO, critica o facto “das despesas de funcionamento continuarem altas, assinalando que as áreas não sociais, como a Presidência da República, tem registado “um crescimento de investimento desequilibrado do contexto nacional, e que poderia diminuir os seus gastos de forma a reforçar as áreas sociais.”

Aquela organização questiona a exequibilidade da previsão de um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,2%, num contexto de uma recessão sem precedentes em quase todas as economias mundiais.

“A proposta do OE 2020 prevê uma taxa de crescimento económico real de 2,2% num contexto em que todas as previsões da economia global e regional apontam para um cenário de recessão. Dentro de Moçambique, a actividade económica está igualmente em abrandamento. Como será possível esse crescimento económico?”, questiona o documento distribuído pelo FMO.

O FMO critica o que considera queda nominal de 5% na aloca-



Adriano Nuvunga, no centro, dirigindo uma conferência de imprensa do FMO, convocada para denunciar falhas no OE e PES

ção orçamental ao sector da saúde e a redução real de 11% em comparação com o orçamento de 2019.

O orçamento proposto para a protecção social reduziu em 7%, em termos nominais, e 14%, em termos reais, em comparação a 2019.

A despesa com os programas de protecção social do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) como parcela do orçamento e como parte do PIB estão em pé de igualdade com os do ano 2019. “Ainda assim, dado o risco de aumento de vulnerabilidades, devido às alocações maiores da covid-19 para os programas do INAS, recomenda-se que haja maior alocação orçamental ao INAS”, lê-se no documento.

Por outro lado, as introduções das propostas de PES e OE 2020

tentam apresentar uma narrativa de contenção da despesa, mas os detalhes demonstram o contrário. No OE 2020, o Governo menciona “a intensificação da inquietação social em vários países do mundo”, como um dos factores que contribuirá para o abrandamento económico, mas, estranhamente, a proposta do PES não contempla acções contra os ataques em curso em Cabo Delgado e no centro do país, como factores retardadores da actividade económica nacional.

Criação de novos empregos

O FMO considera que há, no PES e OGE, sinais de uma deterioração grave da gestão macro fiscal no país, o que denota a ausência de uma estratégia fiscal numa altura em que o país mais necessita dela.

“Ao apresentar o OE sem o CFMP [Cenário Fiscal de Médio Prazo], o Governo está a pedir à AR para aprovar medidas de política fiscal sem que os legisladores tenham como aferir a direcção em que essas medidas levarão a situação fiscal do país nos próximos anos da legislatura que eles iniciam”, defende o FMO.

O FMO questiona como é que o Governo vai expandir a base tributária, considerando a pandemia da covid-19.

Duvida igualmente do compromisso com o fortalecimento da credibilidade internacional, apontando a recente nomeação da ex-vice-ministra das Finanças Isaltina Lucas, envolvida nas dívidas ocultas, para o cargo de assessora do primeiro-ministro como prova do descaso do executivo em relação à integridade e ética governativa.

Também não é convincente a promessa de criação de cerca de três milhões de novos empregos entre 2020 e 2024, quando o ciclo de governação arranca com os desafios colocados pela pandemia da covid-19.

Está prevista a continuação do aeroporto de Gaza em 2020, mas o Governo nunca partilhou com o público o estudo que garante que aquele aeroporto não será mais “um elefante branco”.

O FMO receita que o empreendimento possa encarecer à dívida pública moçambicana à seme-

lhança daquele do aeroporto de Nacala.

No sector de água e electricidade, a Proposta do PES 2020 apresenta como meta o estabelecimento de 22.815 novas ligações domiciliárias de água nas cidades e vilas e 300.000 novos consumidores de energia eléctrica, no entanto, não apresenta um plano de subsídio na provisão desses serviços de fornecimento de água e electricidade.

“O FMO não entende a lógica por detrás da projecção uniforme da taxa de crescimento de 9% para a pesca artesanal de produtos pesqueiros tão diversos como atum, lagosta, caranguejo, camarão, peixe marinho. Como será possível que cada um deles venha a observar a mesma taxa de crescimento de 9% em 2020?”, questiona

O FMO critica igualmente o facto de o Estado dar mais importância aos encargos da dívida em detrimento da protecção social dos moçambicanos mais carenciados.

“Em 2019, os encargos da dívida (35.000 milhões de meticaís) corresponderam seis vezes à dotação orçamental direccionada para os programas de protecção social (5.638,9 milhões de Meticaís). No mesmo diapasão, em 2020, espera-se que os encargos da dívida venham a significar seis vezes e meia o valor da verba destinada à protecção social”, critica o FMO.

PES e OE não protegem as famílias e empresas

O director do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), organização da sociedade civil que agora lidera o FMO, Adriano Nuvunga, também criticou o PES e o OE, porque, no seu entendimento, não protegem as famílias mais desfavorecidas e as micro, pequenas e médias empresas dos efeitos nefastos da pandemia da covid-19.

“Além dos números assustadores de pessoas infectadas e dos óbitos, o maior problema desta pandemia serão os seus efeitos económicos e sociais, sobretudo para países subdesenvolvidos como é o caso de Moçambique”, refere Nuvunga.

Nesse sentido, prossegue, era expectável que o Governo reflectisse, nas propostas de PES e do OE, nas formas

através das quais vai proteger as famílias mais desfavorecidas e as micro, pequenas e médias empresas dos efeitos nefastos da pandemia da covid-19.

“Mas os dois instrumentos de governação em debate no Parlamento dão a ideia de que Moçambique está imune aos efeitos económicos sociais devastadores causados pela pandemia da covid-19”, refere.

Adriano Nuvunga repudia igualmente o que qualifica de natureza despesista do OE para 2020 e que mostra um sentido consumista dos governantes.

“Por exemplo, a previsão de despesa de funcionamento no OE para 2020 é de 66,1% da despesa total. Essa previsão representa um aumento de 8,3% em relação à despesa de funcionamento de 2019 e isso acontece num ano em que se espera que os recursos internos cresçam em apenas 1,0%”, explica.

O Governo prevê, nas suas propostas, um crescimento económico de 2,2%, ignorando a conjuntura económica mundial e regional onde as perspectivas apontam para um cenário de recessão, prossegue.

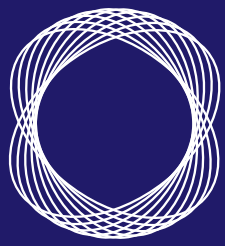
“O executivo não explica como será possível alcançar esse crescimento económico, num cenário em que a actividade económica nacional tende a abrandar e os preços dos principais produtos de exportação de Moçambique estão a cair”, continua.

Por outro lado, o executivo não mostra como é que, perante a pandemia da covid-19, o Estado está a organizar-se para apoiar as famílias que neste momento não podem sair de casa, bem como os sectores formal e informal que não estão a produzir ou estão a operar a meio-gás.

Não é explicado como é que se irá assegurar que a economia continue a funcionar e que haja produ-

ção de comida.

“Apesar de cumprir com o compromisso de alocar 10,2% do Orçamento de Estado para a agricultura, o Governo não fornece informações sobre como irá operacionalizar a produção de comida para o consumo nacional”, destaca. Por outras palavras, a alocação de 10,2%, apesar de estar em linha com a Declaração de Maputo, não vai, por si só, resolver os problemas estruturais de que enferma a agricultura em Moçambique, um sector que emprega mais de 70% da força de trabalho e representa 25% da economia. Nesse sentido, o CDD defende que as propostas de PES e do OE para 2020 devem ser devolvidas ao Governo, porque não reflectem os desafios do país, num contexto da pandemia da covid-19 e dos ataques armados em Cabo Delgado.



IESE conf 2020

6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE CONFLITO, VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

15 e 16 de Setembro de 2020, em Maputo

CHAMADA PARA COMUNICAÇÕES E PAINÉIS

O Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), www.iese.ac.mz, vai realizar a sua 6ª Conferência Internacional, em Maputo, de 15 a 16 de Setembro de 2020. O tema genérico desta conferência é “**Conflito, Violência e Desenvolvimento**”.

A literatura mais ortodoxa tende a assumir uma relação unidirecional e causal entre conflito e desenvolvimento, no sentido em que o primeiro prejudica o segundo. Esta visão é reflectida tanto em trabalho académico como, sobretudo, no discurso político, em que, por exemplo, inadequado desempenho económico é causalmente justificado pela existência de conflito. Nesta visão, conflito é sinónimo de violência e por isso negativo e seria resultado de exclusão, intolerância, falta de coesão e de unidade nacional, diversidade étnica ou de qualquer outro tipo.

No entanto, conflitos e tensões fazem parte de dinâmicas transformativas na medida em que processos de desenvolvimento, de transformação e de transição social, económica e política fazem parte e/ou resultam de e podem ajudar a resolver velhos conflitos e tensões incorporadas em estruturas sociais e contextos históricos, enquanto também podem criar novos. Portanto, conflitos, tensões e crises são parte orgânica da sociedade, e a forma que adquirem depende das condições e particularidades históricas e sociais em que as lutas sociais por transformação e desenvolvimento ocorrem.

Como e por que surgem tensões e conflitos relacionados com as dinâmicas de transformação e transição social, económica e política, e quais são os focos em torno dos quais eles se desenvolvem? Até que ponto eles contribuem para acelerar, mudar de direcção ou resistir a esses processos sociais de mudança e desenvolvimento? Como é que novos conflitos, tensões e crises estão associados a padrões históricos, antigas tensões construídas no tecido económico e social e no sistema político, e a “soluções” então adoptadas? Em que medida novos movimentos sociais e formas de cidadania, mais ou menos formais e organizados, locais ou nacionais e internacionais, emergem desses processos e que natureza e capacidade de acção eles adquirem? Existem diferenças e semelhanças entre as áreas urbanas e rurais em relação à dinâmica social, económico e política dos processos de mudança, conflito e tensão? Como os estados e os governos respondem e em que medida são influenciados por vários interesses conflitantes?

Quando e por que razões tensões e conflitos se tornam actos isolados de violência ou situações mais prolongadas de guerra e instabilidade? Como é que os conflitos e tensões evoluem ao longo do tempo e se voltam para a violência? Qual o papel dos partidos políticos, dos movimentos sociais, dos meios de comunicação social e dos mecanismos de resolução de conflitos?

Para analisar estas questões (e outras relacionadas), com enfoque particular nas experiências africanas e moçambicanas, **convidam-se professores, investigadores, estudantes de pós-graduação e outros estudiosos para submeterem propostas de painéis e/ou de comunicações até ao dia 30 de Abril de 2020**, para o seguinte endereço de email: comunicacoes_conf6-iese@iese.ac.mz.

As propostas podem ser apresentadas em português e/ou em inglês (as línguas que serão adoptadas na conferência).

Cada proposta de comunicação deverá incluir um resumo, de não mais de 300 palavras, bem como a identificação exacta do(s) proponente(s), nomeadamente: o nome, o contacto (email e telefone) e a filiação institucional.

As propostas de painéis deverão incluir um resumo da lógica e enquadramento do painel e os resumos de cada uma das comunicações que dele fazem parte (cada um destes resumos não deve exceder 300 palavras), bem como os nomes, contactos e filiação institucional dos coordenadores do painel e de cada painelista. Painéis não devem conter mais do que três comunicações. O mesmo grupo pode propor até dois painéis (total de seis comunicações no máximo), formando assim um módulo sobre uma temática comum (neste caso, o resumo da lógica deve abordar o módulo como unidade temática)

A Comissão Científica da Conferência comunicará, até ao dia 31 de Maio de 2020, por email, as comunicações e painéis (ou módulos) aprovados. A mesma informação será afixada, no mesmo dia, no website do IESE, www.iese.ac.mz.

O IESE recomenda que todos os proponentes procurem fontes de financiamento próprias para participação na conferência.

Mais detalhes serão comunicados após a aprovação das propostas de comunicação.

EDITORIAL

COVID-19 e a mensagem de mudança que transporta

No seu elogio fúnebre, por ocasião das exéquias de Marcelino dos Santos, em Fevereiro último, o Presidente Filipe Nyusi fez questão de se referir ao facto do malogrado ter recusado a oferta do Governo para receber cuidados médicos no estrangeiro.

E a mensagem aqui, não ficou perdida no ar. Na verdade, Nyusi não se teria referido naqueles termos se não fosse apenas porque é uma expectativa razoável que pessoas do nível de Marcelino dos Santos, em caso de necessidades médicas, teriam sempre o caminho aberto para os melhores estabelecimentos hospitalares do mundo, com soluções de ponta, a que qualquer cidadão normal só poderia aceder na fantasia dos seus sonhos.

O Coronavírus mudou tudo isso, e trouxe ao de cima a mensagem da necessidade dos países investirem com maior seriedade nos seus sistemas nacionais de saúde. Algo que nunca alguma vez tivéssemos imaginado que pudesse acontecer nestes dias em que tanto se fala de globalização e do desmantelamento de fronteiras, testemunhamos o regresso do nacionalismo puro, em certos casos chegando mesmo a roçar ao chauvinismo.

Africanos são tratados como indesejados no país onde tudo começou, acusados de serem os importadores da doença. Lá se vão os tempos da amizade e da solidariedade, da generosidade oriental que produziu estádios, estradas, pontes e outros edifícios de prestígio que pululam por este continente fora, enriquecendo elites locais com chorudas comissões.

Se no passado o sector da saúde foi o parente pobre das prioridades orçamentais do Estado, é preciso reconhecer que hoje as coisas devem ser encaradas de outra forma, pois haverá momentos como este, em que ricos, pobres, poderosos e fracos ficarão iguais, dependentes do mesmo serviço nacional de saúde. Não haverá para onde fugir.

Investir na saúde não deve ser visto, como muitas vezes tem sido o caso, em termos da construção de mais hospitais ou outras unidades sanitárias. Infra-estruturas hospitalares adequadas são importantes, dão oportunidade de fazer dinheiro aos nossos amigos empreiteiros, mas mais do que edifícios, é preciso apostar muito no aprimoramento das políticas sobre o sector, como sejam melhores condições de trabalho e de remuneração para o pessoal, a disponibilidade de medicamentos (não só mas sobretudo os básicos), equipamento adequado e protecção especial aos trabalhadores da saúde.

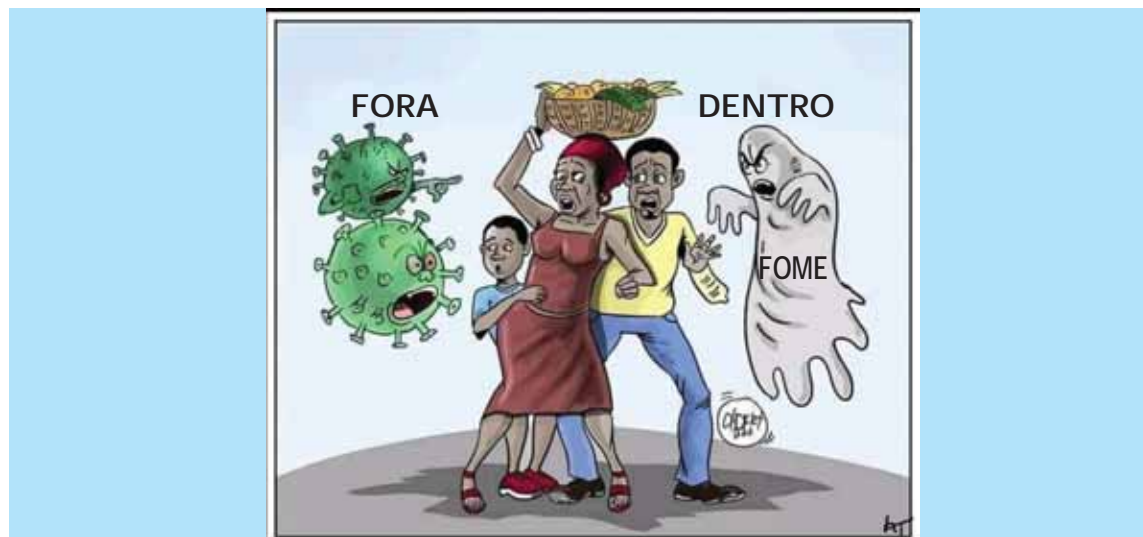
Se um forte investimento for feito na saúde preventiva ao nível das comunidades locais, bem como na aplicação de novos meios tecnológicos, talvez não seja necessário construir tantas unidades sanitárias. De um sistema de saúde para todos, durante o período da experimentação socialista, Moçambique passou para um modelo de acesso à saúde que privilegia o sector privado, com o sector público abandonado à sua sorte, ou na melhor das hipóteses, a ter que depender da generosidade da cooperação internacional.

E ainda assim, o sector privado alimenta-se do sector público, dado que pessoal médico que não pode sobreviver dos seus modestos salários nos hospitais públicos, recorre aos privados para suprir esse défice, dessa forma colocando em causa a qualidade dos serviços prestados. E isso é apenas no capítulo do pessoal. Na componente de equipamento, deve ter sido suficientemente esclarecedor o recente episódio de funcionários da saúde encontrados com camas hospitalares desviadas do sector público. Medicamentos também são desviados do sector público para alimentar a cadeia de clínicas privadas, que se tornaram no único recurso para a salvação de muitos cidadãos que não encontram soluções no sector público.

E não haverá melhor forma de ilustrar a grave crise que se abate sobre o sector da saúde do que a iminente falência da principal empresa nacional de medicamentos. Ironicamente, enquanto o Estado manifesta-se incapaz de continuar a subvencionar a MEDIMOC, surgem cartéis de importação de medicamentos, cuja sobrevivência não estaria garantida se não fosse através de fundos públicos.

Se há algo de positivo que podemos encontrar com o surgimento da pandemia da Covid-19, deve ser a mensagem de uma mudança radical na maneira como o mundo passará a relacionar-se daqui em diante, onde nenhum país deve continuar a acreditar que poderá subcontratar ao outro a saúde dos seus próprios cidadãos.

Cartoon



POR ANTÓNIO CABRITA



O que fazer?

Leio duas coisas que me atorçam: a primeira, que o governo moçambicano recuou na decisão de decretar que os transportes públicos moçambicanos só se movimentem com um terço da lotação para garantir a distância entre as pessoas. Eu, que mandei a minha empregada para casa para ela não andar de chapa e correr menos risco de ficar contaminada, irei amargar do meu remédio não um mas três ou quatro meses, pois vai ser uma orgia para o querido corona.

Compreendo que o Estado não tem nem meios para compensar as transportadoras pelo prejuízo que tal arrecadaria, nem terá outro modo de acautelar o descontentamento popular devido ao estorvo que tal medida traria à manutenção regular dos seus modos de subsistência, pois só em crises incontroláveis como estas se pensa no ai Jesus de se ter confiscado as possibilidades humanas e condenado grande parte da população à precariedade do negócio informal, à vidinha dia a dia.

Ademais, depois dos focos de guerra que se vão intensificando, ao centro e ao norte, o governo não quer pagar o preço político que tal medida implicaria. Por outro lado, o mau exemplo de Bolsonaro "autoriza" esta opção (- por que é que, na generalidade, só se copia o mal?).

Temo, porém, que com este recuo, a breve prazo, o prejuízo e o caos sejam muito maiores, talvez o governo tenha apenas adiado dois males, agravando-os a jusante.

Entretanto, o segundo texto que li e me abanhou é meu. Só hoje me dei conta, fazendo a revisão das provas de um livro, da coisa tremenda que escrevi nestes versos, sobretudo o que agora sublinho:

«(...) É esse o mar que me fascina, mais/ do que o que se estampa/ no magnético, oleoso e galopante/ vir e retrair-se das

ondas:// o mar que é o peito de um deus/ que procura fora de si o pulsar / do seu coração. Como aliás se intui/ nas paisagens marítimas de William Turner.»

É este o tipo de Deus que precisaríamos, cabe nele a minha compreensão do que seja a compaixão: só um Deus não ensimesmado, que localiza fora de si, em nós, no mundo, o seu pulsar cardíaco, se empenharia em salvar-nos.

Um Deus a milhas da onnipotência católica, mas também incapaz de exigir-nos a inexorável obediência do deus do Islão, pois afinal é no exterior a si que está o seu âmago.

Creio que mais uma vez estamos sozinhos, ou entregues à ciência, sempre em atraso na vida.

Esperam-nos longas provações e uma não menor quarentena. Quem achar que não, pense nisto: neste momento, Milão, a cidade mais opulenta de Itália, está na fila para o pão.

A espinhosa organização que muitos Estados têm revelado nesta crise que expôs as falhas civilizacionais resultam do mau uso das possibilidades humanas. Por exemplo: o sistema de saúde nos Estados Unidos é calamitoso e desprotege a grande maioria da população (todos os pobres e sobretudo os negros) porque a qualquer princípio racional nas soluções adoptadas se sobrepôs sempre a cupidez dos negócios e a ideologia. Obama tentou remediar e logo Trump desmanchou. Talvez esta crise seja uma oportunidade para enxergarmos como o viés ideológico só desfigura o bom uso das possibilidades humanas e como insistir em privilegiar o interesse de alguns só fragiliza as estruturas sociais.

Coisa positiva, neste período difícil, em muitos países tem havido iniciativas, ora das agremiações culturais, ora dos jornais, ora das televisões para criar uma programação que possa ocupar as pessoas no seu confinamento. Em muitos países impôs-se esta necessidade. Era a ocasião para

as rádios incrementarem a promoção da leitura, para as televisões passarem, por uma vez, teatro, ou bons filmes, em vez de mais debates sobre o corona, repetindo as banalidades de base; este era o momento ideal para as televisões mostrarem a pintura moçambicana, para as pessoas terem orgulho e conhecerem o que se faz na sua terra. À "nossa" maneira, como de "cima" não chegam orientações e não há pilim à solta, ONGs que patrocinem - suspeito que nada irá acontecer. Quem estiver entediado (como tem infelizmente acontecido) bata na patrao.

Há, no entanto, coisas interessantes a fazer, na quarentena que a prazo nos confinará. Aqui deixo sugestões.

Bons filmes a ver no Youtube: **Baile dos Bombeiros**, de Milos Forman, a comédia **Buddy Buddy**, de Billy Wilder, **Flores Raras**, um belíssimo filme brasileiro com Glória Pires, **As Asas do Desejo**, de Wim Wenders, **Amarcord** e **La Strada**, de Fellini, **Solaris**, de Tarkovski, **A Tale of the Wind**, de Joris Ivens, **Il Piccolo Diavolo**, de Robert Benigni, **La Romana**, com a Gina Lollobrigida, vários filmes do Pasolini e do Rossellini, **O Pirata**, do Polanski, **Dementia 13**, **The Horror**, e **Drácula**, ou os **Padrinhos**, de Francis Ford Coppola, **Julieta** ou **Dor e Glória**, do Almodovar, filmes do Jean-Luc Godard e do François Truffaut... são as minhas primeiras sugestões. Quando os filmes não têm legendas, baixe-o em mp4 com este programa, <https://yttmp3.cc/en13/>, e depois apanhe as legendas aqui, <https://www.opensubtitles.org/pt>. Ou veja o concerto de Fatoumata Diawara, da Costa do Marfim, no LEAF Festival, ou a Carmen, do Bizet, em versões legendadas. Para quem goste de reflectir proponho as séries, **O Belo e a Consolação**, com entrevistas a escritores e ensaístas de todo o mundo e também com africanos e a série

SAVANA
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRR/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)
Redacção:
Raúl Senda, Arginaldo Nhampossa e
Armando Nhamumbo
Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Iléc Vilanculos
Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,
Ivone Soares, Luís Guevane, João Mosca,

Paulo Mubalo (Desporto) e
Venâncio Calisto (Cultura).
Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Araújo (Inhambane)
Maquetização:
Auscêncio Machavane e
Hermenegildo Timana.
Revisão
E.P.
Publicidade
Benvida Tamele (82 3171100)
(benvida.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)
Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 - 1º andar, A
Telefone: (+258) 82 / 843171100
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

Pessoas em liberdade também beneficiam de amnistia e perdão*

No âmbito da prevenção da propagação da covid-19 nos estabelecimentos penitenciários, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 2/2020, de 6 de Abril, que concede amnistia e perdão aos crimes puníveis com pena de prisão até um ano, com ou sem multa.

Enquadram-se nesta amnistia, por exemplo, as penas de prisão até seis meses; as penas de prisão de seis meses a um ano e as penas de prisão até um ano. Nestas molduras penais, cabem vários tipos legais de crimes, como o crime de ofensas corporais voluntárias simples, cuja pena de prisão é de até três meses - artigo 170, n.º 1, do Código Penal; o crime de violência física simples, dentro dos crimes de violência doméstica, cuja pena de prisão é de um a seis meses e multa correspondente - artigo 245, n.º 1, do Código Penal.

Tratando-se de uma lei que tem como objectivo conter a propagação da pandemia da covid-19 nos estabelecimento prisionais, ela devia apenas incidir sobre as pessoas que estão em prisão preventiva, isto é, aquelas pessoas que, sendo indiciadas da prática daqueles crimes, se encontram detidas, aguardando data de julgamento.

Entretanto, a Lei n.º 2/2020, de 6 de Abril, beneficia também aquelas pessoas que, tendo praticado os crimes amnistiados, se encontrem em liberdade, tenham ou não sido julgados e condenados. A imprensa nacional deu destaque às pessoas que serão soltas com a entrada em vigor desta lei, mencionando cerca de 5.200 pessoas, o que levou a vasta maioria do público, mesmo o esclarecido, a pensar que o impacto da lei se resumiria apenas à soltura de presos.

Em relação ao perdão, a lei estabelece que são perdoadas as penas de prisão que não ultrapassem um ano. Trata-se de penas concretas aplicadas pelos tribunais, independentemente da moldura penal abstracta aplicável ao crime praticado, mesmo que as respectivas decisões condenatórias ainda não tenham transitado em julgado. Aqui vale considerar como exemplos os crimes de ofensas corporais voluntárias, se

da ofensa resultar cortamento, privação, aleijão ou inabilitação de algum membro ou órgão do corpo punível com a pena de prisão maior de dois a oito anos, tendo o juiz aplicado a pena concreta de um ano de prisão, por força da atenuação extraordinária das penas - artigos 171, n.º 1, alínea e), 119, alínea b) e 61, alínea e), todas do Código Penal; e o furto simples de 2.800.000.00 Mt, tendo o juiz aplicado a pena de um ano de prisão, pela atenuação extraordinária das penas - artigos 119, alínea b) e 61, alínea e), todas do Código Penal.

Conclui-se que *pela lei da amnistia e perdão serão soltos os detidos preventivamente e reclusos condenados, com decisão transitada em julgado ou não, mas também serão extintos procedimentos criminais e perdoadas penas de arguidos não presos, ainda não julgados ou já julgados e condenados, com ou sem sentença transitada em julgado, nas seguintes circunstâncias concretas:*

Presos preventivamente

Todos aqueles que aguardam julgamento na cadeia por prática de crimes cujas molduras penais abstractas sejam até um ano de prisão.

Os que tendo sido julgados e condenados, encontrando-se em prisão preventiva, a uma pena concreta de prisão de até um ano, independentemente da moldura penal abstracta aplicável, tendo recorrido da decisão condenatória para instâncias superiores.

Presos em resultado de sentença condenatória transitada em julgado

Aqueles que, independentemente da moldura penal abstracta aplicável, tenham sido definitivamente condenados a penas concretas de até um ano de prisão, com ou sem multa. Por exemplo, um indivíduo condenado a pena de um ano de prisão e seis meses de multa.

Arguidos em liberdade e ainda não julgados

Todos os que, estando em liberdade, têm processos criminais em curso no SERNIC, na Procuradoria ou nos tribunais, cuja moldura penal abstracta aplicável não ultrapasse um ano.

Réus em liberdade, condenados em processos pendentes de recurso

Aqueles que, tendo sido julgados e condenados, encontrando-se em liberdade, a penas concretas de prisão não superiores a um ano, independentemente da moldura penal aplicável, tenham recorrido destas decisões.

Réus em liberdade, condenados em processos transitados em julgados

Todos os que, tendo sidos condenados a penas concretas de prisão não superiores a um ano, com ou sem multa, as sentenças tenham transitado em julgado, ou seja, não sejam mais passíveis de recurso.

Como se pode notar, a lista dos que vão beneficiar da lei em apreço é vastíssima e levar-se-á muito tempo na sua execução, sendo certo, porém, que a prioridade será dada ao arguidos ou réus presos.

Segundo o Presidente do Tribunal Supremo (discurso de abertura do ano judicial de 2020), os 157 tribunais judiciais da República de Moçambique tramitaram no ano de 2019, um total de 312.180 processos, dos quais 60% são dos tribunais judiciais distritais, ou seja, 187.308 processos.

A maior parte dos processos tramitados nos nossos tribunais são do tipo sumário, com moldura penal de até um ano de prisão e, por isso, contemplados pela lei da amnistia e perdão. Significa isto que, só dos processo a cargo dos tribunais, não menos de 100.000 serão extintos e, contados com tantos outros em tramitação na Procuradoria e no SERNIC, não serão menos de 150.000 processos findos por amnistia e perdão e com um número de arguidos superior a 150.000, pois cada processo pode ter acima de um arguido.

Vistos os efeitos desta lei sob ponto de vista dos arguidos, parece tudo linear, mas por cada crime há uma vítima merecedora de protecção do Estado.

A grande questão que se coloca é que o processo penal se orienta pelo princípio da suficiência da instância - artigo 34 do Código de Processo Penal - de tal modo que, em caso de condena-

ção, o juiz arbitra aos ofendidos uma quantia como reparação por perdas e danos, ainda que lhe não tenha sido pedido.

Supondo que, num processo de acidente estradal em que tenha sido atropelada uma criança de 10 anos de idade, perdendo um membro inferior, tenha sido fixada uma indemnização de 300.000.00 Mt e o condutor da viatura causadora do acidente tenha recorrido da decisão que o condenou a seis meses de prisão, em cumprimento da lei da amnistia e perdão, o tribunal superior deverá perdoar esta pena e como o valor da indemnização não está definitivamente fixado, porque a sentença que o arbitrou não transitou em julgado, a possibilidade de o menor vítima beneficiar da indemnização é remota.

É claro que a lei da amnistia e perdão procurou, de forma muito infeliz, contornar este problema da obrigação de indemnizar o lesado, criando um instituto estranho ao direito, uma verdadeira enormidade jurídica, ao arrepio do disposto no já referido artigo 34 do Código Penal, estabelecendo no artigo 4, n.º 2, que: "a responsabilidade civil pode ser suscitada por iniciativa do ofendido mediante simples requerimento nos processos pendentes em tribunal" e prosseguindo, no n.º 3, do mesmo dispositivo legal, nos seguintes termos: "os autos referidos no n.º 2 do presente artigo, prosseguem os termos normais do processo crime, a penas para apreciação do pedido de indemnização que for devida". Que aberração jurídica? Que barbaridade técnico-processual? Onde estavam os juristas do Governo e da Assembleia da República quando foi aprovada esta lei?

O processo penal tem uma tramitação específica que visa a descoberta da verdade material subjacente aos factos classificados como crime sendo, a fixação da reparação por perdas e danos, na sentença penal, o corolário da condenação penal. Não havendo condenação penal porque extinto o procedimento penal ou perdoadas a pena de uma sentença não transitada em julgado, não haverá como se responsabilizar civilmente

em processo penal. Esta condenação só se poderá lograr obter nas secções cíveis, em processo específico. Não há como obter responsabilidade civil onde não há responsabilidade criminal em secções criminais.

O exemplo do caso Português

Chegados aqui nos perguntamos: não tinha o legislador pátrio outra alternativa para, sem criar este terramoto jurídico todo, lograr alcançar o seu desiderato, de evitar a propagação do covid-19 nas cadeias? Claro que tinha. Vejamos o exemplo português.

Portugal, através da lei n.º 9/2020, de 10 de Abril, que fixa o regime excepcional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, perdoou partes das penas de prisão de reclusos condenados por decisão transitada em julgado. Ou seja, em Portugal esta lei só beneficia presos, diferentemente do nosso caso em que, pretendendo se evitar a propagação do covid-19 nas penitenciárias, acaba beneficiando injustificada e injustamente, milhares e milhares de criminosos. Se o escopo da lei moçambicana era evitar a propagação desta pandemia nas cadeias, que se produzisse uma lei que atendes-se a este universo populacional, sem contudo se violar o princípio constitucional de igualdade dos cidadãos perante a lei.

No caso português, fora do perdão de parte das penas dos presos, foi fixado um regime especial de indulto das penas e também um regime extraordinário de licença de saída administrativa de reclusos condenados e ainda a antecipação extraordinária da colocação em liberdade condicional.

O nosso país podia ter adoptado qualquer destas alternativas, buscando descongestionar as cadeias e atingindo desta forma apenas o público-alvo que são os presos e não extinguindo cerca de 150.000 processos criminais em prejuízo das vítimas e das finalidades das penas. E qualquer destas medidas é aplicável no nosso ordenamento jurídico sem necessidade de qualquer alteração constitucional.



Um Urso em Timbuctu

Ártico, o urso, estava sentado na varanda no seu igloo, desmontável, instalado na periferia da grande cidade.

Eram quatro e meia da manhã e o urso aproveitava-se do facto de a frescura gélida da noite ainda se fazer sentir. Daí a pouco, a cidade estaria a torrar com os termómetros a indicar, como quase sempre, cinquenta e sete, sessenta ou sessenta e oito graus centígrados.

Sócio-antropólogo e historiador de formação, Ártico tinha decidido fazer uma releitura da história dos povos da África Ocidental, Central e Oriental de um ponto de vista filosófico, embora não fosse essa a sua formação.

Tinha para o efeito firmado um acordo com a associação científica da via-láctea, com sede na terra nova na Groenlândia. Estava sentado na periferia da grande cidade a compilar os seus apontamentos para descrever o que seria a sua obra depois da quarenta e sete anos de deambular, desde o golfo da Guiné pelo interior de África, penetrando no seu coração até a África Oriental.

Naquela manhã, Ártico, releu o que tinha escrito durante a noite. Acima de tudo, mostrava o seu extremo espanto perante um facto, a todos os títulos, fácil de observar: é que a penetração europeia, não só ali, como por todos os lugares por onde tinha passado, tinha se revelado dum efeito predador e devastador sem remédio possível.

Os seus efeitos eram irreversíveis.

Era como destruir um muro do Muchén no meio de um terreno que se preparava para a agricultura.

Os grandes reinos, os impérios que tinham sido destruídos, ainda, em formação, a maior parte deles, subdividindo-os em pequenos grupos, estavam revelar-se, duzentos, trezentos ou quatrocentos anos mais tarde como pequenos fervedouros de revoltas e incompreensões, cujos efeitos, perversos, não se faziam notar, só, no continente como também na própria Europa. E isso não era só em relação ao clono que a Europa tinha feito a África.

Também se podia notar, mesmo nos tempos mais recentes, aquilo que se tinha pretendido fazer no médio oriente.

O que tinha atraído a Europa e a sua acção por aquelas terras do Ocidente Centro e oriente de África era a ganância e a exploração desfilhada de riquezas sem olhar para os seus efeitos interiores.

Bastava ver alguns dos nomes que foram atribuídos algumas terras dali: Costa do Ouro ou Costa do Marfim.

Esgotados os ouros ou os marfins, vieram os petróleos e outras riquezas, sem que a relação entre a Europa e a África se alterasse.

Por um lado, não era do interesse dos europeus que isso se alterasse, por outro, os africanos colocados nas lideranças pouco se apercebiam ou queriam se aperceber da

situação em que se colocavam quando ascendiam ao poder.

Embora, em todos os casos, se proclamassem defensores de uma relação igualitária, de uma educação que proporcionasse os seus povos uma luta lúcida pela sua independência real, na verdade, comportavam-se como se isso fosse história só para vender aos grandes.

Os grandes propulsores de ideologias vãs, de modo geral, a educação em África tem um nível de qualidade muito problemático, e isso é propositado. Porque se sabe que, quanto mais ignorante for o povo mais fácil será dominado. O mesmo se poderá dizer em relação a saúde e a investigação científica.

Ártico desenrolava essas ideias no seu manifesto sócio-antropológico e histórico, sabendo, perfeitamente, que as suas ideias poderiam ser muito problematizadas, mas sentado na varanda do seu igloo na periferia da grande cidade alinhavava-as cónscio de que o que dependia era a pura realidade. A relação entre a Europa e a África era de uma desigualdade irreversível, porque mesmo que acontecesse aparecerem líderes lúcidos para dirigirem os destinos de um qualquer país africano, a verdade é que, as ideias desse líder nunca iriam avante.

Ou seria assassinado pelos seus próprios a mando dos outros, ou os próprios o isolariam, considerando-o um visionário louco ou sem qualquer utilidade, e não há como

inverter isso, pelo menos, a um horizonte visível.

O que se fez de África é o mesmo que um agricultor movido pela ganância faz ao destruir um muro de Murchem no meio do terreno que está a preparar para abrir as suas machambas.

Depois de destruído, as formigas do muro invadirão, sem qualquer possibilidade de controlá-las, a terra e destruirão tudo o que nela for semeado.

É diferente do que teria acontecido, provavelmente, quando os europeus chegaram ao continente americano, limitaram-se a exterminar os indígenas do continente, os índios, com recurso ou ao Álcool ou a pólvora, seja como for.

Os índios recusaram-se a ser escravizados, recusaram-se a ser cristianizados. Estão a pagar a factura.

Os africanos resolveram revoltar-se quinhentos anos depois, mas utilizaram as mesmas armas que foram ou estão a ser utilizadas pelos seus opressores, virando-as para os seus próprios povos.

Era meio dia, Ártico recolheu os seus apontamentos quando o Almuedin anunciava a terceira oração do dia.

Olhou para o termómetro pendurado a frente do seu igloo e leu. Este indicava cinquenta e nove graus centígrados.

Recolheu-se e foi-se deitar atormentado pelas conclusões a que cinquenta e sete anos de deambulação pela África o estavam a obrigar a chegar.

SACO AZUL

Por Luís Guevane

500 Pessoas?

Ainda que os dados da covid-19, anunciados oficialmente em Moçambique, sejam baixos, o registo de infectados continua a aumentar comparativamente aos recuperados. Os dados oficiais indicam 29 casos (NR: o texto foi escrito nesta quarta-feira), dos quais dois recuperados e nenhum óbito. Um pouco por todo o Mundo a evolução da pandemia vai sendo actualizada em termos de números de mortos, infectados e recuperados, revelando uma grande preocupação global com a vida. A pandemia continua a retirar tranquilidade ao Mundo, a bloquear praticamente tudo. Mas, a esperança, essa sim, permanece inabalável.

No Norte de Moçambique, particularmente em Cabo Delgado, as populações dividem a intranquilidade entre a Covid-19 e a insegurança. Esta está muito mais presente no quotidiano das gentes de Cabo Delgado desde Outu-

bro de 2017. O Coronavírus é uma preocupação mais recente, mais 20-20. As duas assustam. No entanto, torna-se mais difícil cumprir a campanha “Fica em Casa” numa situação em que as famílias são obrigadas a buscar segurança longe dos ataques que ocorrem no Norte e Centro da província em causa. Como ficar em casa se o mato tornou-se o lugar mais seguro? Como ficar em casa se “Cabo Delgado” escasseia nos telejornais, se não lhe é dado o devido destaque? Fora isso, ninguém fugiu com o televisor, rádio ou jornal para acompanhar os desenvolvimentos de “Cabo Delgado”. O isolamento não produz corrente eléctrica que leve a pensar em ligar uma televisão. O medo faz o seu papel. Um bloco de notas e uma esferográfica já perturbam os jornalistas. É o nervosismo do conflito militar. É a teoria do controlo de situação desafiada pela “situação controlada”. A riqueza em recursos minerais de Cabo Delgado ainda não significa prosperidade para a província e para o país. A liberdade religiosa é ameaçada ferozmente. Palhotas e barracas são

incendiadas. E o número de mortos, quem actualiza?

A questão de insegurança, que prevalece desde 2017, criou baixas entre as partes envolvidas e, particularmente, entre as populações indefesas. Com a covid-19 tem havido uma actualização diária do ponto de situação da pandemia. Provavelmente por serem situações com características peculiares, a covid-19 e o conflito militar, é que uma fornece dados actualizados e a outra pauta pelo silêncio ou omissão. Ainda que não sejam dados oficiais, mas por ser de uma figura importante e respeitável, o caso “Cabo Delgado” já produziu óbitos que ultrapassam as cinco centenas. Estes dados foram avançados pelo Bispo de Pemba, Luiz Fernando Lisboa, em entrevista a um Jornal da praça (do dia 16 de Abril de 2020). A uma pergunta do jornalista sobre o número de pessoas mortas desde 2017, respondeu: “Eu não sei exactamente quantas pessoas. Mas estimo que mais de 500 pessoas já morreram.” É um dado preocupante; tão válido e assustador

como as desgraças criadas pelo coronavírus um pouco por todo o lado. É claro que é uma estimativa, tendo como tal o seu valor. Alguém tem uma outra estimativa ou mesmo dados fiáveis? Mesmo assim, obriga-nos a (re) pensar no tipo de conteúdo que faz o nosso sentido de urgência. Como encaramos o caso “Cabo Delgado” desde 2017? Havia unanimidade de que eram simplesmente acções de banditismo? O que nos levou a crer que fossem insurgentes? Havia capacidade para “matar o crocodilo enquanto ainda era pequeno”? Independentemente das razões que podem estar a justificar alguma fragilidade no terreno, julgamos que é importante acarinarmos as nossas Forças de Defesa e Segurança, motivando-as psicológica e materialmente. Uma nova ordem pode resultar numa lufada de ar fresco, numa nova estratégia de defesa da vida em Cabo Delgado.



Sem capulanas e flores
o mundo não teria cores.



Em cada detalhe da capulana há uma história de beleza, força e determinação que nos inspira. Temos orgulho em ser uma empresa que valoriza o empenho de cada uma das nossas colaboradoras, na construção de uma Vale que é de todos, e de um Moçambique mais próspero e bonito.

Não podendo celebrar juntos, neste momento que é tão crucial para o mundo inteiro, inspiramo-nos na força da mulher moçambicana, na sua resiliência e optimismo, e apelamos: fique em casa, fique seguro.

Feliz dia 7 de Abril, dia da Mulher Moçambicana.



Reage Carlos Pinho, presidente do Matchedje de Mocuba

Ascendemos ao Moçambola por mérito e não por questões políticas

Por Paulo Mubalo

O presidente do Matchedje de Mocuba, Carlos Pinho, que ocupa o cargo desde Novembro de 2019, diz que o clube está preparado para o que der e vier, daí que encara a sua participação no Moçambola com toda a naturalidade. Para já, segundo conta, a colectividade não deve salários aos seus jogadores, pois todos eles são quadros do Ministério da Defesa. A seguir os excertos da entrevista.



Carlos Pinho, presidente do Matchedje de Mocuba

Como é que o Matchedje consegue arcar com o pagamento de salários aos jogadores e equipa técnica?

-Nós tivemos um apoio do Ministério da Defesa que consistiu em profissionalizar os atletas, isto é, pegar nos atletas e encaminhá-los para uma instrução básica militar de modo a pertencerem ao quadro desta instituição, donde vem o salário. Como não se podia pagar a um civil, optou-se em pôr os homens numa instrução básica militar em Nampula, onde juraram à bandeira e passaram a pertencer ao quadro do Ministério da Defesa. Este é um dos grandes apoios que nós temos e por essa via conseguimos suprir a situação salarial dos atletas. Dizer ainda que os valores da bilheteira vão servir mais para o pagamento de prémios de jogo e de outras despesas.

O clube só recebe apoios do Ministério da Defesa?

-Temos recebido apoio dos governos distrital, municipal e provincial. O governo provincial em parceria com o antigo Ministério da Juventude e Desporto está a encetar esforços para que seja reabilitado o campo de Mocuba, ao mesmo tempo que essas duas instituições têm ajudado o clube na angariação de mais sócios. O governo distrital atribuiu ao clube uma casa, a qual já foi reabilitada pelo Ministério da Defesa, para servir de sede do clube, mas também será preciso material informático, será preciso equiparar a casa, entre outras necessidades. Referir que o campo pertence à associação recreativa e vai ser reabilitado, e no último fim de semana estive com o empreiteiro, a mando do Ministério da Defesa. Ele veio para cá e já fez o levantamento, e provavelmente a esta altura pode ter reunido com o ministro para acertarem os passos seguintes.

Quer isso dizer que o Matchedje de Mocuba vai realizar, em princípio, as os seus jogos em Quelimane?

-Bem, enquanto decorre a reabilitação do campo vamos realizar os jogos em Quelimane, no campo do Ferrovário, mediante ao pagamento de uma taxa de 25 mil meticais

por jogo e mil meticais por treino. Isso vai acarretar alguns custos ao clube e teremos de sacrificar alguma parte das receitas para fazer pagamento do aluguer do campo. Neste momento, estão a decorrer conversações com a direcção do Ferrovário de Quelimane no sentido de baixar a renda do campo ou mesmo de esta ficar a custo zero. Como este clube está com problema de balneário, o qual ardeu, então por nós reabilitarmos o balneário vamos realizar os jogos a custo zero. A reabilitação do balneário está a cargo da antiga Direcção Provincial da Juventude e Desporto.

Quantos sócios tem o Matchedje de Mocuba?

Tem uma média de 150 sócios, e todos com as quotas regularizadas. Cada sócio paga 200 meticais mensalmente.

Até que ponto a informação dada pela Federação Moçambicana de Futebol, que atribuía a conquista da poule pela zona centro à Liga Desportiva de Sofala afectou a direcção e os jogadores do Matchedje?

- O Conselho Jurisdicional da Federação tinha homologado a Liga Desportiva de Sofala como campeã, mas isso não nos abalou porque sabíamos que éramos os justos campeões da zona centro, tanto mais que não tínhamos recebido algum comunicado da Federação Moçambicana de Futebol que revogava o primeiro comunicado oficial que ditava a nós como campeões. Estávamos seguros, por isso que logo que ascendemos ao Moçambola começamos com a preparação da equipa para entrarmos bem preparados na prova.

Questões políticas

Há percepção de que as questões políticas pesaram para o Matchedje de Mocuba militasse no Moçambola 2020. Que comentário tem a fazer?

-Não constitui verdade que o Matchedje de Mocuba está no Moçambola por questões políticas,

está no Moçambola porque jogou e venceu, ou seja, por mérito próprio. A política não interferiu em nada.

Qual é a meta do clube para este ano?

- O nosso principal objectivo é a manutenção no Moçambola, mas primeiro passa pela conquista da Taça de Moçambique a nível provincial. Esta é a meta que desenhamos para esta época.

Quanto é que o clube precisa de modo a realizar uma época tranquila?

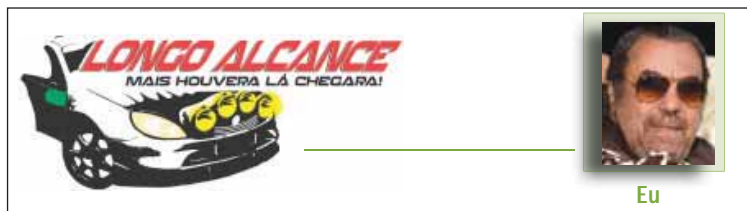
-Está a precisar de cerca de 15 milhões de meticais. Este valor é para as viagens, visto que actualmente os alojamentos são pagos pelos clubes, e a Liga Moçambicana de Futebol tem hotéis - padrão. Então nós também entendemos que a dieta dos atletas não deve ser negligenciada, não deve ser uma qualquer. Precisamos de alojamento e combustível. O Ministério da Defesa alocou, para além do apoio na componente salarial, uma carrinha e um machibombo para trabalhos administrativos, e esses meios precisam de manutenção, precisam de combustível e os motoristas precisam de ser pagos. Então, todas as despesas estão inclusas nesse valor que estamos a arrolar, de cerca de 15 milhões de meticais.

-Claramente, o atraso no arranque do Moçambola está a beneficiar o Matchedje, pelas razões retromencionadas...

- De maneira nenhuma, o atraso no arranque do Moçambola não beneficiou ao Matchedje porque este já estava preparado em pé de igualdade para jogar com qualquer outro clube que esteja no mesmo campeonato, daí que pelo facto de estarmos no Moçambola somos iguais a qualquer outro clube. Tínhamos nos preparado a partir de Novembro, tivemos uma paragem de um mês, período no qual os jogadores tiveram que ir à instrução básica militar, mas depois que voltaram continuamos com o nosso trabalho. Ou seja, o atraso no arranque do Moçambola não nos beneficiou.

Quais são as outras modalidades e escalões que a sua agremiação movimenta?

-Para além da equipa sénior de futebol, temos juniores e uma equipa feminina. Estamos com planos de criar uma equipa de basquetebol, mas ao nível do distrito não existe essa componente de basquetebol, daí que teremos de realizar os nossos jogos em Quelimane.



Eu

PIDE/D.G.S (Continuação)

// É que acho que seria um carregar de baterias, para todos os patriotas vivos e uma punição inteligente e exemplar, para com alguns desses agentes, que infelizmente ainda estão vivos; que só deveriam ter direito a comer e respirar..."

Foi assim, que terminou a coluna anterior!

A continuação deve-se ao facto de ainda não ter esgotado o tema: PIDE/D.G.S

Que infiltrou um agente, funcionário dos CFM, colega do meu pai, na casa dos meus pais na Beira, para sacar "Nabos da púcara..." A tal ponto que o meu pai, Fiel da Zona na época, acabou por ter sido chamado, para um interrogatório na PIDE/DGS, na então "cidade do Futuro"(Beira).

O meu pai, escoltado por um agente, ao sair de casa disse à minha mãe! "Não sei se hei-de voltar e quando. Toma conta dos nossos filhos."

Esse agente da PIDE/DGS ia visitar o meu pai como amigo(?) em casa e a minha mãe fazia uns altos petiscos, como: chacuti e sarapatel. Isto porque ele era um português de origem goesa.

Evidentemente que, depois do meu pai ter voltado para casa vindo da PIDE/DGS, o referido colega foi desmascarado. Pois, o meu pai, ingenuamente, dizia umas coisas... que, quando na PIDE/DGS, coincidiam com as perguntas que lhe fizeram!...

O tal agente amigo(?) do meu pai, ainda teve a lata de voltar a casa dos meus pais, onde tão bem lhe trataram.

Mais aí, eu já com os meus 19/20 anos, ao abrir a porta pelo toque da campanha, disse-lhe: "Que fosse pregar, o gajo era muito religioso, para outra rua. Porque aqui já todos sabíamos que ele era um bufo de mer...!!!" Pois é, Luís Portugal. Sou, sim senhor, uma casca grossa! Sou sim, sempre que se atravessam à minha frente, dos meus ideais, da minha família ou dos amigos que tenho!!

Já que estou nesta vou continuar por dizer que o assunto não ficou por aqui. Pois, os meus pais viviam na Ponta-Gêa, em frente à casa do Eng. Tulio. Mudaram-se para bem perto, junto à escola, próximo da garagem Sacor.

Aí, então o que a PIDE/DGS urdiu? Foi, simplesmente, colocar um agente chamado Seabra no mesmo prédio do lado esquerdo, já que do lado direito eram os meus pais.

Aí, a minha mãe Maria Antónia, Tia Antónia ou Avó Antónia para outros, um dia sem que fosse de muitas falas e a propósito, da conversa disse: "Os agentes da PIDE/DGS são mas é uns pulhas "Aí, o tal agente nosso vizinho, para nos vigiar, não aguentou e denunciou-se, dizendo que: "Os agentes existem para defender a pátria" Aí perguntei-lhe: "Se não são pulhas, o que é que são?" O gajo não respondeu, porque, entretanto, apercebeu-se que se tinha desmascarado sozinho, com o seu fervor fascista...

O melhor é que por trás de tudo isto, havia um cérebro a coordenar todas estas acções, leia-se perseguições à família Marques.

Era engenheiro dos C.F.M, cuja esposa veio a ser muito mais tarde minha cliente no salão Pérola no Maputo e o filho atendia-me com muito profissionalismo no Entrepasto, quando tinha o meu famoso Peugeot!

Não quero ser enfadonho, mas esta não poderia ficar no esquecimento.

Esse mesmo engenheiro convidou o meu pai na altura para pertencer à ANP (Órgão Político Colonial e Fascista).

O meu pai deu-lhe um redondo não, acrescentando que não servia para colorir fotografias!...

A partir daí, no primeiro concurso para Inspector de Caís, chumbou. O que bem poderia ter acontecido, só que na verdade, o meu pai dava explicações a 4 colegas que passaram, mas ele chumbou!!!

Vejam só a sacanagem!

Esse mesmo engenheiro, já no Moçambique País Independente, indeferiu um pedido de um consórcio sueco em 1983, para que fosse trabalhar com eles, na operação ferro portuária, ganhando \$2.500 dólares por mês.

O despacho desse engenheiro moçambicano (?) foi indeferido porque: um moçambicano não pode receber em dólares! O pior é que teve o agreement do Ministro dos Transportes na ocasião.

Só espero que daqui a uns anos, não apareça ninguém a escrever este tipo de assunto, mas sobre a nossa secreta, no Moçambique Independente.

Que por exemplo, lá para 1985/86, através de um agente, sacou-me da "antiga família 1.500.00,00mts", para dar-me randes e não me deu nem uma quincenta!

Só que ele e o então Ministro lixaram-se, porque me queixei à policia, fomos presos e o gajo foi condenado a 6 anos e 6 dias de cadeia e eu porque não cheguei a cometer o crime de tráfico de moeda, mas sim de burlado, fui absolvido!

Quando menciono que os bufos do tempo do colonialismo e do fascismo ainda andam por aí, é só lembrar-me de um que costuma ou costumava frequentar o Restaurante ou Pastelaria, ex-Guanabara.

Que sem pudor nenhum usa nas t-shirts a bandeira de moçambique e ou do partido Frelimo.

Vejam só essa do gajo, que em vez de respirar, comer e rezar...só, é o chefe do condomínio, aonde os meus pais, viviam!

Leia S.F.Favor: Cadê a representatividade da maioria dos nacionais, no banco que diz ser: daqui, o BCI, cujo sócio maioritário é a Caixa Geral de Depósitos de Portugal!

Assim não!

Longo.Alcance17@hotmail.com

Moçambique precisa concentrar-se no que é possível

Por Aril Drivdal*

É inevitável que Moçambique registre um aumento nos casos de Covid-19 e é praticamente certo que pessoas morram como resultado da pandemia. Qualquer outra coisa seria um milagre. O que ainda não sabemos é quando esse aumento ocorrerá, onde atingirá com mais força e quão grande será o seu impacto. Embora existam várias maneiras de se preparar e responder a uma pandemia, o objectivo da saúde pública é sempre o de manter o número de mortes o mais baixo possível, não apenas as mortes pela própria pandemia, mas também as que resultam como consequência de medidas políticas adoptadas pelas autoridades em resposta à pandemia. Não ajuda muito, ao nível social, que algumas pessoas sejam salvas se outras podem morrer de consequências não intencionais. A palavra crítica aqui seria o que é "possível". Os funcionários da saúde pública e o pessoal médico precisam otimizar as suas estratégias de saúde pública e tratamento dentro das limitações do que é praticamente possível.

Como já vimos em outros países, os sistemas de saúde geralmente contam com uma série de limitações, isto porque foram projectados para lidar com as necessidades médias de saúde duma população, não com uma pandemia. A limitação mais crítica, no contexto da Covid-19, e a mais difícil de lidar a curto prazo reside no número de leitos hospitalares e unidades de terapia intensiva. Num país como a China, as autoridades simplesmente construíram novos hospitais quando precisaram deles, mas a China é provavelmente o único país no mundo que pode materializar algo do género. Outros países podem aumentar um pouco a sua capacidade hospitalar ou mover pacientes e recursos dentro de seu território, o que a China também fez, mas de um modo geral eles precisam operar dentro das limitações de capacidade que enfrentam. Ajudará um aumento gradual do número de leitos hospitalares e ventiladores disponíveis no país, mas, falando realisticamente, esse número não pode crescer o suficiente para fazer qualquer diferença significativa no final do dia. Como consequência, as autoridades de saúde pública precisam de se concentrar na redução da necessidade de atendimento hospitalar por meio de estratégias de prevenção vigorosas e aplicáveis, especialmente num país como Moçambique, onde o número de leitos hospitalares é inferior a 1 por cada 1.000 pessoas, em comparação com a Alemanha (12), Coreia do Sul (8) e EUA (3). Isso também poderia ser desejável sob outra perspectiva, pois a experiência de países como a Itália, por exemplo, mostrou que os próprios hospitais contribuíram para a transmissão da doença de pacientes infectados para os não infectados, alimentando assim a pandemia. Além de lavar as mãos, do distanciar socialmente e evitar grandes encontros, os recursos precisam ser focados nas medidas preventivas que simultaneamente causam o maior impacto e são possíveis. Devido às limitações estruturais, o

sistema de saúde de Moçambique não será capaz de lidar com um grande número de pacientes gravemente doentes ao mesmo tempo. Enquanto os médicos estão aprendendo novos métodos para evitar colocar pacientes com Covid-19 em ventiladores, as autoridades precisam de reduzir a necessidade de hospitalização enquanto o coronavírus continuar constituindo uma ameaça. Dada a estrutura demográfica do país, a maioria das pessoas enfrenta um risco reduzido de morte do coronavírus, mas existem grupos de alto risco e situações igualmente de alto risco que devem ser gerenciados e controlados activamente.

O principal grupo de alto risco consiste na população de idosos, que podemos definir como qualquer pessoa acima de 60 anos. Se as pessoas nessa faixa etária fumam ou têm doenças subjacentes, o seu risco é ainda maior. Os idosos precisam se proteger lavando as mãos, usando máscaras, mantendo distância com os outros e evitando grandes reuniões o máximo possível. É importante ressaltar que eles também precisam de ser protegidos pelos seus parentes e vizinhos, que também devem usar máscaras e não se aproximarem demais ou colocar em risco seus familiares idosos. Se uma família tem os meios para fazê-lo, os seus membros idosos devem ficar numa sala ou cabana separada para sua própria protecção.

Transporte Público lotado (e aguardando esse transporte), mercados formais e informais e qualquer outra reunião pública representam uma situação de alto risco. As pessoas em todas essas situações devem usar máscaras para reduzir o risco de serem infectadas e infectar outras pessoas. As máscaras não oferecem protecção total, mas é indiscutível que elas ajudam. Na Alemanha, todas as reuniões de mais de duas pessoas foram proibidas e isso é algo que Moçambique pode considerar se a situação de saúde pública se deteriorar. As pessoas podem precisar fazer outras mudanças diárias relativamente pequenas, como mudar a maneira como se cumprimentam, evitando qualquer tipo de contacto físico.

Testar, rastrear e isolar aqueles que forem infectados com o coronavírus tem sido chamado de regra fundamental para controlar a pandemia, mas é uma regra que é mais fácil de mencionar do que de aplicar. Os únicos países grandes que tiveram sucesso com essa abordagem até agora são a Alemanha e a Coreia do Sul, países caracterizados pela forte liderança nacional, preparação antecipada, sistemas eficazes e recursos adequados que lhes permitiram realizar testes em larga escala, seguidos de rastreamento de contactos e isolamento de casos. Mesmo um país como os Estados Unidos, com enormes recursos, mas fraca liderança nacional, falhou miseravelmente na implementação de uma estratégia de teste e, como resultado, não começou a rastrear e isolar as pessoas num nível significativo.

Dentro do que é possível, a estratégia mais viável de Moçambique pode ser

a de avançar o mais gradualmente possível em direção à imunidade de grupo, um tipo colectivo de protecção que deve entrar em acção quando 60-80% da população tiver a doença. O único país que adoptou isso como uma estratégia deliberada e consistente é a Suécia. Outros países co-

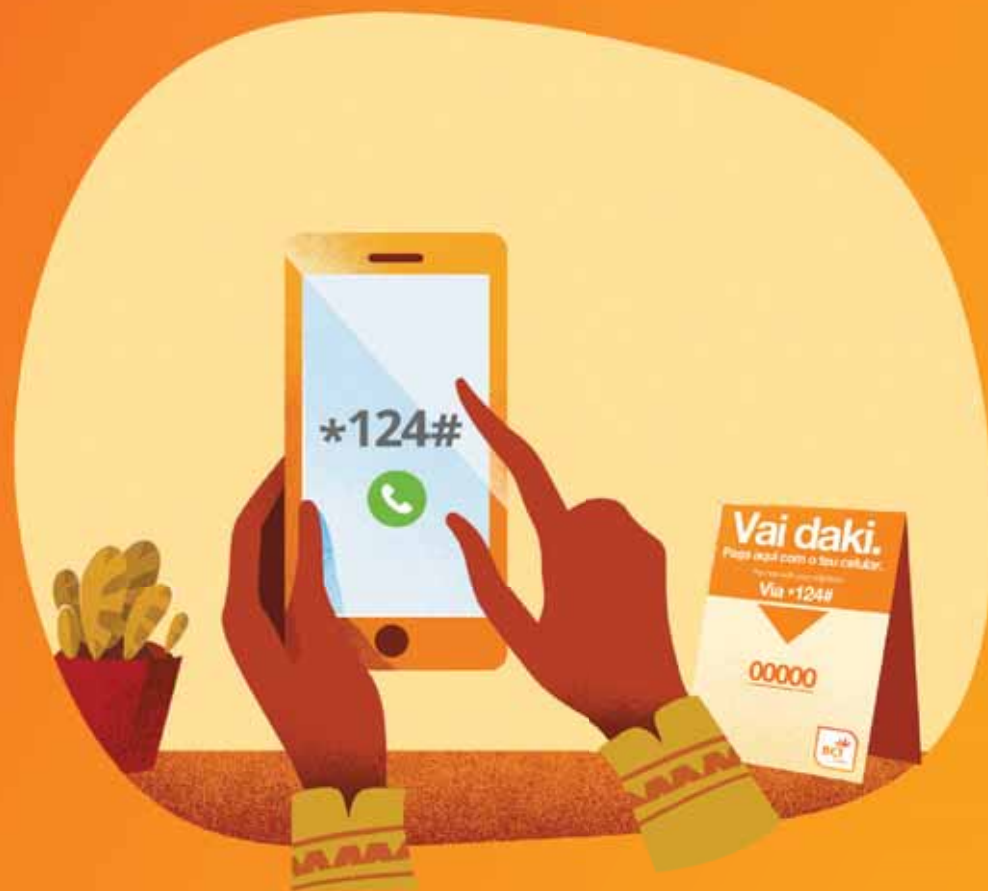
meçaram com essa estratégia, mas a abandonaram quando o número de mortos começou a crescer, mas esses países tinham uma estrutura etária diferente e uma expectativa razoável de achatar a curva o suficiente para que os seus sistemas de saúde pudessem lidar, os quais são diferentes em

Moçambique. No contexto moçambicano ninguém sabe se a abordagem sueca funcionará, mas é equilibrada e pragmática de uma maneira que poderia funcionar.

*Assessor técnico sénior da H2N. Mestreado em Saúde Pública

POS Virtual BCI

A SOLUÇÃO MAIS SEGURA DE PAGARES AS TUAS COMPRAS



Ajuda a evitar a propagação do Coronavírus em Moçambique e paga as tuas compras através do POS Virtual do BCI, sem necessitares de tocar no teclado de um POS ou teres contacto directo na entrega do teu cartão.

Só tens que ter o Serviço daki via Celular activo ou a Conta Móvel do BCI, digita *124# e selecciona a opção 6. Compras, introduz o código do comerciante onde estás, indicas o montante a pagar e segues as instruções.

COVID-19 fora daqui!

fb.com/bciomeubanco

BCI
É daqui.

Sarah Maldoror (1929-2020)

Pioneira do cinema africano silenciada pela Covid-19

Por Lucas Muaga

O cinema está de luto. Sarah Maldoror, uma das principais vozes da sétima arte, perdeu a batalha contra a Covid-19, na cidade de Paris, França. A poeta, atriz e encenadora, que se destacou como cineasta, deixa um repertório de mais de 40 filmes. Uma marca com selo eterno. Na história das artes, é considerada pioneira do cinema africano.

O surto do novo Coronavírus deixa registada mais uma data na história do cinema, 13 de Abril. Passa a ser conhecido como o dia em que se calou para sempre Sarah Maldoror, considerada pioneira do cinema africano. Sarah Durados, adoptou o apelido “Maldoror” inspirada em “Os Cantos de Maldoror”, poesia em prosa de Conde de Lautréamont. A história da cineasta começa no Guadalupe, considerado departamento ultramarino da República Francesa, no Caribe. É neste lugar paradisíaco que nasceu, no auge da Grande Depressão, a 19 de Julho de 1929.

Antes mesmo de explodir no cinema, estreou-se no teatro, em 1956. Foi neste ano que fundou o agrupamento de teatro “Les Griots”. É destacada por ser a primeira companhia de teatro composta apenas por negros ou afro-caribenhos. O seu teatro expressa claramente as suas ideologias ligadas à negritude, tanto que, Aimé Césaire, um dos per-



Sarah Maldoror

cursores deste movimento, tornou-se num dos principais rostos das suas criações.

Sarah Maldoror estudou cinema em Moscovo, na Rússia, em 1961. Chega a estas terras ao aceitar uma bolsa da antiga União Soviética. Obteve, nesta altura, um diploma que soube honrar com mais de 40 filmes, que acabam por ser factos que não admitem mais argumentos. Deixou de ser apenas considerada a primeira cineasta do continente africano. Tornou-se numa das cineastas

com mais filmes lançados.

“A Batalha de Argel”, de 1966, é o filme da sua estreia, no mundo cinematográfico. O mesmo foi Leão de Ouro, em 1966, o mais prestigiado prémio concedido pelo anual Festival Internacional de Cinema de Veneza, na Itália. Era o prenúncio do sucesso e da longa estrada na carreira cinematográfica.

Mas não foi só o mundo das artes que a fez conhecida. Foi casada com Mário Pinto de Andrade, conhecido por escrever versos.

Destacado como fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Mário Pinto de Andrade também presidiu o MPLA, entre 1959 e 1962, sendo uma das razões que levaram Sarah Maldoror a afirmar-se mais como revolucionária, na luta contra o colonialismo português, liderada pelo MPLA.

É também parte deste movimento, o escritor angolano Luandino Vieira. Entre os Palop’s, umas maiores vozes da literatura. Luandino Vieira viu o seu conto

“O Facto Completo de Matesso”, adaptado para o cinema. Nas telas, o texto foi rebatizado como “Monangambee”, considerado o primeiro filme da cineasta. Em 1972, esta obra valeu a Sarah Maldoror o “Tanit d’or”, no Festival de Cartago.

Luandino Vieira voltou a ser sua fonte de inspiração, em 1972. Sua novela, “A Verdadeira Vida de Domingos Xavier”, foi responsável por mais uma obra cinematográfica da cineasta Maldoror. Com base no texto de Luandino Vieira, nasceu o filme “Zambizanga”.

No ano passado, Maldoror foi lembrada pelo Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, no Festival Internacional de Cine Documental de Madrid. Desta vez, a documentarista foi o objecto de um documentário sobre a sua obra, apresentado na sua presença. Bem antes, em 2008, foi figura de cartaz do Festival Internacional de Cinema de Luanda. Maldoror também recebeu do Governo francês, a Ordem Nacional de Mérito.

Mais filmes seguiram. Boa parte deles filmados e planeados a partir da França, onde montou a sua residência. Ultimamente, dedicou-se muito a documentários sobre artistas, sendo o seu último filme lançado, em 2009, sobre a artista plástica colombiana, Ana Mercedes Hoyos.

Sarah Maldoror encontrou a morte na velhice, aos 90 anos. Perdeu a batalha contra a Covid-19.

Dionísio Bahule disserta sobre poéticas de caos na AEMO

Por Lucas Muaga

Nem tudo está parado, em termos de actividade, na Associação de Escritores Moçambicanos (AEMO). Na última quarta-feira, 15 de Abril, viu-se obrigado a inovar e adaptar-se aos novos tempos da pandemia Covid-19. Nesta senda, com recurso às plataformas digitais, o filósofo e escritor Dionísio Bahule, apresentou a comunicação “Poéticas do caos – Entre a Facilidade e o Absurdo na Literatura Moçambicana”, onde recordou o complexo estivador e existencialista do poeta Sangare Okapi.

Dionísio Bahule apresentou a sua comunicação, em forma de debate, com moderação do também filósofo e poeta Nelson Lineu. A comunicação foi possível fazendo uso das plataformas digitais, atra-

vés do aplicativo “ZOOM Cloud Meeting”, que pode ser baixado na “playstore”.

Com recurso ao mesmo, a AEMO torna possível que muitas pessoas acompanhem as suas comunicações, agora, com a vantagem de todas as pessoas, ao redor do mundo, poderem visualizar as actividades organizadas pela instituição.

O “ZOOM ZOOM Cloud Meeting” veio mesmo a calhar, porque o filósofo, ensaísta, escritor e professor universitário, Dionísio Bahule, apresentou a comunicação “Poéticas do caos – Entre a Facilidade e o Absurdo na Literatura Moçambicana”. É um artigo que foi publicado no Brasil. Numa revista científica pertencente à Universidade de São Paulo. Os interessados deste país lusófono puderam acompa-

nhar a apresentação. A AEMO, num momento de crise, em que as instituições encontram-se fechadas, com recurso à ideias inovadoras, deixa de ser apenas para uma certa classe, que está em Maputo.

Em “Poéticas do caos – Entre a Facilidade e o Absurdo na Literatura Moçambicana”, Dionísio Bahule discute a poesia escrita em Moçambique, a partir do ano 2000, quando começa o novo século. A partir desta altura, o filósofo e escritor brinca com a poesia de Sangare Okapi, através do livro “Inventário de Angústias ou Apoteose do Nada”, publicado pela AEMO, em 2005. É o livro de estreia do poeta que vem se afirmando como umas das principais vozes da poesia moçambicana.

Segundo Dionísio Bahule, as

poéticas do caos começam a ser mais visíveis a partir de 2000, sendo que o que se escrevia antes desta altura, acaba por se caracterizar pela negação à utopia. Por isso, o escritor e filósofo, esclarece que faz a questão de viajar por todas as épocas da literatura moçambicana.

Neste sentido, a ausência da utopia, pelo menos de uma forma um pouco mais agressiva, remota os tempos dos irmãos José e João de Albasine, considerados fundadores da imprensa moçambicana. O artigo original, publicado na revista científica da Universidade de São Paulo, está intitulado “Sangare Okapi, o complexo estivador existencialista”.

Conforme disse, em declarações ao semanário SAVANA, Dionísio Bahule, a partir do artigo em causa vai se estudando novos

autores da literatura moçambicana. É, a partir de 2000, como já foi adiantado. É onde o escritor e filósofo encontra o que veio a chamar de “Poéticas do caos”.

“No «Inventário de Angústias ou Apoteose do Nada» do poeta Sangare Okapi traduz esta estética filosófico-literária que se instala no centro do trágico e na visão dramática da condição humana, como também, nas contradições e carências do país que se chama Moçambique”, lê-se no referido estudo.

Dionísio Bahule dá sequência a uma série de apresentações agendadas para este ano. No programa “No Gume da Palavra”, organizado pela AEMO, já contou com duas apresentações, de Marcelo Panguana, que também dissertou em volta da poesia de Sangare Okapi.



Estimado Cliente,

A saúde e o bem-estar dos clientes e colaboradores são de extrema importância para a GES20, a sua fornecedora de Água Mineral em garrafão retornável de 18,9 L, que sempre se regulou pela máxima exigência ao nível da higiene e segurança.

Com o surgimento dos primeiros indicadores sobre o Covid-19 avançamos de imediato para a implementação de medidas de higiene e segurança extraordinárias adequadas à situação, de acordo com as orientações das autoridades nacionais e das instituições internacionais.

Estamos a seguir atenta e reforçadamente as instruções das autoridades nacionais e das instituições internacionais para proteger os nossos clientes e colaboradores. Os nossos distribuidores e técnicos foram instruídos para cumprir os mais elevados padrões de segurança exigidos pela situação, seguindo procedimentos rigorosos de higiene para evitar eventuais riscos. Além disso, conforme é nosso procedimento normal, todos os funcionários que apresentarem sintomas de gripe devem ficar em casa e não entrar em contato com colegas ou clientes.

Comprometemo-nos a fornecer o melhor serviço aos nossos clientes, mesmo em circunstâncias sem precedentes.

Aproveitamos para relembrar as normas que, para além das habituais, tornarão correta e segura a utilização do nosso equipamento numa situação sensível como é a que vivemos:

- *Lave bem as mãos antes de trocar o garrafão;*
- *Evite tocar nas saídas de água dos dispensadores ao encher um copo ou uma garrafa.*

Garantimos que estamos a tomar todas as medidas preventivas necessárias para evitar riscos de contaminação.

Para mais informações, entre em contacto com a GES20 através do nosso Call Center, ou por e-mail para encomendas@ges20.co.mz.

Sempre que possível mantenha-se em casa, a GES20 garante que chegará até si com Água Mineral de elevada qualidade.



Francisco Masquil

O governador que virou as costas à Frelimo

A cidade da Beira recebeu, terça-feira, os restos mortais do antigo governador de Sofala, Francisco de Assis Masquil, numa cerimónia fúnebre que ocorreu sob fortes medidas restritivas devido ao Coronavírus. O último adeus foi caracterizado por comoção e tristeza por parte de familiares e amigos que se deslocaram a última morada sem que muitos dos presentes lograssem ver a sua sepultura.

Francisco Masquil não resistiu à doença que o vinha apouquentando nos últimos tempos. Ele sofria de hipertensão e, aos 65 anos, acabou por se despedir da vida no passado sábado na sua residência, no bairro das Palmeiras.

Uma moldura humana que soube que o governador que geriu a província de Sofala entre os anos 1986 e 1995 seria sepultado no Cemitério Santa Isabel, no centro da cidade, dirigiu-se logo cedo àquele espaço com a finalidade de despedir-se do antigo governante, um nativo de Búzi.

Por volta das 13:30 horas, chegava no Cemitério Santa Isabel, saindo da morgue do Hospital



Francisco Masquil

Central da Beira, a urna contendo os restos mortais de Francisco Masquil.

Cidadãos de vária índole social e político abriram alas, já no portão, o cortejo viu-se diminuído. Poucas pessoas foram permitidas o acesso ao interior do cemitério. Muitas ficaram de fora e foram entoando canções da liturgia católica, a confissão religiosa do falecido.

No interior do cemitério, para além da família, destacavam-se figuras governamentais, políticas e religiosas. O filho do malogrado, Masquil Júnior, disse que o pai foi amigo sempre presente.

“Foi uma grande perda. Este acontecimento deixou-nos em choque, ele estava em fase de recuperação. Nada indicava que perderia a vida, mas de repente partiu. Era um conselheiro, com

princípios e valores construtivos, não só para a família, mas para com todos aqueles que o rodeavam”, disse Masquil Júnior.

O governador de Sofala, Lourenço Bulha, que em nome do Governo teceu elogios fúnebres, disse que a província de Sofala perdeu um dos melhores filhos. Contra todas as expectativas da comunidade beirense, que não esperava qualquer tipo de pronunciamento governamental devido ao passado tenso entre o malogrado e o partido Frelimo, que dirige o governo, Lourenço Bulha emitiu uma mensagem de condolência a qual o governo rende a gratidão pelos serviços prestados na província de Sofala. Masquil entregou o cartão da Frelimo em acto público e filiou-se depois a Renamo, onde ocupou o lugar de deputado na Assembleia da República.

“Rendemos a nossa gratidão à memória do malogrado, que colocou entre os anos 1986 e 1995, ao serviço da província, o seu saber, para salvaguardar os grandes vectores de desenvolvimento, tendo para o efeito, pugnado durante o exercício das suas funções, pelo trabalho árduo a bem da popula-

ção de Sofala”, lê-se na mensagem da condolência.

Por seu turno, o presidente do Conselho Autárquico da Beira, Daviz Simango, referiu que a urbe perde um dos acérrimos defensores do seu desenvolvimento. Simango disse que Masquil era um bom político e governante.

CA// Masquil

Masquil foi governador de Sofala entre 1986 a 1995. Entre 1983 a 1986 foi secretário de Estado para o Abastecimento, no Ministério da Indústria e Comércio, e docente de gestão financeira na UEM.

Em 1998, Masquil foi co-fundador do Grupo de Reflexão e Mudança, que concorreu naquele ano nas primeiras eleições municipais na autarquia da Beira. Com a Renamo ausente das eleições, o Grupo conquistou 40 por cento do assentos da Assembleia. No ano seguinte, foi eleito deputado da Assembleia da República em representação da Renamo.

Masquil, conjuntamente com arcebispo Jaime Gonçalves, foi um dos animadores da criação da Universidade Católica na cidade da Beira.



UDM
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE
ALVARÁ Nº 23/UNI-ES/UDM/MCTESTP/2017



**Inscrições
abertas
2020**

MESTRADOS
Duração: 2 Anos
Início das aulas: Fevereiro de 2020

DOUTORAMENTO
Duração: 4 Anos
Início das aulas: Março de 2020

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas
- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- Licenciatura em Gestão de Marketing
- Licenciatura em Gestão Financeira
- Licenciatura em Administração Pública
- Licenciatura em Contabilidade e Auditoria
- Licenciatura em Relações Públicas e Assessoria de Direcção
- Licenciatura em Organização e Economia de Trabalho

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

- Licenciatura na área Jurídico Forense
- Licenciatura na área Jurídico – Económico – Empresarial
- Licenciatura na área Jurídico – Político – Constitucional

FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

- Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres
- Licenciatura em Engenharia e Gestão de Energias Alternativas e Recursos Petrolíferos
- Licenciatura em Gestão de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Licenciatura em Engenharia e Gestão da Construção Civil

**Doutoramento em Paz, Democracia,
Movimentos Sociais e
Desenvolvimento Humano.**



Contactos:
Universidade Técnica de Moçambique
Av. Alberto Lithuli Nº 418/438 ou através dos telefones:
Secretaria Geral - 21301102/21302109 • Email: mciudm@gmail.com
Secretaria do Mestrado - 84 02 62 805 / 82 15 93 122 • Email: dpgp9udm@gmail.com
Website: www.udm.ac.mz • www.facebook.com/udm.mz/
Maputo – Moçambique



NO INFORMAL

Pedro Madruga (Texto)

Naífa Ussene (Fotos)

Coronhialismo, comadre?

Bom dia, comadre Felismina. Como estás?

- Estou bem, comadre Teresa. Não sei a parte?

- Eu estou bem, mas não lá bem bem, como me gosto.

- O que se passa, minha comadre? Tu és filha, Deus é pai, hosi yanga!

- É que hoje acordei com chamada da minha mãe.

- Mas que sorte, minha querida. A minha mãe já nem se lembra do dia que chegou a Lhanguene. Nem me aparece nos sonhos. Mas o que tem a tua velha, comadre?

- Estou com medo, Felismina. Para começar nem sabia que ela tem telefone, lá em Xicomo.

- Quer dizer, desde que estás cá em Maputo não falas com tua mãe?

- Falo, comadre. Mas tenho que pedir ao professor da escola para ir lá na zona. Entendes?

- Claro! Mas tu também. Já estás com ciúmes da velhota?

- Nada!

- Já por que implicas com isso? Se calhar um gajo arranjou-lhe um mbawene, desses de 300 meticais que conservam carga 3 dias. Deixa velha respirar, minha irmã.

- Mas você, comadre, essa boca... O problema não é o celular. É o que ela me disse. Eu já estava pronta para ir gwevar. Era antes de te encontrar na paragem do Xiquelene... A velhota me disse assim, num tom de muita preocupação, Felismina. Palavras de uma mãe são sagradas se você não sabe, querida.

- Mas ela disse o quê?

- Minha filha cuidado com coronhialismo.

- Coro o quê, comadre? Não me façam rir!

- Isso mesmo, comadre! Ela depois disse na nossa língua materna. A velha está preocupada com coronavírus aqui na cidade. Por aquilo que ela me contou um vizinho desses Madjoni-djoni chegou lá zona com aparelho e tudo. À noite liga painel solar e todos vão assistir à televisão. Só não lhe perguntei sobre o telefone. Mas isso não é importante, Felismina!

Felismina, toda distraída a acompanhar o movimento acelerado de pessoas na paragem, só divagava.

- Sim é verdade, comadre Teresa. Pelo menos usarmos lenço para tapar boca e nariz.

- Sim, comadre. Até os gabarolas daqueles americanos que são ricos estão a morrer como galinhas. Até parece um país do terceiro mundo...

- Sim, Vakite. Isto é mesmo coronhialismo. Até tua velha tem razão, minha irmã.

- Tchova aí, comadre. Senão vamos perder lugar na bicha. Agora estou preocupada com os madjoni-djoni que chegaram lá na zona da RSA. Ainda contaminam minha velha, comadre!

- Tapa boca e nariz, Teresinha senão apanhas corona no my love do Juvêncio.

- Hina, minha filha. Tchova um pouco aí.

- Meus fraguês me esperam no bazar.

- Sim, comadre. Minhas mãos até sentem comichão...

- Vamos morrer na batalha. Isto é uma guerra, tanto na cidade como lá no mato. É só rezar, minha comadre!

- Bem mesmo! Fome não perdoa os pobres...

- Com coronhialismo, comadre somos todos pobres! Esta doença não tem respeito. Tudo vai quente!



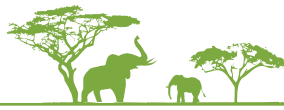


IMAGEM DA SEMANA

Foto: Naita Ussene



Novo PCE do BCI a caminho de Maputo

Francisco Costa é o homem que se segue

Francisco Costa, o actual Presidente da Comissão Executiva (PCE) do cabo-verdiano Banco Comercial do Atlântico (BCA), é o novo homem forte do moçambicano Banco Comercial e de Investimento (BCI), apurou o SAVANA de fontes internas.

Costa (54 anos), que vai substituir Paulo Sousa, foi nomeado na última Assembleia Geral do BCI, um banco controlado em 61,51% pelo português Caixa Geral de Depósitos (CGD). Recorde-se que após ser nomeado pela CGD, em 2013, para liderar o BCI, Paulo Sousa deixou o banco, em Agosto de 2019, na sequência de uma sanção imposta pelo BdM, por alegadamente ter agido em conflito de interesses, aquando da sua participação no processo de apreciação e decisão da proposta de aquisição da Interbancos, SA pela Sociedade Interbancária de Moçambique, SA (SIMO).

Sousa, que está inibido de exercer cargos sociais e de funções de gestão em instituições de crédito e sociedade financeiras moçambicanas por três anos, aguarda junto dos tribunais moçambicanos uma decisão da acção de recurso que interpôs contra o BdM e o seu governador Rogério Zandamela.

A espera do BdM

Fundado a 1 de Setembro de 1993, como resultado da separação das vertentes comercial e de supervisão que vinham sendo desempenhadas pelo Banco de Cabo Verde (BCV), o BCA é uma instituição de referência



Francisco Costa

no sector daquele país e é maioritariamente detido pela CGD, o mesmo dono do BCI. Porém, a CGD prepara-se para alienar os seus 52,65% no BCA, um negócio que viu o diploma relativo à venda a ser promulgado pelo Presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, em Setembro de 2019, faltando apenas a saída formal. Em Cabo Verde, a CGD vai manter apenas os 70% que controla no Banco Interatlântico. O Ministério das Finanças de Portugal anunciou em Julho de 2018, que a CGD teria de reduzir a sua presença em Cabo Verde e em Moçambique até ao final de 2020. Nomeado em 2018 para PCE do BCA, Costa, que tem uma licenciatura em Organização e gestão de Empresas, pelo ISCTE (Instituto de Ciência do Trabalho e da Empresa), em 1987-1992, foi administrador comercial no mesmo banco desde Novembro de 2014, antes de chegar ao topo daquela instituição bancária cabo-verdiana. Tem também uma pós-Graduação em gestão Bancária (Curso Avançado de Gestão Bancária), pela Universidade Católica Por-

tuguesa e pelo Instituto de Formação Bancária.

Com a saída de Paulo Sousa, o BCI estava a ser interinamente dirigido por José Furtado, administrador que também foi indicado pela CGD. Furtado também deixou o banco, decisão tomada recentemente na AG do BCI, onde a CGD indicou dois novos administradores e reconduziu um.

Tal como o *mediaFAX/SAVANA* escreveu, na semana passada, entraram para o novo CA do BCI, os moçambicanos Rogério Lam e Rui Garcez, em substituição de José Furtado e Mukhtar Abdulcarimo.

Lam transita da Central de Marketing e da Direcção de Canais Electrónicos (DCE). Rui Garcez deixa a DSI (Direcção de Sistemas de Informação) e a DOQ (Direcção de Organização e Qualidade) para ocupar um lugar no CA do BCI.

Quem renovou o mandato foi Manuel Soares, um executivo de referência na banca em Moçambique. Contudo, a nomeação dos administradores ainda aguarda o carimbo do regulador do sistema financeiro moçambicano, um processo que não tem sido fácil nos últimos tempos, devido ao apertado escrutínio imposto por Rogério Zandamela, o governador do BdM.

O Banco Português de Investimento (BPI), que controla 35,67% do BCI, manteve os administradores Luís Marques Aguiar, Miguel Alves e Correia dos Reis. O BCI promete "para breve" um comunicado para anunciar os novos órgãos sociais.

(Francisco Carmona)

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Nos tempos sombrios do coronavírus, boas notícias são sempre bem-vindas. No complexo de Marromeu, uma zona a norte de Sofala e junto à foz do Zambeze, uma contagem de fauna bravia indica uma amostragem em 2019 de 85.554 animais, entre búfalos, elefantes e mais 21 espécies de mamíferos. Em 1977/78, antes das grandes matanças provocadas pela guerra, foram inventariados 110.590 animais. Um sinal inequívoco de recuperação, embora a pressão demográfica levante sérias preocupações ao modelo de convivência entre fauna e população.
- Pelo Chimoio, não são só batucadas mazione. Há um perigoso vírus inculcado no autarca local que, à revelia do rebanho, resolveu descontar-se a si próprio e ao elenco da municipalidade 50% dos salários para apoiar os trabalhos do corona. Nesta altura, não se sabe se haverá censura ou aplausos para o homem que anda pelas ruas a espalhar desinfetante. Sem batuques...
- Lá por fora ouvimos que homens de mola, Moetsepe, Atiku, Dangote, desembolsam biliões de Randes e Nairas para apoiar a luta contra o corona. Por cá, o homem conhecido como "Mr. Nem um Centavo" e que fez questão de dizer ao seu "filho" libanês que era um dos mais ricos na pátria amada, ainda não anunciou nenhum desembolso. Mas apareceu na televisão de um testa de ferro a declarar inequívoca solidariedade na luta contra a pandemia. Latitudes diferentes...
- Nem um único centavo disseram também os doadores ao governo local que, tentando apanhar uma boleia monumental, causou frisson em todo o continente africano por ter sido o mais alto orçamento para acudir ao corona. Eram só 700 milhões de verdinhas. Os doadores disseram que vão abrir os cordões à bolsa, cerca de 48 milhões de verdes, mas quem faz as compras são eles. Se houver comissões e subornos também é lá entre eles...
- E agora que já passou o 31 de Março, é tempo de começarmos a ver os relatórios dos bancos comerciais cá da praça, provavelmente o único sector que tenha razões para sorrir. Aguarda-se com expectativa, também, o relatório do regulador à 25 de Setembro, depois de termos ficado a ver navios em relação às contas de 2018. Bem prega São Tomé...
- E na onda das positivities, depois de passados as duas semanas da protocolada quarentena, não há notícias da propalada onda de contaminações a Sul do Save, depois das preocupantes notícias de uma turba de 23.000 moçambicanos ter atravessado sem controle a fronteira de Ressano Garcia. Ou eram fake news ou era um grupo miraculosamente não infectado...
- No ministério do bang bang, o corona ou as febres provocadas pela situação calamitosa em Cabo Delgado conseguiram provocar algo de nunca visto desde a independência nacional em 1975. Os homens das fardas e dos galões estão a contratar uma empresa privada, de civis, para lhes retocar a imagem e melhorar a comunicação institucional. Pelos vistos, o modelo policial não serve...
- Sem bang bang, um barão da droga brasuca foi apanhado no mesmo residencial que dá guarida a um outro homem do bang bang, o novo líder da Renamo. Apesar de haver poucas esperanças de delações, porque no mundo da droga isso paga-se com a vida, ainda há esperança que se fiquem a conhecer alguns dos locais envolvidos com o dito Fuminho...
- Finalmente uma muito má notícia. Afinal o gás que prometia jorrar em 2025 está de novo adiado. Os gringos que prometiam uma decisão de investimento para este ano, com os preços do oil&gas pelas ruas da amargura, decidiram adiar a data para sem data. Com o corona por perto, os analistas acham que é melhor pensar em 2030...

Em voz baixa

- Com um número não contabilizado de ex-ministros sem tacho influente, cresce a pressão para que os bancos privados da praça apliquem regras de discriminação positiva... nos Conselhos de Administração. Lá onde as remunerações são bem mais apetitosas...

Fala para todas as redes com o Extra Jackpot

Digita *111#

Termos e condições aplicáveis.



45G

O futuro é tudobom.

Vamos?

vodacom



BCI relança solução de pagamento virtual

O BCI relançou, na quarta-feira passada, POS Virtual daki, uma solução que permite aos usuários do serviço daki via Celular (Conta Móvel/Conta à Ordem), efectuar pagamentos através de um telemóvel com recurso à plataforma USSD (*124#), junto dos comerciantes com POS BCI, sem interacção com o equipamento, tanto por parte do comerciante assim como do Cliente.

Esta solução, lançada num contexto em que é recomendado o mínimo de interacção com objectos ou equipamentos de uso público, junta-se ao conjunto de medidas que o banco está a tomar, com vista a evitar a propagação do Coronavírus em Moçambique. Ela permite fazer pagamentos, sem necessidade de contacto físico com o teclado dos POS tradicionais, nem a entrega do cartão ao comerciante, sendo o pagamento efectuado exclusi-

vamente por via do celular através do código *124#.

O BCI incentiva desta forma os clientes e os utentes dos seus serviços a privilegiarem o uso dos canais digitais e telefónicos, evitando, quando tal for possível, o recurso às agências.

As medidas já em curso, adoptadas pelo banco, incluem a limitação do número de clientes presentes em simultâneo no interior das agências, com vista a garantir o distanciamento necessário; o reforço da higienização das instalações e a disponibilização de meios de desinfecção aos colaboradores e clientes nos espaços de atendimento público, para além de os colaboradores com funções de atendimento cuja actividade implica exposição aos clientes, em particular os caixas e atendedores estarem a usar máscaras de protecção e luvas durante o trabalho. Importa referir que a adesão a esta solução, lançada pelo BCI em 2016, é grátis, quer para os comerciantes, quer para os usuários.



Galp reforça prevenção contra Covid-19

A Galp, uma empresa do sector energético, activou o seu Plano de Contingência com medidas que contribuem para travar a expansão do coronavírus, observando as orientações emitidas pelo governo moçambicano e pela Organização Mundial de Saúde. A Galp antecipa, deste modo, medidas que, à luz da experiência acumulada nos casos de Portugal e Espanha, são decisivas para a protecção dos colaboradores e dos clientes.

Estas medidas visam igualmente garantir um ambiente de trabalho adequado para as nossas pessoas, um serviço em segurança aos nossos clientes e o reforço da resiliência das nossas operações.

Assim que eclodiu o surto da pandemia da Covid-19, a Galp tomou medidas a nível global, incluindo em Moçambique, como a suspensão das viagens de colaboradores, com a excepção de casos de estrita necessidade, a introdução progressiva do regime de trabalho, a partir de casa e de videoconferência, bem como a suspensão de eventos

e reuniões sociais.

Nos postos de abastecimento, que se mantêm todos em funcionamento, foi lançada uma campanha de sensibilização e prevenção destinada à população e foram reforçadas as medidas de higienização e limpeza das zonas mais críticas de contacto com os clientes.

Foi ainda fixado um limite ao número de clientes que podem aceder em simultâneo ao interior das lojas e indicações para a manutenção de uma distância de segurança de dois metros entre clientes. É ainda encorajado o pagamento através de cartão bancário, sempre que possível.

“A Galp mantém o seu compromisso com Moçambique e com o seu desenvolvimento económico e social, para o qual o maior contributo é o desenvolvimento dos projectos de investimento em curso no país, como os parques logísticos da Matola e da Beira, cuja construção prossegue no terreno, ou como os projectos da Área 4 da bacia do Rovuma que continuam a progredir”, sublinha a Galp em nota enviada a nossa Redacção.

Banco Único cada vez mais rápido e seguro

Basta um clique no Único Online ou no Único Mobile para que um Cliente do Banco Único possa solicitar de forma rápida e segura o seu crédito pessoal, sem ter a necessidade de se deslocar a um Balcão. Esta iniciativa apresentada pelo Único ao mercado, está, segundo os gestores do banco, alinhada com a política digital que, hoje em dia está a ser amplamente publicitada e aconselhada globalmente.

“Os clientes do banco Único podem usufruir da comodidade de, a partir do seu Único Online (Internet Banking) ou Único Mobile (Mobile Banking), iniciar o seu pedido de crédito pessoal sem ter a necessidade de se deslocar ao balcão. Esta nova funcionalidade, permite aos clientes, de forma simples, simular a prestação do emprésti-

mo, ajustando o valor e prazo, bem como testar a compatibilidade do rendimento declarado”, sublinha o banco.

Outra característica é a possibilidade do cliente acompanhar a evolução do seu pedido remotamente, através dos mesmos canais.

Elsa Graça, CEO interina do Banco Único reitera que “O Banco Único mantém a sua estratégia de aposta na inovação, daí sermos o Banco com a plataforma de Internet Banking mais premiado de sempre do mercado moçambicano. O Banco Único continua empenhado em criar soluções ajustadas às necessidades de cada cliente, bem como melhorar de forma consistente a sua experiência na relação com o Banco, quer através dos nossos Balcões, mas também através dos nossos canais digitais.”



Quem somos e o que fazemos?

O Observatório do Meio Rural (OMR) é uma organização da sociedade civil, com vocação para pesquisa e advocacia nas áreas de agricultura e do meio rural.

Foi fundado em Dezembro de 2011, como pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Missão

Contribuir para o desenvolvimento agrário e do meio rural sustentável, estável a longo prazo, com crescente aumento de bem-estar dos cidadãos e com participação dos agentes económicos locais e das populações, num processo democrático, participativo e com crescente empoderamento das instituições e das comunidades, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

Modelo de funcionamento do OMR

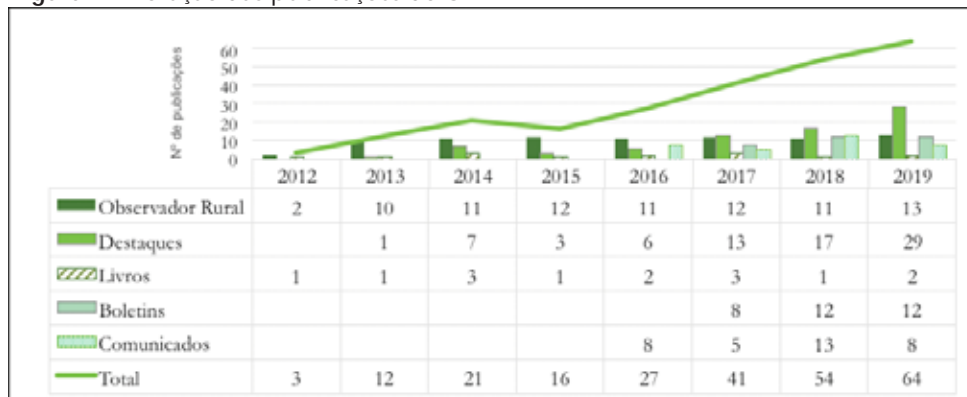
Como estratégia transversal, o OMR possui parcerias nacionais e estrangeiras, com outros actores da sociedade civil, do âmbito universitário, do sector privado, instituições de pesquisa, bem como com instituições governamentais.

A figura ao lado apresenta o esquema das estratégias de actuação: a pesquisa alimenta os debates e as acções de advocacia. A formação reforça a capacidade e qualidade da pesquisa e dos debates que fundamentam a advocacia. A cooperação amplia o capital social do OMR e dos seus investigadores. As parcerias entre organizações da sociedade civil, do Estado e do sector privado permitem uma maior qualidade e utilidade dos resultados e, a advocacia dá credibilidade e visibilidade à organização.

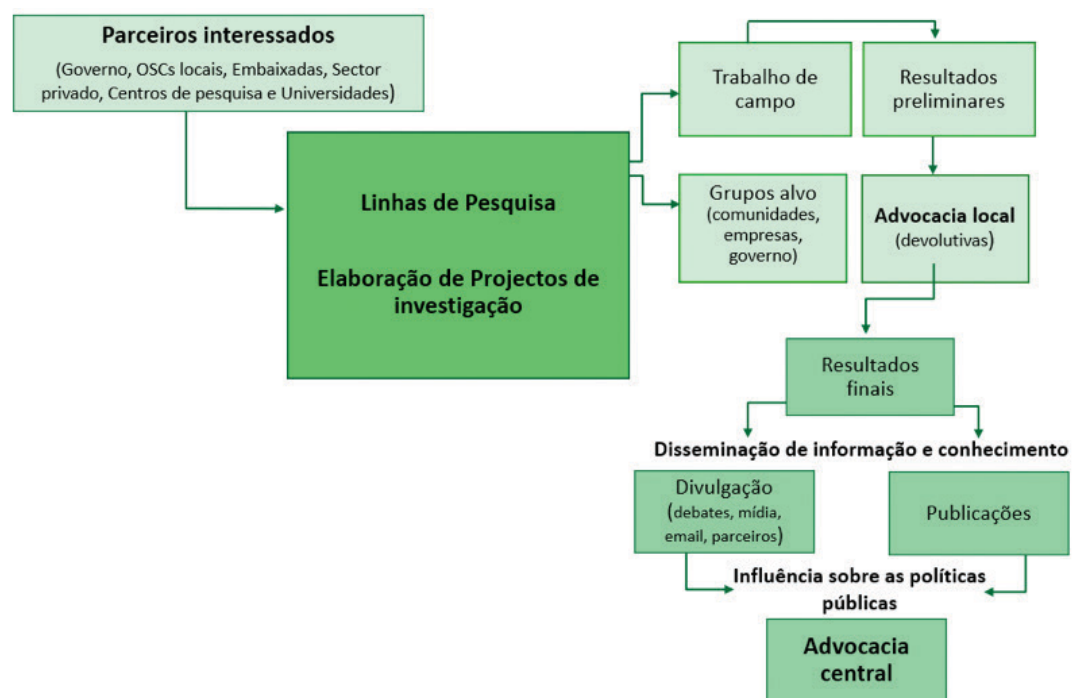
Os nossos produtos

O número e variedade dos documentos publicados pelo OMR tem crescido, assim como tem aumentado a disponibilização e acesso a evidências académicas, conforme se pode ver graficamente a seguir.

Figura 2: Evolução das publicações do OMR

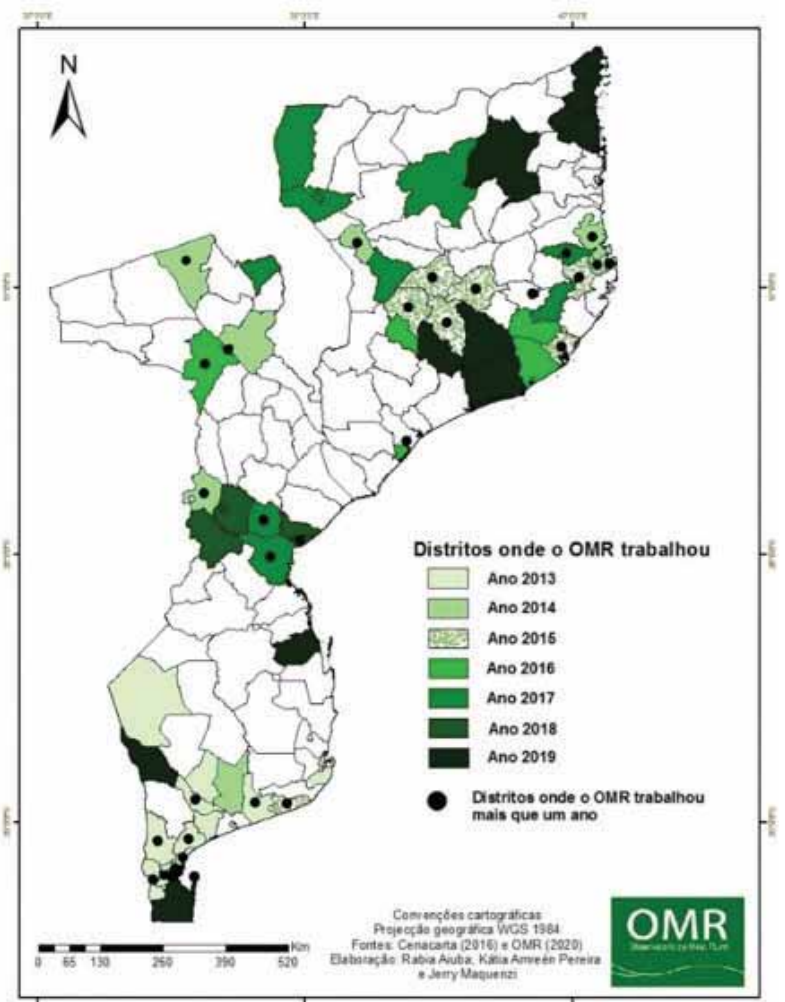


Nota: à excepção dos livros, todas as publicações estão disponíveis em www.omrmz.org



O mapa a seguir ilustra os distritos em que o OMR trabalhou entre 2013 e 2019 na recolha de informação primária, ao mesmo tempo que contribui para a formação dos investigadores e permite a advocacia directa nos locais de pesquisa.

Figura 3: Distritos onde o OMR trabalhou entre 2013 e 2019



O que nos caracteriza

O OMR é a única instituição de pesquisa e advocacia em Moçambique especializada em agricultura e meio rural.

- O OMR tem um elevado e crescente nível de produção científica com importantes mudanças e impactos através da disseminação dos resultados e advocacia realizada.
- O OMR granjeia credibilidade junto dos parceiros, nacionais e internacionais
- O OMR é uma instituição que assegura a produtividade e eficácia dos recursos financeiros.
- O OMR possui uma gestão rigorosa, austera, transparente e eficiente, e é au-

ditado por empresa de auditoria internacional. Tem ainda consciência que os recursos financeiros de cooperação representam impostos dos cidadãos dos seus países.

Impacto das pesquisas do OMR

Apresenta-se, no quadro abaixo, um resumo dos impactos de advocacia, com base nas pesquisas efectuadas e seus resultados.

Os impactos apresentados apenas indicam que o OMR esteve envolvido directamente nas mudanças verificadas, que são resultado de contextos políticos, económicos e sociais, de dinâmicas no interior de governação, de acções de muitos agentes económicos e sociais e da sociedade em geral.

Figura 4: Resultado e impacto das pesquisas do OMR

Pesquisa → Produto → Resultado → Impacto

Pesquisa	Produto	Resultado	Impacto
Terra e Território	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações: Livros; Observador Rural; Destaque Rural e comunicados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento positivo ao mais alto nível do Estado sobre a existência de conflitos de terras, ociosidade da terra e irregularidades de procedimentos administrativos. • Programa Terra Segura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria de auscultações e dos processos de reassentamentos (casas, atribuição de terra e prestação de serviços de saúde e educação). • Atribuição de 1,5 milhões de DUATs. • Delimitação de 5.000 títulos de terras comunitárias.
Florestas		<ul style="list-style-type: none"> • Operação "Tronco". 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das apreensões de madeira. • Redução do desmatamento nos últimos 3 anos.
Agro-negócio	<ul style="list-style-type: none"> • Debates e Conferências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas levantados pelo OMR discutidos com a empresa Matanuska. (<i>empresa fechou devido a pragas</i>). • Problemas identificados pelo OMR discutidos com a Portucel. • <i>Lobbies</i> com outras OSC sobre o plano director do ProSavana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Suspensão dos trabalhos de plantio de eucaliptos da Portucel. • Suspensão do programa ProSavana. • Previsto reinício com reformulação do plano director.
Políticas Públicas		<ul style="list-style-type: none"> • Discussão com o MEF sobre o orçamento para agricultura • Influência na elaboração da Política de Extensão Rural. (MITADER) • Concepção do programa "Sustenta" • Discussão da Lei de Terra. 	<p>Alteração da política agrária reflectida em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discurso inaugural do Presidente Filipe Jacinto Nyusi declara aumento da alocação de recursos orçamentais para a agricultura e desenvolvimento rural para 10%. • Priorização do sector familiar e da produção alimentar para o mercado interno, para aumentar a produtividade e renda das famílias com base em diversas formas de integração dos camponeses nos mercados. • Alteração profunda na orgânica do MADER, como, por exemplo: direcções nacionais com funções específicas para o sector familiar.
Dívida pública e oculta (OMR membro do FMO)	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros com Ministérios e outras OSC 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão com o MEF sobre metodologias de cálculo dos 10%. • Informações sobre o processo judicial na RAS, EUA e Moçambique. • Informações sobre o impacto das dívidas. • Educação para a cidadania sobre transparência, corrupção e contra o endividamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Peso da agricultura no OGE tem aumentado nos últimos anos. • Prisão de elementos-chave com processos judiciais em curso. • Reacção dos bancos envolvidos responsabilizando o Governo de Moçambique e vice-versa, em processo judicial.

Sector privado	Colaboração do OMR com a CTA:	
	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de <i>draft</i> do documento base que a CTA apresentará ao Governo, com propostas para 2020-2024. • Encontro com os ministérios, outras OSCs e sector privado. 	

Financiadores:



Visite-nos em:

www.omrmz.org

Young Network Group na luta contra Covid-19

A agência de comunicação Young Network Group criou uma publicação de real-time marketing para as redes sociais da marca Chiquita, nesta fase, de isolamento social, que não passou despercebido à imprensa internacional. Dos Estados Unidos à Itália, a Chiquita foi notícia em Harvard, no Adweek, Vanity Fair e Adage, entre outros, pela sua nova imagem em tempos de pandemia.

Pela primeira vez, desde 1944, ano em que passou a personificar a marca, a Miss Chiquita desapareceu do emblemático logótipo azul e amarelo para incentivar os consumidores a respeitarem as medidas de segurança e de distanciamento social, necessárias em todo o mundo de forma a travar a propagação do novo Coronavírus.

A nova imagem foi pensada para o Instagram, mas rapidamente a elevada aceitação levou a marca a implementá-la em toda a sua comunicação.

Este foi um trabalho criativo desenvolvido pela Young Network, em parceria com a equipa de Redes Sociais da Chiquita.

“É nestas alturas desafiantes que as marcas têm que se reinventar e mostrar que conseguem manter os seus níveis de criatividade no auge, até porque têm a capacidade de fazer os cidadãos interiorizarem melhor as mensagens. A Miss Chiquita deu o exemplo e foi para casa. É uma forma forte de incentivar ao #stayhome e sem dúvida que reforça a responsabilidade social de uma marca divertida, mas atenta e séria perante um problema mundial”, afirma João Duarte, CEO da YoungNetwork Group.

MRM protege funcionários da Covid-19

A Montepuez Rubi Mining (MRM), empresa que explora rubis em Montepuez, província de Cabo Delgado, está a implementar medidas com vista a mitigar a propagação do novo coronavírus, de forma a preservar a saúde e o bem-estar de todos os seus funcionários e parceiros.

Para tal, criou uma equipa de gestão de emergência, com vista a supervisionar o planeamento e implementação da resposta à Covid-19, e adoptou medidas de saúde e segurança, de acordo com

as orientações da Organização Mundial da Saúde e directrizes do Governo de Moçambique.

Neste sentido, todos os funcionários e/ou visitantes da MRM, que chegam de fora de Moçambique, estão sujeitos a um protocolo específico de medidas de higiene e segurança, bem como à quarentena obrigatória anunciada pelo executivo moçambicano.

Igualmente, todos os funcionários da MRM têm direito a um kit de higiene e segurança para uso imediato, que inclui toalhetes descartáveis, luvas descartáveis, máscara descartável, desinfectante para as mãos, saco plástico para usar no descarte de resíduos pessoais no veículo e uma brochura sobre Covid-19.

A MRM também colocou desinfectantes em todos os pontos estratégicos do acampamento e está a desinfetar regularmente todos os objectos que possam ser meio de transmissão do vírus.

Por fim, como forma de proteger as comunidades ao seu redor, a MRM tem apoiado na disseminação de informações sobre a Covid-19, nomeadamente os sintomas e medidas de prevenção, em 10 aldeias do Posto Administrativo de Namanhumbir, através das clínicas móveis disponibilizadas pela MRM ao governo local.

Moza Banco apoia ICOR no combate à Covid-19

Com vista a providenciar uma melhor resposta no tratamento de doentes que padecem da Covid-19 no país, o Moza Banco doou 3.340 mil meticais (USD 50 mil), semana finda, ao Instituto do Coração (ICOR). O valor visa apoiar a instituição na aquisição de medicamentos, equipamen-

tos de protecção individual dos trabalhadores, ventiladores bem como nas obras de requalificação da infraestrutura, para melhor se adaptar ao isolamento rigoroso dos pacientes da pandemia.

Uma das justificações do Moza para a canalização do apoio prende-se com o facto do ICOR dedicar-se em algum momento a

filantropia. Ademais, o PCA do banco, João Figueiredo, apareceu recentemente a exortar todos a fazerem o que podem para travar a propagação do novo Coronavírus em Moçambique.

A directora geral do ICOR, Maria Beatriz Ferreira, louvou o gesto aludindo que se trata de uma mais-valia porque despesas deste

género não estavam previstas no plano orçamental da instituição para o presente ano, o que exigiria esforço financeiro inesperado. Deste modo, considera que o apoio é bastante fundamental, por ter surgido num momento certo para fazer face às despesas inerentes ao coronavírus e agregar valor ao ICOR.

Explicou que a instituição que dirige tem vindo a fazer consultas e análises tanto domiciliárias como dentro da instituição. “Criámos um espaço especial no recinto, para que estes doentes, desde o portão de entrada, não se misturem com outros pacientes. Nesse espaço, são feitas as análises e são entregues os medicamentos”, assegurou Ferreira.

MIC lança portal do Comércio Externo

O ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, lançou, nesta quarta-feira, o Portal do Comércio Externo, um mecanismo que disponibiliza aos operadores de toda a informação inerente ao processo de importação, exportação e trânsito de mercadorias.

Trata-se de um instrumento de fácil acesso, que reúne informação de várias instituições públicas intervenientes no comércio externo, e provedores de serviços privados que desempenham um papel importante nesta matéria.

Essencialmente, o portal irá permitir que os operadores do comércio externo obtenham, de forma abrangente e em tempo útil, informação básica para a realização das operações de importação e exportação.

Assim, o Portal do Comércio Externo contém, dentre várias informações, procedimentos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias, incluindo formulários exigidos; alíquotas aplicadas de direitos aduaneiros incidentes sobre importações; procedimentos de re-



curso ou revisão; acordos ou partes de acordos de acesso aos mercados preferenciais com qualquer país.

Na sua intervenção, Carlos Mesquita referiu que, ao lançar este instrumento, em resposta a uma das preocupações dos importadores, exportadores e operadores de trânsito, o Governo está a dar mais uma prova de que está comprometido com a facilitação do comércio, em particular, e com a transparência e o acesso à informação, no geral.

“Podemos concluir que o Portal do

Comércio Externo é uma ferramenta de grande utilidade pública tanto para o Governo assim como para o sector privado, e que se enquadra no âmbito da transparência e acesso à informação. Este instrumento vai contribuir para tornar o clima de investimentos mais simples, rápido e menos oneroso”, sublinhou Mesquita.

O governante sublinhou que este portal será, também, útil para os legisladores e formuladores de políticas, que poderão identificar a complexidade dos regulamentos

e procedimentos actuais quando aplicados às mercadorias e sugerirem áreas de modernização e reformas.

Por seu turno, o presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Agostinho Vuma, considerou que o portal vai apoiar as empresas, em particular as pequenas e médias, na maximização das suas actividades comerciais com o exterior e impulsionar a economia nacional, bem como concorrer para a minimização do défice de informação sobre as normas e procedimentos aduaneiros a serem observados no processo de importação, exportação e trânsito de mercadorias, melhorando, assim, a competitividade e a robustez dos seus negócios.

Para Agostinho Vuma, “a introdução deste portal terá um impacto considerável na avaliação do país no Ranking Doing Business, podendo resultar numa melhoria de até duas posições, uma cifra considerável tendo em conta os desafios actuais que o nosso país enfrenta. Outros benefícios estão ligados à harmonização de procedimentos, o que irá reduzir as discrepâncias ou

divergências de informações entre as diferentes instituições públicas intervenientes no comércio, bem como à eliminação de alguns constrangimentos no sector privado”, disse Vuma.

O lançamento do Portal do Comércio Externo segue-se à criação, em 2017, do Comité Nacional de Facilitação do Comércio, um órgão que tem como objectivo coordenar, supervisionar e monitorar a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio no país.

O Acordo de Facilitação do Comércio estabelece que cada Estado-membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) deve publicar, de forma não discriminatória e facilmente acessível, toda a informação relevante para o comércio internacional a fim de permitir que os governos, operadores do comércio externo e outros interessados possam conhecê-la.

O Acordo de Facilitação do Comércio, adoptado em 2013, pelos Estados-membros da OMC, visa conferir maior transparência na relação entre governos e operadores de comércio externo, bem como reduzir impactos burocráticos sobre importações e exportações.